



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS

**CASA FAMILIAR RURAL: UM ESTUDO NO TERRITÓRIO DA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

**LARANJEIRAS DO SUL
2018**

ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS

**CASA FAMILIAR RURAL : UM ESTUDO NO TERRITÓRIO DA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável sob a orientação da Prof^a Dra. Josimeire Aparecida Leandrini

LARANJEIRAS DO SUL
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

, Anelize de souza Muller Campos
CASA FAMILIAR RURAL: UM ESTUDO NO TERRITÓRIO DA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR/ Anelize de souza Muller Campos . --
2018.
94 f.:il.

Orientadora: Josimeire Aparecida Leandrini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável -
PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

1. Casa Familiar Rural . 2. Pedagogia da Alternância
. 3. Desenvolvimento Rural . 4. Agroecologia . I.
Leandrini, Josimeire Aparecida, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS

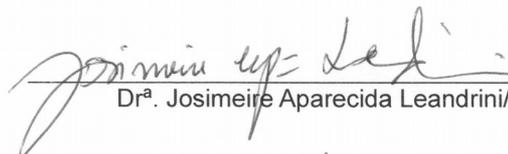
TÍTULO: "Casa Familiar Rural – Um Estudo No Território Da Cantuquiriguaçu/PR".

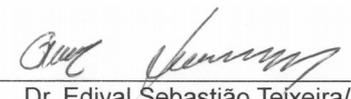
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestra em **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, defendido em 19/04/2018.

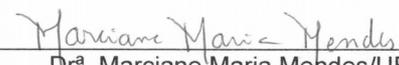
Presidente da Banca: Dr^a. Josimeire Aparecida Leandrini

Aprovado em: 19 / 04 / 2018

BANCA EXAMINADORA


Dr^a. Josimeire Aparecida Leandrini/UFFS


Dr. Edival Sebastião Teixeira/UTFPR


Dr^a. Marciane Maria Mendes/UFFS

Laranjeiras do Sul/PR, abril de 2018

Dedico a todos camponeses e camponesas,
que ao se transformarem em sujeitos de sua
história, transformam o campo em um “lugar
para viver”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a todos os agricultores, estudantes, egressos, professores e a equipe pedagógica das Casas Familiares Rurais da Cantuquiriguaçu, que aceitaram contribuir neste trabalho, sua participação foi essencial para esta construção.

À professora Josimeire Aparecida Leandrini, por aceitar o desafio de trilhar pelos caminhos da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo na orientação do trabalho, e por proporcionar tantos momentos de aprendizagem na construção da dissertação.

À minha mãe Maria Zilá de Souza Muller e ao meu pai Waldemar Muller, porque sempre apostaram na educação e nunca mediram esforços, para ajudar em todas as escolhas que realizei.

Ao meu companheiro Jailson Nunes Campos, pelo incentivo e apoio, pelas maravilhosas discussões construtivas, pela companhia no chimarrão, pelo carinho e o abraço fraterno do dia a dia.

À minha irmã Fernanda de Souza Muller, pela companhia de sempre, pela ajuda com as tabelas, pelo amor fraterno de irmã e por dividir anseios e angústias nos caminhos da Educação do Campo.

Aos meus grandes amigos da turma de mestrado, pelas discussões em sala que favoreceram o processo de aprendizagem, pelos churrascos maravilhosos e pelas boas risadas nos intervalos do almoço e pelo suco proporcionado pela “gangue do suco” no RU.

Às minhas grandes amigas que o mestrado trouxe Fernanda Paula Piran, Giovana Paludo Giombelli, (filha adotiva) por todos os momentos de estudo, de filme, pipoca e chimarrão.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo espaço de construção e diálogo.

Ao Corpo Docente pelas discussões construtivas.

À CAPES/CNPq, pela bolsa concedida.

Epigrafe

“ É preciso diminuir a distancia entre o que se diz e o que se faz, até num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

Diante do fechamento das Casas Familiares Rurais no Estado do Paraná, faz-se necessário discutir e conhecer os elementos que permeiam a formação por Alternância e as contradições que emergem desse processo. A partir da realidade vivenciada nas CFRs da Cantuquiriguaçu, e na a trilha de seus egressos. Este trabalho, objetiva verificar as etapas que envolvem as formações desenvolvidas nas CFRs, os elementos de ensino proposto pela Pedagogia da Alternância, explorar os fatos que levaram o fechamento destas escolas, ainda reavivar as discussões a cerca das formações oferecida pelas CFRs e trazer apontamentos que possam contribuir para a reestruturação dessas escolas e para o avanço da Educação do Campo como eixo promotor da Agroecologia, que enquanto matriz produtiva torna-se fomentadora do Desenvolvimento rural sustentável fundamental para agricultura familiar campesina. A metodologia utilizada é descritiva, qualitativa e foi realizada a partir de observações participante. Conclui-se que as CFRs contribuem para permanência do jovem no campo, na perspectiva de trabalho, porém, não dá conta formação crítica, política e social de seus egressos de efetiva. Aponta ainda, que essas instituições só vão realmente atender a sua vocação de formar de um sujeito efetivamente autônomo, se estiverem imersas em ações de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável no âmbito de uma política territorial voltada aos atores locais. Fica claro ainda que a grande maioria dos professores não reconhecem a Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino e os conceitos ideológicos a ela atribuído, ficando o processo de ensino a mercê dos conhecimentos e ideologia que o professor e coordenação traz consigo. Dentre os elementos da Pedagogia da Alternância que mais chamaram a atenção principalmente dos egressos, foram os elementos partilha e visitas. Na partilha ele se reconhece como parte de história e vai construindo a sua identidade de jovem do campo e nas visitas ele reconhece o campo como um espaço se para se viver e não morar. Dessa forma mais uma vez reafirmamos que na perspectiva de atuação que se encontra hoje as CFRs, elas tornaram-se uma escola comum, onde não há uma diferenciação na formação política, social e autônoma, tendo como único diferencial a oferta da qualificação profissional que por sua vez também tem sido alvo de decepções, devido a falta de reconhecimento dos órgão de classes responsáveis pela regulamentação das profissões.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural. Pedagogia da Alternância. Educação do Campo. Agroecologia. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

In view of the closure of the Rural Family Houses in the State of Paraná, it is necessary to discuss and know the elements that permeate the formation by Alternation and the contradictions that emerge from this process. From the reality lived in the CFRs of Cantuquiriguaçu, and in the trail of its graduates. This work aims to verify the stages involved in the formation of CFRs, the elements of teaching proposed by the Alternation Pedagogy, to explore the facts that led to the closure of these schools, to rekindle discussions about the formations offered by the CFRs and to provide notes that can contribute to the restructuring of these schools and to the advancement of Field Education as the axis that promotes Agroecology, which as a productive matrix becomes a promoter of sustainable rural development that is fundamental to peasant family agriculture. The methodology used is descriptive, qualitative and was carried out from participant observations. It is concluded that the CFRs contribute to the permanence of young people in the field, from the perspective of work, but does not account for the critical, political and social formation of their graduates. It also points out that these institutions will only truly fulfill their vocation to form an effectively autonomous subject if they are immersed in public policy actions committed to sustainable rural development within the framework of a territorial policy aimed at local actors. It is clear that the great majority of teachers do not recognize the Alternation Pedagogy as teaching methodology and the ideological concepts attributed to it, leaving the teaching process at the mercy of the knowledge and ideology that the teacher and coordination brings with it. Among the elements of the Pedagogy of Alternation that most attracted the attention mainly of the graduates, were the elements sharing and visits. In the sharing it is recognized as part of history and is building its identity as a young man from the countryside and on the visits he recognizes the countryside as a place to live and not live. In this way, once again, we reaffirm that in the perspective of the current CFRs, they have become a common school, where there is no differentiation in political, social and autonomous formation, having as only differential the offer of the professional qualification that by its turn has also been disappointed, due to the lack of recognition of the bodies of classes responsible for regulating professions.

Keywords: Rural Family House. Pedagogy of Alternation. Education of the field. Agroecology. Rural Development.

LISTA DE SIGLAS

CFRs	Casas Familiares Rurais
CFR	Casa Familiar Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
SEED	Secretaria de Estado da Educação
ARCAFAR/SUL	Associação das Casas Familiares da Região Sul do Brasil
PPP	Projeto Político Pedagógico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
AFATRUP	Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão
CES	Centro de Estudos Supletivos
COMDER	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
PSS	Processo Seletivo Simplificado
MFRs	<i>Maisons Familiales Rurales</i>
PR	Paraná
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ONGs	Organizações Não Governamentais
CEFFAs	Centros Familiares de Formação por Alternância
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
FUNDEPAR	Fundação para o Desenvolvimento do Estado do Paraná
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu
PPVJ	Projeto Profissional de Vida do Jovem
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	14
2.0 CENÁRIO DE INSERÇÃO DA PESQUISA E A PROPOSTA METODOLÓGICA DO TRABALHO.....	18
2.1.A Cantuquiriguaçu.....	18
2.2.A Proposta Metodológica.....	21
3. A ATUALIDADE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS NA CANTUQUIRIGUAÇU.....	24
3.1.O contexto Local.....	27
3.2.A Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras.....	28
3.2.1 O cotidiano da casa Familiar de Nova Laranjeiras.....	30
3.3.A Casa Familiar Rural de Guaraniaçu.....	31
3.3.1 O cotidiano da Casa Familiar de Guaraniaçu.....	33
3.4.A Casa Familiar Rural de Pinhão.....	35
3.4.1 O cotidiano da Casa Familiar Rural de Pinhão.....	37
3.5.Contradições enfrentadas pelas CFRs - proposta pedagógica X realidade de aplicação.....	38
3.5.1 Elementos da Pedagogia da Alternância.....	44
3.5.2 Elementos de relação entre escola x comunidade.....	48
3.6.Elementos espaços físicos.....	58
3.7.Síntese do Capítulo.....	60
4.EGRESSOS DAS CFRs DO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU: ENTRE REALIDADES E CONTRADIÇÕES.....	62
4.1.ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA.....	62
4.2.Caracterização do Egresso.....	63
4.3.A Casa Familiar Rural e o Projeto Profissional De Vida Do Jovem.....	70
4.4. Síntese do Capítulo.....	74
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A – questionário.....	85
APÊNDICE B – roteiro de entrevista.....	90
APÊNDICE C – entrevista.....	91
APÊNDICE D – questionário.....	92
ANEXO A – autorização.....	98
ANEXO B – Parecer.....	99
ANEXO C – caderno de Alternância.....	101

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade brasileira de norte a sul desenvolve-se o Ensino por Alternância proposta pedagógica norteadora do movimento denominado Centros familiares de formação por Alternância (CEFFAs), regulamentado pelo parecer 01/2006 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) do Ministério da Educação. Esse modelo de Ensino aplicada nas Casas Familiares Rurais (CFRs) originam-se de uma experiência desenvolvida na França com objetivo oferecer ao jovem uma formação de acordo com sua realidade de vida, possibilitando um aprendizado prático e teórico sem se distanciar da unidade produtiva (ESTEVAM, 2012).

Esse modelo de Ensino surgiu no sudoeste da França, nos anos de 1935, onde um grupo de pais insatisfeito com a educação formal em seu país a qual não atendia às especificidades do meio rural começou um movimento que culminou na Educação por Alternância (MENEZES, 2013). E se constituem basicamente em dois pilares, sendo: a) pilares meios – associação local (pais, famílias, profissionais, instituições) e Pedagogia da Alternância (metodologia pedagógica); e b) Pilares fins – formação integral dos jovens e desenvolvimento sustentável do meio (social, econômico, humano, político)(PUIG-CALVÓ e GIMONET, 2013).

O modelo de ensino aplicado nas CFRs vem para o Brasil como uma política pública, inserida primeiramente no Nordeste, no início da década de 80 através da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na década de 90 após diversos encontros e reuniões, entre autoridades paranaenses e os responsáveis pela divulgação e implantação das *Maisons Familiale Rurale* fora da França, é que vão surgir as duas primeiras experiências no Estado do Paraná, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste (ESTEVAM, 2012). Para dar organicidade ao trabalho e favorecer a implantação de novas CFRs, foi criada a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL). Essa tem o papel de orientar e apoiar município e regiões, com interesse de implantar uma CFR; atuar na formação de dirigentes e profissionais que trabalham nas CFRs; buscar parcerias e convênios para manutenção e ainda acompanhar o desenvolvimento do processo metodológico.

O modelo pedagógico adotado para trabalho nas CFRs é regime de Alternância, que consiste na integração dos espaços vivenciados pelo estudante que permanece em um tempo escola e um tempo família/comunidade, este modelo de ensino reconhece a vivência do estudante com sua família e comunidade como um espaço fundamental para sua aprendizagem. Desta forma consegue relacionar o ensino desenvolvido na escola com as atividades desenvolvidas no dia a dia da unidade produtiva de sua família e comunidade. Ao desenvolver esse processo de ensino entende -se que as CFRs se

inserir na temática da Educação do Campo e como tal dialogam com abordagens do Desenvolvimento Rural, Agroecologia e principalmente com o processo de permanência das famílias no campo na perspectiva da juventude rural, uma vez que contribuem para geração de trabalho e renda no campo.

Esse processo foi desenvolvido no Brasil para atender as necessidades psicossociais de adolescentes e proporcionar uma profissionalização para atividades agrícolas, além de propor o desenvolvimento social e econômico da região (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008). Contudo, como em todo processo educacional brasileiro, esse modelo de educação se insere no estado como uma política pública, mais uma vez colocada de cima para baixo e não a partir das necessidades regionais. Dessa forma, as consequências desse processo podem culminar em mais um modelo de educação bancária (FREIRE, 2005) não dialogando com o interesse dos povos do campo e verticalizando o processo de ensino.

As experiências iniciais no Paraná passaram a ser apoiadas oficialmente pelo estado no ano de 1991, integrando-se ao setor de Ensino Técnico Agrícola, vinculado a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento do Estado do Paraná (FUNDEPAR), parceria que possibilitou a rápida expansão do projeto em todo o estado, formalizando um currículo mínimo junto ao Conselho Estadual de Educação no ano de 1995 (ESTEVAM, 2012).

Em 1998, as Casas Familiares Rurais integram-se às ações, em nível federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), possibilitando o crescimento de unidades implantadas no País. Os princípios do Pronaf¹ são convergentes com os adotados pelas CFRs, facilitando assim o acesso à profissionalização dos jovens e de suas famílias, e contribuindo com o aumento de ocupações produtivas e da renda no meio rural (PARANÁ, 2016, sp.).

Assim o projeto ampliou-se de tal forma que chegou ao número de 42 CFRs no PR. Destas 20 ofertavam cursos técnicos e 22 curso de qualificação em agricultura. Atualmente existem 19 oferecendo os cursos na modalidade Ensino Médio Integrado com formação técnica nos seguintes cursos, Agropecuária, Agroecologia, Agroindústria, Administração Rural, Alimentos, Agricultura e Gestão Ambiental (PARANÁ, 2017). Até o ano de 2015, além dos cursos de formação técnica já citados ainda haviam as CFRs que trabalhavam uma qualificação em agricultura, sem necessariamente oferecer a diplomação técnica. Embora essa complementação não oferecesse uma habilitação profissional, sempre foi de suma importância nas discussões sobre as relações existentes no contexto da vida no campo. No entanto, a partir do ano de 2015 o então Governo do Estado

1 Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995 por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995. Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

anunciou o fechamento das 22 CFRs que desenvolviam somente a qualificação em agricultura, sendo quatro dessas na Cantuquiriguaçu.

A Cantuquiriguaçu é um território marcado por conflitos agrários e pelas diferenças culturais que se dividem entre, indígenas, trabalhadores sem-terra, agricultores familiares, comunidades tradicionais Faxinais e Quilombolas. Diferenças culturais imersas em um modelo agrário capitalista, hegemônico, que prioriza o latifúndio e a monocultura em detrimento daqueles que lutam pela terra como um meio de sobrevivência (COCA,2015).

Este cenário de contradições, leva a uma proposta de estudo que tem como objetivo conhecer os processos que envolvem as formações desenvolvidas nas CFRs, os elementos de ensino proposto pela Pedagogia da Alternância e explorar os fatos levaram o fechamento destas escolas na Cantuquiriguaçu. Em uma perspectiva de reavivar as discussões a cerca das formações e trazer apontamentos que possam contribuir para a reestruturação dessas escolas e para o avanço da Educação do Campo como eixo promotor da Agroecologia, que enquanto matriz produtiva torna-se fomentadora do Desenvolvimento rural sustentável fundamental para agricultura familiar campesina. Ainda, acompanhar a trajetória dos egressos dos cursos técnicos dessas instituições, na ânsia de saber quais caminhos trilharam e se estes caminhos têm relação com a formação desenvolvida nas CFRs.

Cabe evidenciar como parte da justificativa deste estudo a própria trajetória da pesquisadora, filha de pequeno agricultor, criada no território da Cantuquiriguaçu, morando longe da escola, sempre precisou enfrentar os desafios oferecidos ao longo caminho, de casa até a escola da cidade. Incentivada pelos pais e professores que sempre acharam dura demais a vida no campo e movida pelo desejo de se tornar “alguém na vida”. Aos dezessete anos deixou sua vida no campo, família e comunidade para cursar o ensino superior, em outro estado pois na época não havia possibilidade de continuar os estudos na região, e principalmente em uma universidade que tivesse alojamento para estudantes. Raras eram as universidades públicas na região e com este benefício aos estudantes mais carentes, o próprio território não tinha universidade na época. Com isso deixei o convívio familiar em busca do grande sonho, me tornar professora.

Como formação escolhida procurei um curso que dialogasse com minha trajetória de vida, “Licenciatura em Ciências Agrícolas”. Enquanto educadora sempre incentivei os educandos a utilizarem sua profissão para a promoção da qualidade de vida no campo, tendo Agroecologia como prática norteadora do processo de sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Quando a UFFS já instalada em Laranjeiras do Sul, desenvolve o Programa de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, esta pesquisadora viu uma oportunidade de regressar a

Cantuquiriguaçu e com a chance de propor um trabalho que pudesse colaborar com as discussões e demandas locais, mais que isso, trazer uma reflexão quanto a forma que se trata a educação voltada a escola do campo, no caso estudado as Casas Familiares. Tratava-se de uma oportunidade de atrelar a vida acadêmica profissional á trajetória de jovem do campo que como educadora quer que este debate se aprofunde seja transformador.

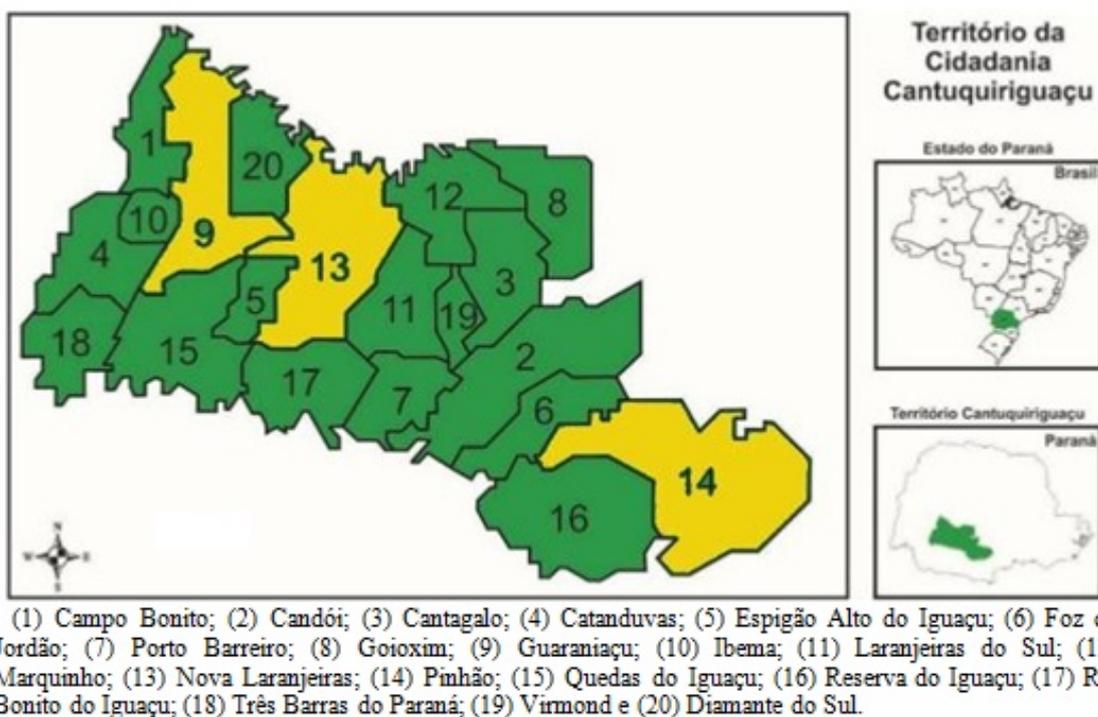
2. O CENÁRIO DE INSERÇÃO DA PESQUISA E A PROPOSTA METODOLÓGICA DO TRABALHO

Este capítulo destina-se a apresentação da proposta metodológica e sua área de estudos, os integrantes do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, as contradições existente quanto ao modelo produtivo em uma perspectiva histórica.

2.1. A Cantuquiriguaçu

O território da Cantuquiriguaçu localizado no Estado do Paraná, no Terceiro Planalto, abrange uma área aproximada de 13.947,73 km², correspondendo a cerca de 7% do território estadual e compreende vinte municípios Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (IPARDES, 2007; CONDETEC, 2009). Dentre esses municípios três são sedes de CFRs (fig. 01) que se configuram como objeto de estudo desta pesquisa.

Figura 01 - Localização do Território da Cantuquiriguaçu e os respectivos municípios de realização da pesquisa.



Fonte: NEDET, adaptado por Santos (2016).

A Cantuquiriguaçu faz parte do Programa Território da Cidadania, que foi instituindo em 2008 por meio de decreto da presidência da República (Decreto Federal de 25/02/08). Este programa fez parte da chamada agenda social, do então governo Lula, que teve entre seus objetivos superar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais no meio rural, quanto ao gênero, raça e etnia, por intermédio de mecanismos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CAVALCANTI et al., 2014).

A partir deste programa o Governo Federal assumiria de forma mais enfática o combate a pobreza rural, foram selecionados dentre os territórios rurais aqueles com menores índices de desenvolvimento humano, e número maior de pessoas vivendo no campo. A criação deste programa favorece o acesso de um conjunto de Políticas Públicas do governo, a lugares mais necessitados. Por isso, os Territórios da Cidadania estão afastados dos maiores centros urbanos, são áreas exclusivamente mantidas pela produção agropecuária. Além do que, são regiões subdesenvolvidas e carentes de processos de investimento que propunham o desenvolvimento das liberdades² do indivíduo, ou seja, que não estejam meramente associado ao crescimento econômico. Mas, que garantam ao indivíduo a liberdade política, a facilidade econômica, as oportunidades sociais, garantia de transparências e segurança protetora (SEN, 2000).

Neste contexto a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* – Laranjeiras do Sul, se efetiva como um instrumento estratégico importante para a promoção do desenvolvimento territorial, tanto no âmbito do desenvolvimento do ensino, ao promover cursos de formação de professores, focados principalmente na Educação do Campo (Interdisciplinar em educação no Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias e, Interdisciplinar em educação no Campo: Ciências Sociais e Humanas), Pedagogia e demais cursos como Agronomia, linha de formação em Agroecologia, Engenharia de Aquicultura que dialoga com o potencial hídrico da região, Ciências Econômicas linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo e o curso de Engenharia de Alimentos, que por ser essa uma região produtora de alimentos, torna-se relevante, para o desenvolvimento de estratégias de agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura principalmente da agricultura familiar campesina. A UFFS também torna-se relevante para região ao desenvolver pesquisas que possam contribuir para as demandas emergentes do território e neste sentido destacar o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que fomenta o desenvolvimento de pesquisas tanto na área mais técnica em relação ao sistema agroalimentar, quanto ao estudo das dinâmicas socioambientais. E ainda outros programas existentes na instituição como o mestrado em Ciência e Tecnologia de

2 O desenvolvimento como liberdade é um conceito proposto por Amartya Sen e pode ser melhor compreendido a partir da obra “ SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000”.

alimentos, especializações voltadas à formação de professores. Além dos projetos de Extensão que tanto favorecem as comunidades locais. Em estudos recente, Freitas (2016) demonstrou que a UFFS – *campus* Laranjeiras do Sul já realizou aproximadamente 300 projetos institucionalizados na área de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Quanto ao cenário histórico do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, as populações rurais, sempre foram assoladas pelas consequências do avanço do capital. Localizada em uma região rica pelo seu potencial hídrico, despertou o interesse de empresas de geração de energia, totalizando, no rio Iguaçu quatro usinas hidroelétricas (Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia) implantadas no território, o que fomentou também uma das batalhas enfrentadas pelas populações que viviam a margem desses rios, dando início ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na luta pela manutenção de seus espaços de vida (COCA,2015).

Outra questão que se relaciona com as populações rurais foi consolidação do modelo produtivo hegemônico, baseado na monocultura e na atividade dos latifúndios, que gerou e gera intensos conflitos agrários na região. Estes conflitos culminaram na conquista de 51 (cinquenta e um) assentamentos rurais no território, chegando a ser considerado uma das maiores áreas de reforma agrária no país. Ainda, neste território há conflitos relacionados as demarcações de reservas indígenas e áreas de outras populações tradicionais como os Faxinais e Quilombolas (COCA,2015).

O território assolado pela contradição do latifúndio de um lado e a presença dos assentamentos da reforma agrária e pequenas unidades de produção familiar de outro. Gera lutas ainda a serem conquistadas, como o acesso a crédito, moradia, energia, preço justo, alimentação adequada, Educação do Campo, entre outras necessidades que venham promover a autonomia dessas populações e sua permanência no campo (CONDETEC, 2011).

Nesse sentido Coca (2015) afirma que mesmo com a implantação de assentamentos rurais no território, o agronegócio ainda é o maior concentrador de terras agricultáveis. De acordo com dados do IBGE os estabelecimentos familiares são 82% do total, no entanto ocupam apenas 30% da área. Conforme o Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu (CONDETEC) o território apresenta aproximadamente uma gama de 26 mil famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, destas aproximadamente 10 mil vivem nas áreas urbanas e 16 mil em áreas rurais, o que demonstra um campo empobrecido.

Diante de todos esses conflitos, aliado a um baixo índice de desenvolvimento humano (IDHM), as entidades governamentais e não governamentais existentes no território precisavam de uma articulação que pudesse vincular políticas públicas mais eficientes no combate ao cenário de pobreza rural. Desta forma em 2004 em convênio com a FAO e o Governo do Paraná por meio das

ações desenvolvidas na efetivação da política de desenvolvimento rural sustentável e visando incorporar a participação social no processo de gestão pública, os municípios do território formalizam Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu (CONDETEC), criado com atributos de ser um colegiado de caráter consultivo normativo e deliberativo das políticas de desenvolvimento territorial (MORAES, 2013). O CONDETEC, procura organizar metas e estratégias para o desenvolvimento no território e entre elas destaca-se a formação profissional e a Educação do Campo e indica ainda as CFRs como estratégias inerentes ao território para o cumprimento dessas metas (CANTUQUIRIGUAÇU, 2004).

Portanto, as CFRs tornaram-se uma possibilidade de formação que vem a contribuir para geração de emprego e renda aos filhos dos agricultores. Todavia ao compreender que essas escolas podem fazer parte de um contexto importante para a agricultura familiar campestre do território e vir a corroborar para a construção da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.

2.2. A Proposta Metodológica

Os objetivos metodológicos são descritivos, o que segundo Selltiz, Wrightsman e Cooki (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos. Referentes aos dados desenvolve-se abordagens qualitativas, o que segundo Minayo (2007) responde questões particulares com um nível de realidades que não pode ou não deve ser quantificado, ou seja, trabalha com os significados as aspirações as crenças os valores e as atitudes e esse universo dificilmente poderá ser traduzido em números ou indicadores quantitativos.

Cabe ainda ressaltar, que para cumprir o objetivo metodológico que propõe descrever os processos inerentes ao ensino nas CFRs, torna-se importante as observações participantes, em que pesquisador se insere no ambiente que descreve. Para isto o pesquisador com autorização do comitê de ética em pesquisa com humanos e da Secretaria de Estado e Educação (SEED) (anexo 1 e 2 respectivamente) acompanhou os educandos das CFRs durante o período de 6 meses.

A metodologia da pesquisa participante conforme Bracagioli (2014) propõe de forma geral, um conjunto de ferramentas, métodos e procedimentos que buscam permitir ou promover a participação dos atores sociais em um processo. Já para Severino (2007) a pesquisa participante é aquela que o pesquisador compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados e participa de forma sistemática das atividades, onde passa interagir com eles, acompanhando as ações praticadas, observando as manifestações vividas registrando todos os elementos observados.

Pode se dizer que a pesquisa participativa tem como perspectiva epistemológica não conceber a verdade preexistente nos fatos sociais, sendo assim a verdade se revela a partir de diversas e sucessivas aproximações ao objeto investigado, para assim compreender a realidade dos fatos sociais. Pois os objetos sociais se diferenciam dos objetos naturais, por se constituírem sujeitos e não podem ser transformados em meros objetos de pesquisa, destaca-se ainda que os fatos sociais não são transparentes. Com tantas peculiaridades em destaque na pesquisa social é necessário uma ruptura com o senso comum e a percepção imediata, pois essas camuflam o real (PINTO,2014).

Tendo em mente esse caminho, para a construção deste trabalho, optou-se por dividir os conceitos metodológico que foram aplicados em dois momentos distintos, organizados em dois capítulos. A sessão três intitulado “A atualidade das CFRs na Cantuquiriguaçu”, onde os dados foram construídos através de questionários estruturados, aplicado aos estudantes (apêndice A) dos terceiros anos, e também entrevistas com professores (apêndice B) e familiares (apêndice C) das CFRs dos três municípios, Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão. As entrevistas foram gravadas e para garantir o anonimato do participante da pesquisa, foram enumeradas conforme sua ocorrência, de acordo com o recomendado pelo Comitê de Ética em pesquisa. Posteriormente foram analisadas, sistematizadas em dados expressos numericamente, e quando necessário enfatizar a fala dos entrevistados, essas foram transcritas o mais próximo possível de sua originalidade, para não descaracterizar o modo de expressão do sujeito.

Além dos instrumentos citados, ainda fazem parte da construção dos dados, observações participantes realizados durante um semestre letivo de acompanhamento das atividades das turmas do terceiro ano. Pois, estes já possuem maturidade diferenciada sobre o processo de ensino desenvolvido e a relação com as unidades produtivas, além do mais já estavam construindo seu projeto final de curso. Durante a pesquisa participante a pesquisadora permaneceu no alojamento das CFRs acompanhando os estudantes de forma a participar tanto das atividades em sala de aula, como atividades extraclasse no período noturno. Como propõe a pesquisa participante a pesquisadora se inseriu no cotidiano das atividades e no processo educativo contribuindo para escrita do Projeto Profissional de vida do Jovem (PPVJ), trabalho que os estudantes apresentam como parte da finalização de seus estudos ao final do terceiro ano.

Esse acompanhamento das atividades diárias favoreceu uma aproximação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, permitindo um conhecimento sobre a realidade de cada um, anseios, aspirações e pretensões. No período de permanência na escola (tempo escola), algumas entrevistas

foram realizadas com os familiares na unidade produtiva, o que favoreceu para ampliar a visão sobre a realidade vivenciada pelos estudantes em suas casas e comunidades.

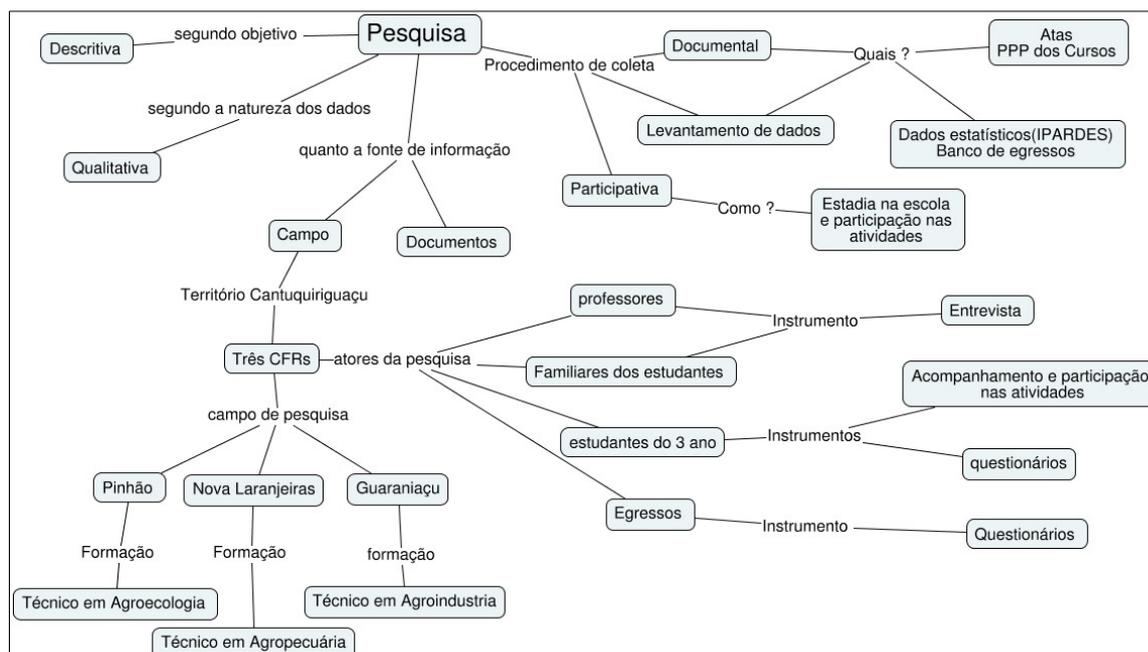
Para complementar as informações coletadas a campo e melhor caracterizar as CFRs e os municípios foram utilizados material documental como atas, Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada CFR, dados de demografia, população e produtividade (cadernos dos municípios gerados pelo IPARDES). A compreensão dos conceitos que envolvem a Pedagogia da Alternância, foram pautados na literatura vigente.

Quanto a sessão quatro intitulada “Egressos das CFRs da Cantuquiriguaçu: entre realidades e contradições” a coleta foi construída através da aplicação de questionário estruturado (apêndice D), aos egressos das CFRs dos municípios de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão no período de 2009 a 2016. Nova Laranjeiras tem sua primeira turma de concluinte em 2009, Guaraniaçu 2012 e Pinhão 2011.

De posse da lista dos egressos adquiridas junto às escolas, realizou-se uma busca através de redes sociais (Facebook e Watts app) e contatos pessoais. A partir disto foram enviados os questionários, posteriormente aqueles respondidos, foram sistematizados em planilha eletrônica BOffice (2010). Os resultados foram expressos em gráficos gerados no programa.

Para sintetizar a metodologia elaborou-se mapa conceitual no programa CMPtools versão Web, traçando os pontos de intersecção entre os instrumentos utilizados na pesquisa (fig. 02).

Figura 02 – Esquematização dos processos metodológicos desenvolvidos.



3. A ATUALIDADE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS NA CANTUQUIRIGUAÇU

A crescente crise econômica global é destaque como justificativa para os problemas acarretados a crise política brasileira atual. No ano de 2016 em diversos âmbitos afluíram questões, sociais, econômicas, político-partidária, que dividiu o país. Essas provocaram desde 2015 manifestações, promovidas por entidades e movimentos que lutam pela garantia dos direitos já adquiridos, frente aos ataques ocorridos sob a justificativa de ajuste fiscal proposta pelo governo atual e um grupo denominado de Movimento Brasil Livre (MBL), que apoiou ações que levaram ao impedimento da presidente. Impedimento este tem sido visto por cientistas políticos como um golpe contra a democracia. De acordo com Filgueras (2015), o *impeachment* foi uma arma usada pela direita partidária e não partidária, estimulada pela mídia, como parte de uma tentativa de controle do estado e um ataque severo aos direitos de toda a classe trabalhadora.

No estado do Paraná, os anos de 2015 e 2016, não foram diferentes da ordem nacional, em meio a luta da classe dominante por manter a hegemonia, surgem protestos dos servidores públicos estadual, marcado pela violência aplicada pelo governo do estado, para pôr fim as manifestações, com uso de balas de borrachas, gás de pimenta deixando em torno de 2000 pessoas feridas, em sua maioria professores de escolas públicas, lutando pela garantia de direitos que afetam toda a população (FLACH, SCHLESENER, 2017).

Todavia esses não são os únicos ataques promovido pelo governo do estado a educação, esse também tem proposto reformas e medidas que levaram o fechamento de escolas, demissão de professores, acarretando no ano de 2016, uma nova greve desta vez, fomentada pelos estudantes secundaristas que ocuparam em torno de 300 escolas, manifestando-se contra a reforma do Ensino Médio³(ALESSI, 2016).

Nesse contexto, entre argumentos do estado e a realidade imposta têm-se o fechamento de vinte duas Casas Familiares Rurais no estado do Paraná entre os anos de 2016 e 2017, dentre elas quatro localizada na Cantuquiriguaçu. Vale salientar que o território abriga uma das maiores áreas de reforma agrária do país, dentre elas o município de Rio Bonito do Iguaçu, que também teve sua Casa Familiar fechada, embora, abriga aproximadamente 1.500 famílias assentadas em seu território e que teriam na CFR um espaço para formação.

3. Lei 13.415/2017 altera as leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, a consolidação das leis do trabalho - CLT, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral.

Embora entenda-se que as CFRs não são originárias do mesmo contexto que a Educação do Campo, que nasce dos movimentos sociais a partir da luta por uma escola libertadora como propõe Paulo Freire. Que afirma, “ensinar não é transferir conhecimento” e nem mesmo é ação pelo qual o “sujeito criador da forma estilo ou alma a um corpo” (FREIRE, 2011, p. 25), propondo que o processo de ensino se dá a partir da troca entre educador e educando, que se constrói na prática relacionada a realidade do sujeito. Pensada a partir desta lógica, a educação tem como pressuposto a construção de um ser ideológico, humanizado e não pode ser vista de forma depositária, em que o educando é um ser vazio a ser enchido, pelo contrário, se a educação propõe a libertação do sujeito, esta construção se dá a partir de uma relação dialética⁴ (FREIRE, 2005).

Munida desta proposta libertária a Educação do Campo emerge do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em suas lutas para assegurar a garantia do direito das crianças acampadas de terem uma escola pública a cada novo acampamento ou assentamento da reforma agrária (MUNARIM, 2010). Dessa forma, entende-se que a Educação do Campo contrariamente ao que se denomina no aparelho do estado não faz substituição a educação rural⁵, entende-se que a Educação do Campo faz-se “uma luta contra-hegemônica por uma educação emancipadora no conjunto das relações sociais no interior das sociedades capitalistas” (FRIGOTTO, 2010, P. 20).

Diferente do movimento que gerou a Educação do Campo, as CFRs desenvolvem-se no Brasil, pautadas por um movimento de internacionalização do Ensino por Alternância, proposta pedagógica que tem sua origem na França (ESTEVAM,2012), que surge em um contexto de agricultura familiar que se difere do contexto brasileiro, mas que nasce do desejo dos agricultores que seus filhos tenham uma escola que dialogue com sua realidade e que permita que esses estejam perto de suas famílias e comunidades. Como a agricultura familiar no Sul do Brasil é composta por imigrantes, oriundos principalmente da Europa, esse modelo de ensino implantado como uma política pública e apoiado por movimentos de internacionalização, ligados principalmente ao consulado francês, especialmente no Paraná, rapidamente se efetivou em diversos municípios (ESTEVAM,2012).

Portanto, embora a Educação do Campo e o movimento que deu origem as CFRs no Brasil, não tenham o mesmo ponto de partida, elas se integram e se inserem no mesmo contexto ao dialogar com a realidade do educando e sua família ao propor ações que venham a contribuir para autonomia das populações que vivem no campo. Caldart(2012) afirma que a constituição da Educação do Campo, foi a partir das lutas por transformação da realidade educacional das áreas de reforma

4. A dialética propõe uma aproximação da realidade e a partir desta realidade possa propor ações e relação ao sujeito.

5. Como Educação rural, entende-se o conjunto de políticas e programas voltadas para educação das pessoas no meio rural, porém, desconectados da educação autônoma e libertária. Tendo como base o princípio de que era preciso alfabetizar, mas sem se descuidar dos princípios de disciplina e civismo. Para aprofundamento da discussão ler: LEITE, S.C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais, 2ed. São Paulo, Cortez, 2002.

agrária, protagonizada pelo MST, mas que no entanto, precisava se aliar a outras experiências de movimentos de luta e resistência como é o caso das escolas de formação por Alternância entre outros como o Movimento de Educação de Base (MEB).

Contudo, as CFRs do território da Cantuquiriguaçu, pelo próprio modelo de implantação posto por política pública isolada da discussão social, alinham-se mais à educação rural, do que Educação do Campo. Salvo a experiência do município de Pinhão, que tem sua implantação mediada pela Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão(AFATRUP).

Dessa forma também cabe apontar que a Agroecologia vem como proposta emancipadora da vida no campo. Ela se insere nessa relação por se tratar de uma ciência da complexidade, que se traduz em uma visão holística da natureza e seus processos (CAPORAL, COSTABEBER E PAULUS, 2009) propondo ações que se diferenciam em relação ao modo de produção hegemônico (agricultura industrial) enfatizado também por Gliessman et al. 2007.

“enfoque integral e holístico na produção agrícola que equilibre o bem estar ambiental, a equidade social e a viabilidade econômica entre os diversos setores da sociedade, incluindo comunidades internacionais e através de gerações” (GLIESSMAN et al., 2007, p. 15.)

A agroecologia contempla assim três dimensões principais: “a ecológica (técnico,produtiva), a socioeconômica e cultural (de desenvolvimento endógeno, local) e a política (transformação socioambiental)” (GUZMÁN, 2013, p. 100). Na dimensão ecológica, se considera a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e a gestão dos sistemas agroalimentares (GLIESSMAN *et al*, 2007). Seu objeto de análise seriam os agroecossistemas, pensando dentro deles formas mais sustentáveis de produção, estudando plantas bioativas, fluxos do ecossistema, controle biológico, rotação de culturas e policultivos. Já na dimensão socioeconômica cultural e política, avançam as relações que estes atores sociais estão envolvidos nas suas formas de representação e na gestão dos processos internos da unidade produção e vida familiar.

Onde esta forma de produzir muda ou quer mudar as relações dentro do sistema agroalimentar⁶. Promovendo um Desenvolvimento Rural que dialoga com os ideais desenvolvimentistas propostos por Amartya Sen, que acredita no desenvolvimento visto como liberdade, deixando de olhar apenas como acumulação de riquezas, e/ou crescimento do Produto Nacional Bruto, industrialização e renda, contudo não nega a importância do crescimento econômico no processo de desenvolvimento (SEN, 2000). O autor enfatiza que o desenvolvimento depende de inúmeras outras variáveis, como

6. Sistema Agroalimentar, relaciona-se com as mudanças ocorridas tanto no modo de produzir, quanto no modo de consumir, onde, a agricultura e alimentação passam a ser organizadas em escala mundial. Desta forma a relação entre agricultor e consumidor, entre as pessoas e seu território deixa de ser observada de forma direta, sendo este um divisor de águas, pois assim o local onde as pessoas vivem e produzem torna-se irrelevante (FRIEDMANN,2000).

as disposições sociais e econômicas, destacando os serviços de educação e saúde, e os direitos civis, como a liberdade de participar de decisões políticas.

Desta forma atrelado ainda ao conceito de desenvolvimento cabe trazer a noção de território “enquanto recorte analítico e operacional para o planejamento de ações, públicas e/ou privadas, direcionadas ao desenvolvimento”, além disso, “o recorte analítico espacial, conferido pelo território é, [...], passível de ser um instrumento da promoção do desenvolvimento, dando-lhe operacionalidade e efetividade” (VERDE, 2004, p. 02).

Para BOISIER (1996) o processo de desenvolvimento de um território esta focado nos atores sociais e reconhece que homens e mulheres são capazes de interagir e mudar seus mundos. Isso é criar seus próprios espaços para construção de suas atividades e ideias. Dessa forma, não se ressalta aqui o apoio para políticas neoliberais, pelo contrario os estudos devem desvendar a natureza imprevisível da intervenção planejada. E que os tipos de intervenção devem ser enquadrados com entendimento sociológico e histórico mais amplos, pois assim pode se compreender melhor essa tomada de poder do sujeito em relação a sua história.

Assim, entende-se que as CFRs desempenham um papel importante, como um instrumento estratégico de promoção do desenvolvimento, territorial/rural, uma vez que sua proposta de ensino tem em sua origem um conceito emancipador, focado no sujeito. Sendo esse o ponto exato onde a Pedagogia da Alternância através das CFRs se conectam com a Educação do Campo e atreladas a dimensão da complexidade proposta pela Agroecologia, juntas são capazes de alavancar a Agricultura familiar camponesa. Aqui considerada como aquela que é originada do camponês tanto no que diz respeito as relações sociais, quanto em relação a autonomia diante de um sistema de produção (STOFEL, 2013).

De posse destes conceitos, este capítulo constrói um resgate histórico sobre a estruturação de cada CFR em seu respectivo município, e também apresenta um estudo sobre a relação que cada escola desenvolve diante da matriz produtiva de seu município e como essa matriz é impactada por este processo de ensino/aprendizagem.

3.1. O contexto Local

As características sociais, produtivas e populacional, torna-se importante para compreender quem são e o papel que representam os alternantes enquanto jovens do campo neste território. Pois esse contexto influi diretamente sobre a identidade destes jovens, bem como as características que cada CFR assume. Entende-se como Identidade a maneira como o jovem se reconhece em sua comunidade, sua família, enfim em seu espaço de vida (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

3.2. A Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras

Figura 03 – Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras.



Fonte: Campos (2018).

O município de Nova Laranjeiras, foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado no ano de 1993, possui uma área territorial de 1.210,878 km² e uma população estimada de 11.927, sendo que destas 2.372 (19%) pessoas vivem em áreas consideradas urbanas e 8.869 (74%) vivem em áreas rurais, sendo desta população 2.143 (17%) indígenas que vivem na reserva existente no município (IPARDES, 2018).

De acordo com censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, possui uma população jovem na faixa etária de 15 a 29 anos de 2.753 indivíduos, representando 23% dos habitantes do município, sendo 1.397 do sexo masculino e 1.356 do sexo feminino. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,642, a esperança de vida ao nascer é de 74 anos (IPARDES, 2018).

A economia do município é fomentada essencialmente pela agricultura e pecuária, tendo cerca de 1.697 estabelecimentos agropecuário, sendo desses 440 destinados a lavoura temporária, 1.185 desenvolvem atividades de pecuária (entre pecuária de corte e leiteira), sendo os demais estabelecimentos distribuídos entre lavoura permanente, horticultura e produção florestal (IPARDES, 2018). Essa é uma característica que aponta para importância da formação profissionalizante oferecida pela CFR, haja visto que a profissão Técnico em Agropecuária, por si só, já dialoga com a matriz produtiva do município.

Casa Familiar Rural de Nova Laranjeiras foi fundada em 03 de setembro 1997. Esse projeto veio para o município por intermédio do Pároco da cidade o Padre Mário Minutti. Dois anos mais tarde com a ajuda da Comunidade de Osio Sotto da Itália, ainda por intermédio do pároco de Nova Laranjeiras verbas foram intermediadas para a compra do terreno de dois hectares e a construção da

do prédio da CFR, localizado na Linha Sarandi a seis quilômetros da sede do município (PPP, 2015). De acordo com a Entrevistada 5 (2017).

[...] existia esse projeto que veio para o Brasil, que começou na França e veio para o Brasil não lembro em que ano, mas que o padre Mário Minutti na época ficou conhecendo esse projeto e ele se interessou muito, porque o padre Mário era uma pessoa que valorizava muito a agricultura familiar e as famílias no campo, ele começou a conversar com o então prefeito na época o Lineu Gomes e juntos eles abriram a primeira turma do curso de qualificação que funcionou lá no naquele espaço, pro lado de cima da prefeitura, funcionou lá na cidade a primeira turma e depois o padre Mário levou o projeto para Itália numa comunidade chamada Osio Sotto e a comunidade com eles sempre fazem assim uma arrecadação por ano pra algum lugar do mundo para eles investir e na época a Itália estava muito bem 1996, 95,97,98 por ai, ele levou o projeto pra Itália e o padre Maurisio investiu e mais membros da comunidade investiram e mandaram dinheiro pra se comprar esse terreno que tem agora e pra fazer toda a parte a primeira parte de estrutura então esse projeto veio pelo conhecimento do padre Mário e pelo investimento do capital do povo italiano e dai foi inaugurada aqui dia 13 de novembro de 1999 e no ano 2000 as primeiras turmas funcionaram aqui [...] (ENTREVISTADA, 5, 2017).

De 1999 até 2006 a CFR funcionou com a formação do ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, sendo certificada pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA). A partir do início do ano letivo de 2006, foi apresentada a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e pela Associação das Casas Familiares da Região Sul do Brasil (ARCAFAR SUL) a proposta de implantação do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, iniciando pela 5ª Série, e a partir do ano de 2007 implantou-se gradativamente o Curso Técnico em Agropecuária, nesse caso a diplomação do educando ocorre através da escola base⁷ Colégio Estadual Rui Barbosa. No ano de 2010 foi cessado a oferta do Ensino Fundamental, passando a oferecer somente a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - Técnico em Agropecuária (PPP, 2015).

A CFR é administrada por uma Associação das famílias da região, através de um Conselho de Administração que representa as comunidades, que é eleito a cada dois anos em Assembleia Geral.

Essa Escola foi mantida pela ARCAFAR/SUL até o ano de 2017 em convênio com outros órgãos, tais como Estado, Prefeitura, Cooperativas, Sindicatos e Associações. Os convênios entre as diferentes entidades e a ARCAFAR/SUL encerram, ficando um último com o Estado. A partir de

⁷ Para cada CFR a Secretaria de Educação designou uma escola da rede pública estadual, chamado escola base, para fins de emissão de documentos, além disso os profissionais que atuam nas CFRs são subordinados à direção da escola base.

julho de 2017, este convênio finda e governo do Estado do Paraná passa a ser único mantenedor da CFR e assume a gerência através da escola base Colégio Estadual Rui Barbosa.

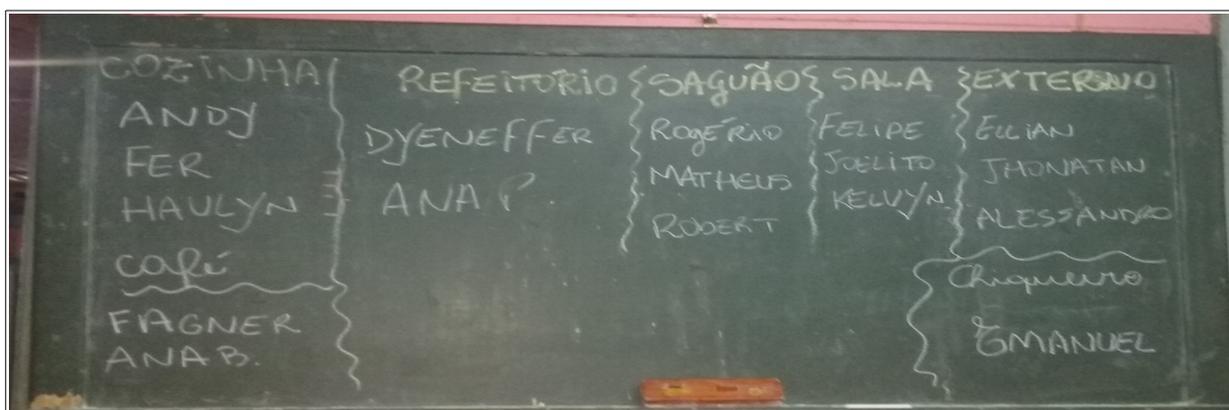
3.2.1 O cotidiano da casa Familiar de Nova Laranjeiras

No decorrer do ano de 2017 a escola contava com dezoito educandos concluintes do terceiro ano do Curso Técnico em Agropecuária e oito educandos do segundo ano.

No período letivo da CFR a alternância ocorre com intervalo de uma semana. No primeiro dia de retorno do tempo comunidade os estudantes são recepcionados pela professora coordenadora, para o momento chamado *colocação em comum*, onde os estudantes de posse de seu caderno de alternância, são reunidos em uma sala e partilham os momentos que vivenciaram em suas respectivas comunidades e recebem orientações sobre a semana de permanência na CFR.

Após esse momento são encaminhados para desenvolvimento de trabalhos práticos, como plantio da hortícolas e algumas culturas anuais. Na sequência são encaminhados para o refeitório, onde reúnem-se em um momento de espiritualidade fazendo uma oração ecumênica antes da refeição. Após o almoço, os estudantes seguem para a realização de suas atividades de organização (limpeza do refeitório, cozinha, banheiro, sala de aula e demais dependências coletivas) estes são previamente organizados em grupos de trabalho (fig. 04) no início da semana.

Figura 04 – Organização dos grupos, para realização das atividades semanais.



Fonte: Campos (2018).

No período da tarde iniciam as aulas propriamente ditas, são conduzidas por componente curricular individualizado, tanto nas disciplinas da base comum do Ensino Médio quanto para as disciplinas da Educação Profissional. No decorrer da semana as aulas ocorrem em período integral, ficando as atividades de organização conforme a elaboração dos grupos.

O processo de formação, além dos componentes curriculares da matriz que mantém conteúdos da base nacional comum do Ensino Médio, também desenvolvem aqueles referente ao

Ensino Profissionalizante, contemplados nas disciplinas de Administração e Extensão Rural, Agroindústria, Fundamentos de Agroecologia, Horticultura, Infraestrutura Rural, produção animal, produção vegetal e solos. O educando deve cumprir ainda uma carga horária relativo ao estágio curricular obrigatório e ao finalizar o curso deve apresentar uma proposta de projeto que contribua para complementação da renda familiar, chamado de projeto profissional de vida do jovem (PPVJ).

3.3. A Casa Familiar Rural de Guaraniaçu

Figura 05 – Prédio da Casa Familiar Rural de Guaraniaçu.



Fonte: Blog – Roda Povo: história, memória e muita conversa.

O município de Guaraniaçu, foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado no ano de 1952, possui uma área territorial de 1.240,063 km² e uma população estimada de 13.641 para o ano de 2017, sendo que destas 7.804 (54%) pessoas vivem em áreas consideradas urbanas e 6.778 (46%) vivem em áreas rurais (IPARDES, 2018).

De acordo com censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, possui uma população jovem na faixa etária de 15 a 29 anos de 3.483 indivíduos, representando 24% dos habitantes do município, sendo 1.755 do sexo masculino e 1.728 do sexo feminino.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,677, a esperança de vida ao nascer é de 75 anos (IPARDES, 2018).

A economia do município é fomentada essencialmente pela agricultura e pecuária, tendo cerca de 2.095 estabelecimentos agropecuário, sendo desses 701 destinados a lavoura temporária e 1.156 desenvolvem atividades de pecuária (corte e leiteira), 157 de horticultura e floricultura sendo os demais estabelecimentos distribuídos entre lavoura permanente e produção florestal (IPARDES, 2018).

Diante dessa realidade foi então fundada a Casa Familiar Rural de Guaraniaçu, no bairro Industrial na sede do município, no ano de 2006. A administração pública em parceria com a ARCAFAR/SUL, implantou o projeto (RIZZO, 2014) aliado ao programa “Escola do Campo” que era vinculado às Secretarias de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Desenvolvimento Urbano, Educação, Fazenda e Planejamento, bem como da Associação Regional das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR/SUL e Prefeitura Municipal (CECCATTO, 2014).

O prédio onde se localiza a escola pertence a Prefeitura Municipal de Guaraniaçu, sendo cedido o espaço para uso da Associação Casa Familiar Rural, no local também existe uma cozinha industrial, que foi montada pela prefeitura para complementar as atividades práticas da CFR, mas que também pode ser utilizada por outras associações e entidades do município. Sobre a implantação ainda cabe destacar

[...] Porque que foi fundada a Casa, então, primeiro foi um ato político que a prefeita na época era Ana Neoli, buscou isso porque era um programa das regiões que tinham um IDH baixo. Então o objetivo maior dessa prefeita que observou isso de trazer esse tipo de ensino para cá e talvez desenvolver a agroindústria aqui no município, então o objetivo maior era esse, que nem foi agroindústria, a Casa primeiro foi com os pequenininhos, mas era já desenvolver o campo e tentar manter as pessoas no campo. Porque se observava na cidade que as pessoas saiam, iam para a cidade, e a prefeita tendo em vista isso começou a montar um grupo e mexer com os professores e foi [...] que dois professores vieram para cá e até foram afastados antes para desenvolver e iniciar o trabalho[...] e quais eram os requisitos para as pessoas estudarem era estar no campo, então era bem criterioso, hoje não está mais dessa forma, mas quando iniciou era somente para pessoas do campo. [...] então prefeitura movimentou na verdade as comunidades começou a falar sobre a Casa o projeto como ia ser uma semana em casa, uma semana aqui que ia ser tudo voltado para agricultura, tudo contextualizado, então aqui era uma escola que iniciou muito bem, talvez desestruturada que não tinha nem local mas essa essência era bem trabalhado [...] (ENTREVISTADO, 17, 2017).

A CFR de Guaraniaçu iniciou suas atividades com ensino fundamental. Os estudantes ingressaram a partir do quinto ano, e com a conclusão da oitava série os pais queriam que os filhos continuassem os estudos na mesma modalidade de ensino, foi então que no ano de 2010, iniciou o curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

Existia desde 2006, uma deliberação do Conselho Estadual de Educação, que determinava que os estabelecimentos que tivessem interesse em ofertar o Ensino Profissionalizante deveriam encaminhar o processo solicitando credenciamento e autorização do curso. Assim foi feito, ao obter essa autorização ficou também deliberado que o Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco

Ferreira Da Costa, como a escola base da CFR Guaraniaçu, por meio do qual seriam emitidos os diplomas de formação Técnica.

Essa Escola foi mantida pela ARCAFAR SUL até o ano de 2017 em convênio com outros órgãos, tais como Estado, Prefeitura, Cooperativas, Sindicatos e Associações. Os convênios entre as diferentes entidades e a ARCAFAR SUL encerram, ficando um último com o Estado. A partir de julho de 2017, este convênio finda e governo do Estado do Paraná passa a ser único mantenedor da CFR e assume a gerência através da escola base.

3.3.1 O cotidiano da Casa Familiar de Guaraniaçu

No decorrer do ano de 2017 a escola contou com 13 estudantes no terceiro ano e 8 estudantes no segundo ano do curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.

A alternância ocorre com intervalos de uma semana de tempo comunidade e tempo escola. ao retornarem de casa os estudantes participam de um primeiro momento, conduzido pelo coordenador da CFR, onde compartilham os momentos vivenciados no tempo comunidade e apresentam o chamado caderno de alternância (anexo 3). Documento preenchido pelos professores com todas as atividades que os educandos deveriam desenvolver em casa, além de um espaço para preencherem com as quais atividade foram realizadas junto aos seus pais ou no estágio obrigatório.

O coordenador confere se todas as tarefas foram desenvolvidas pelo educando, o momento encerra com avisos, combinados e tarefas a serem executadas durante a semana. Ao fim desse momento os educandos são conduzidos ao refeitório, onde realizam um momento de espiritualidade antes da refeição (a orientação na CFR é que só inicia a oração e a refeição após a chegada no refeitório de todos os presentes na casa). Ao fim da refeição, todos, de acordo com seu grupo de trabalho (previamente estabelecido) devem desenvolver a tarefa relativa ao seu dia de atividade, essas tarefas são cotidianas, como lavar louça, limpar o refeitório, o saguão, a sala de aula, organizar seus quartos, irrigar a horta, entre outras tarefas necessárias para boa convivência na CFR.

Na parte da tarde iniciam-se as aulas propriamente ditas, são de maneira geral, disciplinas isoladas, onde os componentes curriculares da base nacional comum, com exceção de português e matemática, que na medida do possível conseguem se articular com o tema gerador⁸, as demais em nada se relacionam com o tema da semana. Já os componentes do ensino profissionalizante conseguem construir uma relação com o tema gerador em função do próprio contexto de vivência do professor.

8. Trata-se de um elemento da Pedagogia da Alternância, que consiste em um tema de estudos que deve permear os componentes curriculares. Este, deve estar relacionado as demandas da comunidade e deve ser selecionado(um para cada semana de alternância) e planejado no início do ano letivo, juntamente com a comunidade.

Além da sala de aula, os estudantes participam de visitas de estudos (fi. 06) que são relacionadas ao tema gerador da semana, como por exemplo, agroindústria de embutidos; agroindústria de processamento de cana-de-açúcar; produção e processamento de morangos, além de Universidades e Centros Experimentais ligados a órgãos de pesquisas.

Figura 06 – Educandos da CFR Guaraniaçu, realizando uma visita de estudos em agroindústria de cana de açúcar, em uma unidade familiar no município de Guaraniaçu.



Fonte: Campos (2018).

No período da noite os educandos sempre tem alguma atividade complementar, realizada geralmente por algum voluntário da comunidade, como palestras, aulas de reforço, entre outros. O regimento da CFR não permite aos educandos o uso dos equipamentos eletrônicos como celulares e notebook, salvo quando orientados pelos professores e ainda assim somente em espaços coletivos da CFR. No entanto, em comum acordo com os pais e professores, ficou decidido que durante uma hora por noite (20h às 21h) os educandos têm autorização de uso dos celulares e computadores em espaços coletivos.

Os conteúdos desenvolvidos na formação do curso Técnico em Agroindústria, são distribuídos em componentes curriculares da base nacional comum do Ensino Médio e componentes do ensino profissionalizante sendo elas: Controle de qualidade no processamento agroindustrial, Gestão Ambiental, Gestão e Planejamento da Produção Agroindustrial, Higiene Agroindustrial e Segurança do Trabalho, Tecnologia de Carnes e Derivados, Tecnologia de Laticínios, Tecnologia de Grãos, Tecnologia de processamento vegetal. Além dos componentes curriculares de acordo com a matriz do curso os estudantes devem cumprir um total de 133hs de estágio curricular, que são divididos

metade no segundo ano e a outra metade no terceiro ano e são concluídos com apresentação de um relatório das atividades.

Permeando os conhecimentos adquiridos durante a formação o educando do terceiro ano, deve apresentar o Projeto Profissional de Vida do Jovem, que se torna um elemento essencial para estimular a permanência deste no campo. Esse trabalho consiste em desenvolver um projeto que esteja em consonância com as atividades desenvolvidas nas unidades de produção e que favoreça a diversidade no sistema produtivo e ainda possa ser um complemento na renda familiar.

3.4. A Casa Familiar Rural de Pinhão

Figura 07 – Casa Familiar Rural de Pinhão, vista a partir da horta.



Fonte: Campos (2018).

O município de Pinhão, foi desmembrado de Guarapuava e instalado no ano de 1965, possui uma área territorial de 2.001,783 km² e uma população estimada de 32.322 para o ano de 2017, sendo que destas 15.317 (51%) pessoas vivem em áreas consideradas urbanas e 14.891 (49%) vivem em áreas rurais (IPARDES, 2018).

De acordo com censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, possui uma população jovem na faixa etária de 15 a 29 anos de 7.797 indivíduos, representando 26% dos habitantes do município, sendo 3.887 do sexo masculino e 3.910 do sexo feminino.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,654, a esperança de vida ao nascer é de 73,36 anos (IPARDES, 2018).

A economia do município é fomentada essencialmente pela agricultura e pecuária, tendo cerca de 2.663 estabelecimentos agropecuário, sendo desses 891 destinados a lavoura temporária e 1.124 desenvolvem atividades de pecuária (corte e leiteira), horticultura e floricultura 196; Produção florestal plantadas 290 e florestas nativas 129 (IPARDES,2018).

Inserida nesse contexto de produção do município, surge a Associação Casa Familiar Rural de Pinhão a partir da organização de pequenos produtores rurais, grupos jovens do município e entidades como: Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), ARCAFAR-SUL e o Centro de Estudos Supletivos CES – Pinhão. Que perceberam no projeto CFR uma possibilidade de amenizar o êxodo rural, recorrente no município, além de se tornar uma alternativa de desenvolvimento das unidades produtivas (PPP, 2016).

A CFR foi fundada em dezembro de 1997, tendo início das atividades em 1998, onde a primeira sede se localizava no Parque Coronel Lustosa. Conforme

[...] os parceiros a AFATRUP, a Secretaria de Agricultura do Município, na época em 1996 eles já começaram a articular e em 96 eu não me recordo o nome, mas uma pessoa que havia visitado em outro município, um projeto de CFR, havia gostado da ideia e trouxe a ideia para um encontro, como se fosse uma reunião do COMDER⁹, onde estava presente a AFATRUP, a secretaria de Agricultura e outras organizações mais da agricultura familiar mesmo... porque havia um prédio e nesse prédio várias secretarias funcionavam, a rádio era uma secretaria, a cooperativa CRESOL¹⁰ outra secretaria, o SINTRAF¹¹ outra secretaria e a AFATRUP outra secretaria. E aí o pessoal da agricultura (agricultores), foram convidados para essa reunião para esse primeiro encontro e aí foi se falado da ideia da CFRs, mostrado a experiência de outros municípios e a partir disso que foi se discutindo a ideia de trazer para Pinhão esse projeto. Foi entrado em contato com ARCAFAR/SUL e aí em uma segunda reunião veio uma pessoa da ARCAFAR/SUL o José Maria Lorenzini. Ele veio para Pinhão trouxe a Ideia, explicou certinho o que seria esta Casa Familiar Rural como que trabalharia e o que precisaria ter para assim abrir uma CFR. A partir disso a prefeitura se mostrou interessada e apoiou a questão da abertura desse projeto da CFR. A prefeitura cedeu um espaço físico que na verdade era um aprisco de ovelhas no parque Coronel Lustosa. Tem até hoje a construção, que era um local bem rústico onde a prefeitura fez algumas modificações e reformas[...] (Entrevistada 03, 2017).

De 1998 até 2005 a CFR funcionou com a formação do Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, sendo certificado pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), além da qualificação em Agricultura, certificado pela

9. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

10. Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

11. Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

ARCAFAR/SUL. A partir do ano de 2006, a escola passou a oferecer ensino regular em nível fundamental em parceria com a Escola Base Colégio Estadual Santo Antônio.

No de 2007 teve início a 1ª turma do Projeto Escola de Fábrica¹² com ênfase em Agroecologia. Em 2008, por meio de Convênios entre a Associação a Casa Familiar Rural de Pinhão, Governo Federal via Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura Municipal, concluiu-se a construção de sua sede própria, localizada no Centro de Produção, PR 170, Bairro Dois Irmãos. Possibilitando a implantação do Curso Técnico na modalidade Integrado ao Ensino Médio, que posterior a um diagnóstico participativo envolvendo toda a comunidade, optou-se pelo Curso Técnico em Agroecologia (PPP, 2016).

Quanto ao público atendido pela CFR de Pinhão são jovens filhos de agricultores familiares, assentados, acampados, ribeirinhos, quilombolas e faxinalenses.

3.4.1 O cotidiano da Casa Familiar Rural de Pinhão

No decorrer do ano letivo de 2017 a escola contou com 52 estudantes, sendo 23 no primeiro ano, 15 no segundo ano e 14 no terceiro ano do curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio.

A Alternância ocorre com intervalos de uma semana, entre o tempo comunidade e o tempo escola. Ao retornarem do tempo comunidade, os estudantes iniciam as atividades da semana com o chamado momento da partilha, onde todos os professores presente na casa, funcionários e os estudantes, reúnem-se para partilharem os alimentos que trouxeram de suas unidades produtivas. Além da partilha dos alimento, compartilham também as experiências que vivenciaram no tempo comunidade. Encerrado esse momento, iniciam-se as aulas, em componentes curriculares isoladas.

No decorrer do dia, durante intervalos mais longos (após o almoço e fim de tarde) os educandos são conduzidos para trabalhos na horta e no pomar (fig. 08) da escola. No período noturno são proporcionados momentos diferenciados para cada dia da semana, como atividades esportivas, culturais, palestras e uma noite é reservado para o estudo de línguas através do Centro de Línguas Estrangeiras Moderna (CELEM), ofertado na própria escola.

12. Escola da Fabrica foi criado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, executado pelo Ministério da Educação, com objetivo de incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas.

Figura 08 – Educandos da CFR de Pinhão em atividades de implantação do pomar da escola.



Fonte: Campos (2018).

Quanto aos conteúdos desenvolvidos na formação, além daqueles propostos pelos componentes curriculares da base nacional comum do Ensino Médio, a matriz do curso ainda propõem os seguintes componentes relativos à formação profissional: agricultura agroecológica, gestão da propriedade agroecológica, agroindústria familiar, manejo sustentável dos solos, mecanização agrícola, segurança no trabalho, manejo sustentável de animais, projeto de instalação agroecológica e estágio profissional supervisionado.

Cabe destacar que embora a escola mantenha um tema gerador para cada semana de alternância os componentes curriculares da base nacional comum do Ensino Médio de forma geral não dialogam com os temas, ficando a cargo de cada professor, ocorre eventualmente uma espécie de voluntarismo em relação a este diálogo. No entanto, nos componentes da Educação Profissional essa ponte com o tema gerador é uma situação constante, muito mais pelas vivências cotidianas dos profissionais da área, do que necessariamente uma diretriz da escola.

3.5. Contradições enfrentadas pelas CFRs - proposta pedagógica X realidade de aplicação

O ensino brasileiro de acordo com Begnami (2010) sempre esteve a serviço da burguesia. Esta classe que se encarregou de aprimorar a livre força de trabalho humano, para os mercados de trabalho, e assim tornou a mão de obra mais adequada aos novos projetos e funções nas fábricas e serviços modernos. O Brasil passou durante o Séc. XX de um país predominantemente rural e com

escala educacional pequena, para uma grande escala com predominância de aumento de população e altas taxas de urbanização e industrialização. A regulamentação do ensino brasileiro sempre foi tomando forma e assumindo as urgências dos grupos que assumiam o controle político do país (SAVIANE, 2004).

Na emergência da urbanização e do êxodo rural se constrói também as políticas de educação voltado às populações do campo, sempre no princípio de formar massa trabalhadora para a indústria, a chamada Educação Rural. Delgado (2012) afirma que o modelo de desenvolvimento pensado para o rural brasileiro também esteve apoiado em grandes monoculturas e com um processo intenso de industrialização e desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com setor externo.

Nesse contexto, torna-se importante discutir os processos que envolvem o ensino nas CFRs sempre vinculado aos ideais formadores da Pedagogia da Alternância. Conforme os Projetos Político Pedagógico das CFR estudadas “Casa Familiar Rural é um ambiente educativo dentro do meio rural, para a formação de adolescentes e jovens rurais, visando uma educação personalizada e uma formação integral, a partir da sua realidade”. Dessa forma a proposta de criação de cada curso, foi construída com base nos pressupostos da Educação do Campo, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, artigo 3º no qual cita: Exercício pleno da Cidadania; Desenvolvimento Sustentável do País; Justiça Social; Solidariedade e o diálogo entre todos/as; garantia à universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação profissional de nível técnico, sendo esta última prerrogativa que se baseiam as escolas para oferta do ensino profissionalizante em cada CFR.

De acordo com esta resolução entende-se que a Educação do Campo assim como o ensino-aprendizagem proposto pela Pedagogia da Alternância através das CFRs tornam-se incompatíveis com o modelo de agricultura capitalista embasada no latifúndio e no agronegócio, que justamente representa a exclusão e morte dos camponeses. Sendo assim, a Educação do Campo combina com reforma agrária com agricultura camponesa/familiar e com Agroecologia (CALDART, 2005) e outras experiências baseada nas agriculturas tradicionais e que tenham o objetivo de promover o Desenvolvimento rural, que seja sustentável, conforme já discutido neste trabalho.

Sobre o ponto de vista da legislação é importante entender que a Educação do Campo tem como marco legal a LDB que em seu artigo 28 vai tratar da oferta de educação básica para a população rural e declara que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação e às peculiaridades da vida rural e de cada região. Ainda sob os marcos legais de apoio a

Educação do Campo destacamos Parecer 36/2001 que vai tratar das diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

A Educação do Campo é pensada como forma de garantir um novo projeto de desenvolvimento do campo e seus sujeitos, o que leva a uma reflexão também sobre o sistema agroalimentar e como ele se relaciona com esses povos, se contrapondo ao modelo hegemônico. Desta forma, dialoga diretamente com a Agroecologia, que assim como a Educação do Campo torna-se um mecanismo de empoderamento do sujeito do campo estimulando a permanência do jovem, que ao reafirmar sua identidade, passa a ver o campo como um espaço de vida (Oliveira, 2011).

Neste processo e apoiado por autores como Borges(2012), Nosella (2013), Estevam (2012), Puig-calvó; Gimonet (2013), Begnami; Burghgrave (2013), foram enumerados elementos fundamentais da pedagogia da alternância (quadro 01) para a formação dos jovens nas CFRs e fez-se um paralelo onde elencou-se a realidade atual vivenciada nas CFRs da Cantuquiriguaçu.

Quadro 01 - Comparativo entre o projeto pensado para as CFRs e o projeto como está sendo vivenciado no ano de 2017 nas CFRs da Cantuquiriguaçu.

Elementos importantes para a formação de acordo a Pedagogia da Alternância e no contexto de uma escola do Campo	O projeto ideológico	A realidade
Elementos da Pedagogia da Alternância		
Plano de formação	Momento em que a comunidade escolar e entorno debatem e elaboram o temas geradores, forma de planejar o ano letivo de acordo com as demandas atuais da comunidade	Ocorria a em anos posteriores, mas não foram mais atualizados, e os temas geradores seguem de acordo com demandas antigas.
Planos de estudo	Roteiro investigativo elaborado coletivamente entre professores e educandos para guiar os estudos junto às famílias no tempo comunidade.	Nem todas as CFRs desenvolvem e as que o fazem, ocorre de modo descontextualizado e sem muito compromisso por parte dos estudantes.
Colocação em Comum	Espaço onde os educandos de posse de suas anotações e observações socializam os momentos vivenciados no tempo comunidade.	Poucos estudantes falam espontaneamente, quando são indagados a falar, as falas são repetitivas, como um jogo de perguntas e respostas, sem

		contextualização com a unidade produtiva
Aulas	Orientados pelos temas geradores é o espaço onde discute-se o conhecimentos de base científica, sobre um olhar multidimensional e relacionados com a prática cotidiana do educando.	Ocorrem de forma geral em disciplinas isoladas, distantes da realidade, com raras exceções, onde o professor já esta muito familiarizado com o processo de ensino e conhece o contexto familiar do educando.
Visitas externas	São visitas que ocorrem durante a semana que os estudantes se encontram na escola, onde os mesmos vão conhecer alguma unidade produtiva, sindicatos, universidades, cooperativas agroindústrias, que estejam relacionado com o tema da semana.	Apesar de não ocorrer em todas as CFRs, é um elemento que desperta uma forma diferente de gerar conhecimento, onde constatou-se o interesse dos educandos em desvendar o processo.
Caderno de Alternância	Elemento onde os educandos sistematizam as atividades, e experiências vivenciadas tornando-se um referencial de trabalho para a unidade produtiva.	Muitos dos educandos não se utilizam desse instrumento, e os que utilizam-se o fazem simplesmente como um conjunto de perguntas e respostas em relação ao questionário elaborado na escola.
Internato	Instrumento que trabalha a organização do espaço de convivência que estimula o trabalho em grupo e o respeito ao trabalho do outro.	Tem sido motivo de brigas desentendimentos, observado a falta de cooperação entre os educandos.
Projeto profissional	Elemento chave no processo formativo do jovem. Onde o mesmo desenvolve uma proposta de trabalho e vida para melhorar a capacidade produtiva da unidade familiar, proporcionando um complemento na renda.	Nem todos os educando compreendem a proposta, não respeitando o princípio da diversidade para a unidade de produção e complemento na renda, se tornando em muitos casos um mero trabalho de conclusão de curso.

Elementos de relação entre escola x comunidade		
Formação do Profissional	Ligada às demandas locais e regionais ligadas ao campo, gerando um profissional que além da técnica tenha articulação política sobre os processos sociais de seu meio.	Tem gerado profissionais despolitizados e cada vez mais desconectados do campo.
O curriculum	Deve proporcionar um conhecimento de base científica de modo multidisciplinar, atrelado a realidade do jovem, promovendo o ensino através da contextualização e integração dos diferentes saberes.	Proporciona disciplinas isoladas, descontextualizadas e desconectada das demandas da atual realidade da agricultura familiar camponesa.
A família	Elemento fundamental do processo de ensino que faz a conexão entre a realidade da unidade produtiva, o jovem e o ensino recorrente na escola.	De maneira geral tem sido ausente, ou com baixa participação no processo.
O professor	Peça fundamental desse quebra-cabeça, deve conhecer a realidade do educando, se articular com a família e comunidade e demais membros da escola se transformando assim em um interlocutor entre os tipos de conhecimentos existentes. O profissional deve ter uma realidade de vida que se relacione com as atividades do campo.	Devido ao modo de contratação, só vem a escola para desenvolver atividade de sua disciplina, não tem participação no momento da partilha ou visitas de estudos, muito menos consegue contato familiar. Além da alta rotatividade de profissionais, que em alguns casos se deslocam de outras cidades para dar aula nas CFRs.
A associação	Garante a autonomia dos processo, desenvolve atividades de gerenciamento e atividades políticas no acesso a políticas públicas , além de ser um elo articulador de relações entre toda a comunidade.	Baixa participação dos membros tem levado a perda de autonomia sobre o processo de ensino, e não tem reconhecimento político frente a outras entidades dos municípios.
Os convênios	Garantem a autonomia sobre o contexto do ensino, e articulação entre diferentes poderes e sociedade civil. Além	Tem sido extintos, e o governo estadual tem mantido minimamente os recursos, nos moldes da

	de garantir os recursos necessários ao funcionamento da escola	educação oferecida aos jovens da cidade, sem garantir as especificidades de cada CFR.
A alimentação	Deve promover a Soberania e a segurança alimentar, estando articulada com o modo de vida do jovem do campo.	Realizada através do programa de alimentação escolar do governo do PR, onde a maioria dos gêneros são iguais em todas as escolas, com elevados gêneros processados, como leite em pó, pure de batata desidratada, feijão pré cozido, milho e ervilha enlatados, entre outros.
Elemento espaços físicos		
Biblioteca	Espaço que desperta a curiosidade dos estudantes, promove o aprofundamento dos conhecimentos, estimulando a imaginação e a troca de saberes.	Quando existem, tem se transformados em depósitos, com acervos desatualizados, com ambiente e mobiliário inadequado a leitura e discussão.
Laboratórios	Espaços que proporciona ao educando a relação entre teoria e prática na construção do conhecimento.	Quando existentes, totalmente sem recurso de funcionamento, nos casos de informática, computadores desatualizados e sem conexão com internet, nos de aulas práticas, falta sementes, ferramentas, entre outros.
Áreas de lazer	Promove a trocas de saberes entre os educandos, fomentam atividades culturais e desportivas.	Praticamente inexistente, algumas possuem um campo de futebol, e uma sala com mesa de tenis e som e televisão que geralmente não sintoniza canais.
Elementos pedagógicos (data show, tv)	Esses facilitam, a contextualização no processo de ensino-aprendizagem, a medida que favorecem uso de imagens e vídeos	Nem todas as escolas possuem, além de apresentarem problemas de manutenção, ou ainda não é suficiente em relação ao número de turmas da escola.

Diante projeto ideológico¹³ e a realidade percebida que é executada pelas CFRs (quadro 01), podemos observar que alguns deles apresentam discrepância entre o proposto e o vivenciado. Com isso, não queremos dizer que as CFRs da Cantuquiriguaçu devem caminhar exatamente como foram as *Maisons* francesas origem da Pedagogia da Alternância, até porque compreendemos que cada escola vivencia uma realidade local, contudo não deixar de evidenciar o diferencial desta proposta. Também não pretende-se meramente apontar os problemas, mas a partir de uma leitura da realidade, buscar alternativas para que essas escolas não se percam como tantas outras em meio ao avanço do capital que tem varrido todas as possibilidades de resistência e luta dos povos camponeses.

3.5.1 Elementos da Pedagogia da Alternância

O *plano de formação* é um esquema didático, onde de modo coletivo, entre a equipe da CFR, as famílias dos alternantes, os parceiros e os próprios educandos, organizam as semanas de alternância e os temas geradores¹⁴, ou seja, trata-se de uma espécie de planejamento do ano letivo, integrando diferentes sujeitos (BORGES, 2012); (ESTEVAM, 2012). Porém, quando esse momento não ocorre mais, significa que a escola não se relaciona com as demandas locais e que portanto, também se omite diante das necessidades da comunidade e das unidades de produção no processo de formação do jovem.

A partir do plano de formação e do tema gerador são desenvolvidos os *planos de estudos* que trata-se de um roteiro investigativo, uma espécie de questionário elaborado de forma coletiva entre a equipe da CFR e os educandos. Os estudantes levam para sua residência a fim de aprofundar com a sua realidade socioprofissional, servirá como uma guia de estudos e de pesquisas a ser desenvolvido junto a sua família, vizinhos e comunidade sobre o tema gerador da alternância (BORGES, 2012).

É perceptível a falta de comprometimento por parte dos estudantes em realizar esse roteiro investigativo com a família. Porém, isso reflete a falta de engajamento entre a família e a escola. Nesse sentido a família não conhece os elementos da metodologia da escola e no entanto, não há cobranças sobre o educando na realização das atividades. E a escola por outro lado, no início do ano já não escolhe coletivamente o tema gerador e ainda não consegue atrelar o conteúdo das disciplinas com as informações apresentadas pelos estudantes, desta forma, realizar a atividade por parte dos estudantes, torna-se desmotivante e desnecessária.

13 Projeto pensado pelos idealizadores da Pedagogia da Alternância, como proposta emancipadora de homens, mulheres e jovens do campo.

14. Temas que permeiam a abordagem dos conhecimentos curriculares proposto, sendo trabalhado em uma lógica interdisciplinar.

Quando os educandos retornam de seu convívio familiar e comunitário para a CFR, os professores realizam um momento descrito como *conhecimentos partilhados* ou *colocação em comum* onde os educandos de posse suas observações, tem um espaço para socializar e expor seu ponto de vista, esse momento possibilita a interação entre os processos ocorridos em cada unidade produtiva, sistematizados no olhar de cada educando, além de desenvolver a capacidade de expressão e síntese dos mesmos (ESTEVAM, 2012).

Este que deveria ser um dos momentos mais ricos do método de alternância, por permitir a interação entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, no entanto, assim como no elemento anterior percebe-se uma indiferença, que novamente reflete a falta de integração entre os espaços e atores envolvidos no processo. Para os estudantes, um mero jogo de perguntas e respostas sem complexidade e contextualização, quanto a equipe pedagógica tem se resumida na participação unicamente do coordenador/coordenadora, quem em alguns casos nem é professor de disciplina na escola. Desta forma, não há fomento nas discussões e conseqüentemente não favorece a troca de conhecimentos.

Orientados pelo plano de formação, temas geradores e conhecimentos partilhados no cotidiano da CFR acontecem também as *aulas* que apresentam e sistematizam conteúdos em disciplinas, onde discute-se e apresenta o conhecimento de base científica sobre um olhar multidimensional e relacionado com as práticas cotidianas dos educandos, na perspectiva de contribuir para a realidade vivenciada em suas unidades familiares e comunidades (BORGES, 2012). As aulas, tem ocorrido através de disciplinas isoladas, desarticuladas da realidade do educando, uma vez, que os elementos anteriores não tem favorecido essa apropriação do real, conseqüentemente, comprometem a capacidade de formar sujeitos autônomos capazes de pensar e agir mediante os problemas que surgem na realidade produtiva e comunitária.

Além dos já descritos, outro elemento importante nesse processo são as *visitas externas* ou *visita de estudos* precedida de uma preparação entre professores e educandos, onde planejam ações e preparam questionamentos. Essa visita é realizada durante o tempo escola, em geral são a uma unidade produtiva, uma empresa, sindicato, universidades, cooperativas, entre outros locais que de forma geral dialogam com o tema gerador da semana.

Após o retorno da visita faz-se a colocação em comum, estimulando o debate e a partilha dos conhecimentos entre os educandos. Esse elemento é importante para facilitar o contato com outras experiências. Neste mesmo sentido de promover o contato com outras experiências, ainda destaca-se o *Estágio* [...] “representa uma maneira pela qual o jovem tem a oportunidade confrontar sua realidade com outra” (ESTEVAM, 2012, p.88). Este, tem se tornado o elemento que mais se

aproxima da proposta da pedagogia da alternância, apesar de não ocorrer todas as semanas em todas as CFRs, principalmente devido a falta de recursos para o deslocamento dos estudantes. O entusiasmo no educando é visível em cada visita, percebe-se interação e curiosidade, sendo refletida inclusive após quando se promove na escola um momento de partilha e avaliação.

Todos os elementos da pedagogia da alternância, experiências vividas e práticas são sistematizados e organizados conforme a realidade de cada CFR em um elemento chamado *caderno de alternância*, conforme Estevam (2012, p.82) [...] “toma por base a realidade vivenciada pelos jovens favorece a junção entre teoria e prática[...] é o elemento de diálogo entre jovens e familiares intermediado por um questionário”. Para Borges (2012) esses registros organizam o aprendizado do educando e passa servir de referencial posteriormente em meio ao trabalho.

Dentre as CFRs estudadas, somente uma utiliza-se desse elemento. E ainda assim, de maneira diferenciada da proposta da Pedagogia da Alternância, aqui ele é proposto como uma lista de atividades (anexo c) organizada pelo professor de cada disciplina e o educando deve resolver durante o tempo comunidade. Estes são apresentados ao coordenador na semana de retorno a escola, ou seja, tornou-se um instrumento de controle sobre a realização dos exercícios propostos para casa. O caderno de alternância perdeu o sentido de ser um elemento articulador entre teoria e prática, mais que isso, deixa de exercer sua função no processo, que seria de servir de referencial de orientação para o desenvolvimento dos trabalhos na unidade produtiva.

Nosso próximo elemento, que segundo Borges (2012) não trata-se necessariamente de um elemento didático, mas, um instrumento pedagógico é o *Internato*. Que trabalhar a organização do espaço de convivência, onde o educando ocupa-se de atividades do cotidiano da casa (limpeza, organização), as quais desenvolvem no educando a capacidade de trabalho em grupo, respeito ao trabalho do outro, pois, todos são responsáveis por desenvolver as mesmas tarefas ao longo das alternâncias. Mesmo as tarefas consideradas “de meninas¹⁵” são divididas igualmente de modo que todos devem executá-las, na intenção de derrubar este mito da diferença entre gêneros.

Embora, o elemento tenha a função de trabalhar a cooperação, por si só ele não consegue desenvolver essa condição. Ele precisa estar articulado com as discussões em sala, associada a ações do dia a dia, caso contrário, acaba por se tornar um elemento de desentendimento e preconceito, realidade vivenciada hoje nas CFRs. Dessa forma, reflete o efetivo que se tem hoje na sociedade e que se reproduz nas comunidades, nas famílias e até mesmo nas escolas, uma sociedade

15 Atividades de meninas são aquelas como limpar fogão, lavar panelas, limpar o banheiro. Ou seja, atividades caracteristicamente exercidas pelas mulheres, refletindo a divisão do serviço doméstico que permeiam as discussões de gêneros expressas na sociedade patriarcal.

que tem como princípio o individualismo e a competitividade, também refletido no sistema produtivo, onde o princípio da cooperação e da ética se perdeu.

O elemento internato que deveria corroborar com o princípio da cooperação não cumpre seu papel. Inclusive na matriz curricular das CFRs não propõe componentes curriculares que discutem os sistemas cooperativos, o que nos deixa claro que nem a prática nem a teoria, tem proposto uma formação autônoma e engajada em buscar solução aos problemas que permeiam a realidade atual do coletivo.

A pedagogia da Alternância propõem como passo final da formação o *Projeto Profissional de vida do Jovem* (PPVJ) que é apresentado pelo educando como proposta a desenvolver na unidade produtiva familiar, sendo esse um elemento central do processo de ensino-aprendizagem (FRANCA-BEGNAME,2013). Pois, trata-se de uma construção sistematizada dos demais elementos, uma vez que essa proposta parte de uma análise aprofundada da unidade de produção em todos os âmbitos, sociais, ambientais, produtivo, econômico e humano para que assim se faça um redesenho da unidade produtiva que seja capaz de fomentar autonomia.

Para Estevam (2012) não se trata apenas de propor uma atividade para complementar a renda da unidade, trata-se da expressão de todos os elementos vivenciado não só pelo educando, mas, também por sua família, por isso trata-se de um projeto de vida. Sendo assim, deve refletir anseios e aspirações que educandos e sua família almejam para o futuro. Nesta perspectiva, investigamos junto aos educandos, como se deu a construção do PPVJ.

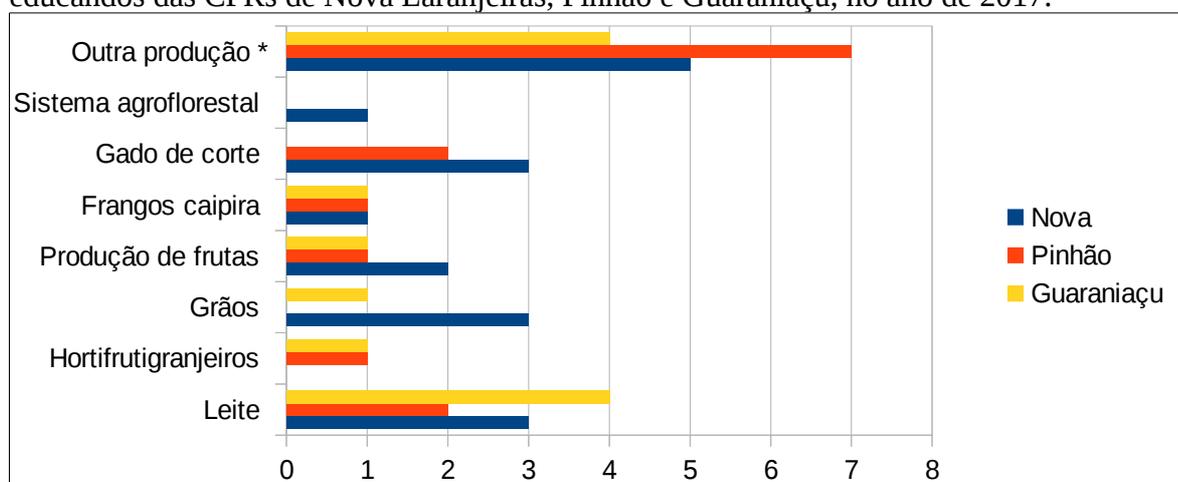
Dos questionários respondidos pelos educandos quanto a construção e aplicabilidade do PPVJ , 11% afirmaram que conseguiram contribuir com opiniões nas unidades produtivas; 20% afirmaram que só estavam realizando o projeto, porque é um requisito para formação; 13% afirmaram que o projeto além de contribuir para unidade produtiva poderia ser aplicado a sua comunidade; e 55% afirmaram que o projeto pode ser aplicado à unidade produtiva familiar. No entanto, quando perguntado como foi a elaboração do projeto 66% responderam que escolheram os temas sem ajuda da família; 18% afirmaram que o tema foi discutido em família; e 15% responderam que a família sugeriu o tema.

Estes dados mostram que o PPVJ que deveria ser o auge da formação tem se tornado um instrumento subaproveitado e que não cumpre o seu papel, principalmente pelo fato de que a família tem uma participação mínima na escolha dos temas e na elaboração do trabalho e conseqüentemente não será fomentadora da implantação do projeto na unidade produtiva.

Quanto aos temas em que foram propostos nos PPVJ (fig. 09), observa-se que a produção de leite, frango caipira e frutas ocorreram nas CFRs dos três municípios. Para os projetos

desenvolvidos pelos educandos de Nova Laranjeiras surgiram propostas para grãos, gado de corte, sistema agroflorestal, caprinocultura, agroindústria da cana-de-açúcar, sericicultura, ovinocultura e plantas medicinais. Já em Guaraniaçu hortifrutigranjeiros, grãos, sericicultura, agroindústria panificação e piscicultura. Os PPVJ dos educandos de Pinhão foram hortifrutigranjeiros, gado de corte, horta mandala, plantas medicinais e melhoria nas embalagens para doces. Observa-se que no geral, poucos temas foram desenvolvidos articulados com a vocação produtiva do município e do curso.

Figura 09 – Temas envolvidos na construção do projeto profissional de vida do jovem dos educandos das CFRs de Nova Laranjeiras, Pinhão e Guaraniaçu, no ano de 2017.



Fonte: Campos (2018). *outras produções = ovinocultura, sericicultura, piscicultura, caprinocultura, agroindústria da cana de açúcar, plantas medicinais, panificação e embalagens de doces.

Oposta ao tema da produção de leite, o sistema agroflorestal se destaca como o tema com menor citação entre áreas propostas no questionário, aparecendo somente no município de Nova Laranjeiras. Este dado, já revela uma contradição, em relação principalmente ao curso de Agroecologia desenvolvido na CFR de Pinhão. Pois, quando comparado aos dados produtivos do município, percebe-se que dos três é o que apresenta maior número de unidades que fazem uso de florestas plantadas e nativas. Além disso, o extrativismo da erva mate e do pinhão também é recorrente. Porém, quando observados os PPVJs dos estudantes deste município, não há nenhum que proponha atividades de sistema agroflorestal. Ou seja, o dado aponta para desarticulação entre a formação do estudante e a realidade produtiva do seu município.

3.5.2 Elementos de relação entre escola x comunidade

Ao analisar o contexto produtivo dos municípios sedes da CFRs na Cantuquiriguaçu, percebe-se que os mesmos possuem um potencial produtivo para o qual existe um mercado ascendente e que ainda demanda de organização, planejamento e estratégias de desenvolvimento. Em contrapartida

temos as profissões desenvolvidas em cada CFR do território, voltados para esta demanda, o que acaba por justificar as propostas curriculares desenvolvidas em cada uma delas.

Neste cenário cada curso tem em comum as disciplinas da base nacional do Ensino Médio tendo carga horária diferenciada conforme a formação estabelecida. Já no enquadramento das profissionalizantes, temos no município de Nova Laranjeiras a formação técnica em Agropecuária e componentes curriculares, que perpassam os conhecimentos de administração e extensão rural, agroindústria, fundamentos de agroecologia, horticultura, infraestrutura rural, produção animal, vegetal e solos.

Portanto, em termos de organização curricular é perceptível que há um diálogo com as atividades agrícolas do município, uma vez que de acordo com dados do caderno estatístico do total de 1.697 estabelecimentos rurais, 25% desenvolvem atividades de lavoura temporária, 69% atividades de pecuária de corte e leiteira e seis por cento (6%) entre atividades de horticultura/floricultura e florestas.

Embora, a matriz curricular, proponha conteúdos referentes as atividades agrícolas, na prática o desenvolvimento dessas técnicas, raramente estão atreladas à agricultura familiar campesina, pois não há na escola uma diretriz formativa que instigue esse dialogo, ficando a cargo de cada profissional, fomentar, ou não, essa relação. Mesmo havendo na matriz uma um componente curricular que trate dos princípios da Agroecologia, entende-se que estes deveriam permear todos os componentes da formação oferecida nas CFRs, sob a luz da Educação do Campo.

Quanto à formação humana, social e filosófica o processo não tem sido diferente, inclusive, a matriz curricular, não contempla componentes que dialoguem com os fundamentos da cooperação e associativismo, liderança e até da sucessão rural que trata-se de um princípio fundamental da formação por Alternância.

No município de Guaraniaçu que desenvolve a formação técnica em Agroindústria os componentes curriculares referente a essa formação, são: Controle de qualidade no processo agroindustrial, gestão ambiental, gestão de planejamento da produção agroindústria, Higiene agroindustrial e segurança no trabalho, tecnologia de laticínios, tecnologia de carnes e derivados, tecnologia de grãos, tecnologia de processamento vegetal. Dessa forma observa-se que do ponto de vista da matriz produtiva do município, ocorrem aproximadamente 54 agroindústrias (BORGES E CAMPOS, 2015), neste aspecto o curso tem oferecido conhecimento técnico em relação ao processamento de produtos das agroindústrias locais.

Entretanto quando se trata das estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável e de produção de base ecológica, que fomenta essas agroindustrias, ou seja, que são focadas no agricultor familiar

campesino, ha um distanciando de seus ideais fomentadores da Educação do Campo. Cabe ainda um destaque em relação aos componentes curriculares da base comum que envolvem a área de formação humana e social, que claramente não dialogam com os fundamentos agricultura familiar campesina, bem como, suas ideologias políticas, e sua história de luta tão presente no território da Cantuquiriguaçu.

Na CFR de Pinhão a formação profissionalizante oferecida é o curso técnico em Agroecologia e os componentes que integram essa formação são, agricultura agroecológica, gestão da propriedade agroecológica, agroindústria familiar, manejo sustentável do solo, mecanização agrícola, segurança no trabalho, manejo sustentável de animais, projeto de instalações.

Em relação ao contexto produtivo agrícola, o município vivência na prática um processo contraditório, onde se encontra nas áreas planas e mecanizáveis um domínio do agronegócio, pautado na concentração de terras e na monocultura. Já, outro extremo do município em áreas de difícil acesso, tem-se, assentamentos e acampamentos rurais e um sistema extrativista (focado na coleta do pinhão e erva mate), além de comunidades tradicionais Faxinais que tem como principal fonte de renda a criação de animais em sistemas coletivos.

Diante dessa realidade entende-se que o curso oferecido na CFR do Pinhão, bem como, os componentes de sua matriz curricular, correspondem demandas necessárias e importantes para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável do município. Embora os componentes curriculares propostos, dialoguem com as demandas emergentes das populações do campo, as práticas cotidianas, dependem muito mais do profissional que atua na sala de aula, do que com a diretriz proposta, onde a Agroecologia deveria ser tema transversal de todos os componentes. Essa, torna-se inclusive uma limitação do regime de contratação implantado, que muitas vezes não permite a flexibilização e o dialogo necessário para a construção de processos ensino aprendizagem. Gerando contradições, de um lado o currículo que dialoga com as necessidades dos povos do campo, de outro lado, forma um estudante que não apresenta em seu PPVJ, proposta que dialoga com os princípios Agroecologia, matriz que dá nome ao curso.

O que nos aponta para uma critica, quanto a ingerência das instituições que conduziram o processo formativo nas CFRs. No entanto, leva a uma questão fundamental, essa falta de comprometimento com o processo de ensino nestas instituições, são apenas falta de capacidade de gestão, ou trata-se de uma intencionalidade por parte do poder público, que percebe nas CFRs um espaço de resistência das famílias camponesas, frente ao contexto produtivo, social e político do Estado do Paraná.

Quando as CFR são analisadas do ponto de vista curricular, fica claro que os projetos pensados individualmente para a formação dos jovens em cada município, dialogam com atividades agrícolas, pertinentes a suas respectivas matrizes produtoras. No entanto, quando analisamos o processo de forma holística percebe-se que existe um distanciamento entre o projeto ideológico da Pedagogia da Alternância e a realidade vivenciada. A formação dos profissionais que atuam nessas escolas, não é direcionada para as demandas que emergem da agricultura familiar campesina e muito menos para a Pedagogia da Alternância. Dentre elas a formação de sujeitos politizados, críticos, autônomos, que se mostrem capazes de seguir no enfrentamento do modelo hegemônico imposto mediante ao sistema agroalimentar.

No processo de formação em alternância a *família* é um dos pilares, a participação familiar já esteve presente desde o início do movimento das *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) o que mostrava uma defesa dos direitos de uma Educação do Campo na melhoria da qualidade de vida dos que dela participavam (Estevam, 2012). Ainda pode-se considerar que esta facilita a integração do estudante com a sua comunidade promovendo um desenvolvimento pessoal e a conquista de seu espaço de forma autônoma. Assim, a escola é capaz de aproximar-se dessa realidade familiar, quando desenvolve o plano de estudos, o caderno de alternância/realidade, assembleias e reuniões e por meio de visitas (CALVÓ e GIMONET, 2013).

No entanto, quando entrevistados as famílias dos estudantes, percebeu-se que essa participação não tem sido tão assídua quanto deveria. Foi constatado que só tem participação nas escolas aqueles pais que moram muito próximos ou aqueles que fazem parte da diretoria da associação. Pois quando perguntados sobre sua participação na escolha dos temas geradores e no plano de estudos da escola, entre os 16 pais entrevistados, 10 responderam que nunca tiveram participação e seis responderam já ter participado. Todos os pais entrevistados reconhecem que esse modelo de ensino tem grande contribuição no amadurecimento do jovem, mas que, no entanto, ao longo dos anos foi perdendo sua essência, uma vez que já não há mais visitas nas unidades produtivas, que a rotatividade dos profissionais das CFRs tem distanciado as famílias, desestruturando o vínculo de confiança entre professores e familiares.

Fato também que se evidencia com o desmonte provocado pela agência de fomento e administração, já que não há mais recursos para as visitas, professores sem um regime de exclusividade o que provoca alta rotatividade do corpo docente e coordenação, fragilizando os vínculos de confiança.

Ainda no contexto familiar, a pesquisa revela também que embora o jovem tenha participação nas atividades corriqueiras da unidade de produção, na maioria das vezes ele não tem autonomia na

tomada de decisões sobre o trabalho que desenvolve, e nem é remunerado. Nesse sentido percebe-se uma contradição no processo de ensino, uma vez que as famílias acham interessante o modelo desenvolvido nas CFRs, mas ao mesmo tempo não tem confiança para dar autonomia ao jovem na aplicação de seus conhecimentos. Esse fato demonstra a herança patriarcal das famílias onde o pai é o detentor do conhecimento.

Dessa forma tem-se claro a dicotomia existente entre o projeto pensado pelos sujeitos do campo (ainda na França) e o projeto de aplicação que veio como política pública para estes sujeitos. Uma vez que a Educação do Campo é uma educação **dos** e não **para** o campo, mas que deve ser feito por meio de políticas públicas construída com os próprios sujeitos. O que historicamente no Brasil os projetos pedagógicos específicos, sempre foram **para** o campo e não **do** campo (CALDART, 2005, grifo do autor).

Ainda na trilha dos atores CFRs veremos então o papel desempenhado pelo *professor* reconhecido na Pedagogia da Alternância de professor/monitor, pois sua ação transcende a docência e acompanha o educando em suas atividades socioprofissionais (JESUS, 2013). Os monitores desenvolvem uma responsabilidade educativa de orientação na vivência em grupo, tendo atuação em vários planos e funções (SILVA, 2005).

Assim, Para iniciar trabalho na Pedagogia da Alternância é necessária formação, para se apropriar dos conceitos filosóficos e metodológicos a fim de entender que elementos fazem parte desse processo de ensino (JESUS, 2013).

Contudo, diante dessa afirmação de que o professor/monitor deve passar por uma formação, não é o que tem sido observado nas CFRs da Cantuquiriguaçu, durante a realização da pesquisa foram entrevistados diversos profissionais que afirmam nunca ter passado por um processo de formação relativo ao trabalho especificamente em CFRs. Conforme

[...] “quando chegou aqui, primeiro que nós não tivemos formação nenhuma, do estado nenhuma, você é o professor como se caísse de paraquedas, chegou ta aqui, tua semana, teu material e você começa dar aula hoje... livro não tem, conteúdo não sei o que foi passado para os alunos, isso pesa, agora a gente já buscou conteúdo se organizou” [...] (ENTREVISTADO, 15).

A pesquisa revela que a contratação dos profissionais tem ocorrido através de processo seletivo simplificado (PSS). Assim, não leva em consideração o conhecimento dos profissionais sobre o Ensino na Pedagogia da Alternância, se tem relação com atividades oriundas da agricultura familiar campesina e suas particularidades. No entanto, esse não seria o maior problema, se após as contratações, ocorressem formações ligadas ao processo de ensino da CFRs. Porém as únicas formações existentes tanto aos professores efetivo, quanto aos contratados (quando contratados a

tempo de participar da formação inicial do ano letivo), são sempre relativo ao processo escolar da escola base, nunca contextualizado ou focado no processo de ensino das CFRs, conforme,

[...] em relação às formações elas são muito direcionadas a escola base. O tema Casa Familiar quando é feito a formação junto que a gente vai todos os professores, ela é bem direcionada eles discutem os temas do colégio falam dos alunos debatem temas proposto pela SEED da formação e a gente faz, eu, pelo menos, me senti bem perdida. [...] porque a Casa ai eles falaram vamos falar um pouco da Casa e fica só os professores da Casa, todo mundo saiu ficou eu a coordenadora o diretor cinco minutos e pronto. Então, os outros professores também dão aulas aqui? [...] Então o que acontece nas formações são discutidos só os problemas da escola base e a Casa ela é um item a mais da discussão no fim da reunião[...] Senti falta de uma formação mais específica, tipo os elementos da Pedagogia da Alternância, ninguém me falou, os alunos me falaram[...] (ENTREVISTADO, 07).

São raros os profissionais que conhecem o método de ensino proposto pela Pedagogia da Alternância, bem como seus elementos, os existentes são aqueles professores que já trabalham durante muitos anos como efetivos da SEED para os componentes curriculares do Ensino Médio e que portanto passaram pelas formações oferecidas pela ARCAFAR/SUL, durante a vigência do convênio entre essas duas instituições.

Como já citado, rotatividade de profissionais dificulta o estabelecimento da confiança entre educandos, professores e familiares, etapa fundamental para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem na Pedagogia da Alternância. Para Calvó e Gimonet (2013) a densidade das relações que se constroem dentro de um CFR demonstra a qualidade do ensino-aprendizagem que se produz, pois a Alternância requer uma complexidade de relações, que só se produz através do tempo.

Durante o período pesquisado, intervalo de seis meses, em alguns dos componentes curriculares da formação profissionalizante foram constatados quatro profissionais diferentes, tornando impossível a construção de uma relação sólida capaz de gerar a confiança necessária para construção dos ensino-aprendizagem. Neste contexto, o professor/monitor não consegue conhecer a realidade do estudante e na maioria das vezes também não há tempo para o conhecimento da família.

As CFRs nascem como uma política proposta pelo Estado e não necessariamente construída pelas populações do campo. São constituídas como *associações* formadas por pais, professores, estudantes e egressos, e enquanto instituição tem um poder político de decisão e proposição. Dessa maneira a associação das CFRs que deveriam ter autonomia sobre os processos de ensino e desenvolver o papel de garantir os direitos dos agricultores por uma Educação do Campo e melhoria

da qualidade de vida. Porém, essas tem se tornado cada dia mais desarticulada e menos ativa, reduzindo-se na maioria dos casos ao trabalho burocrático, referente ao gerenciamento das escassas verbas.

Ou seja, o princípio associativo como pilar do processo educativo (Gimonet, 1999), se perdeu, tornando-se mais um elemento em desacordo com as etapas de ensino proposto pela Pedagogia da Alternância e que muito tem ligação com o sistema produtivo imposto pelo capital, que tem sido apontado como um modelo hegemônico que leva a desarticulação dos povos do campo.

Além do associativismo, outra etapa do processo de implantação e manutenção das CFRs, são os *convênios*, importante meio de garantir a autonomia e os recursos necessários ao funcionamento dessas escolas. Através dos convênios mantém-se o “ensino de domínio privado, com vocação, princípios, métodos da Pedagogia da Alternância, mas condicionado ao reconhecimento e financiamento do Estado” (Estevam, 2012 p.104). Assim, durante os anos de 1990 já organizada a ARCAFAR/SUL esteve presente na fase de implantação e ampliação do projeto Casa Familiar Rural, formalizado através do Decreto n 3.106 de 14 de março de 1994, onde através de convênios e parcerias permitiram o estabelecimento de 42 CFRs no PR, chegando a ser o estado com maior número de casas no Brasil (ESTEVAM, 2012).

Esse projeto que posteriormente passou a se chamar Escola do Campo - Casa Familiar Rural inicialmente contava com apoio internacional do governo francês. Posterior a esse apoio a ARCAFAR/SUL então realizava outras parcerias com prefeituras de interesse e com o governo do Estado do PR, através da Secretaria de Educação, que fazia o repasse de recursos para a contratação de professor/monitores e prestar assessoria as CFRs. De posse desse recurso a ARCAFAR-SUL dava autonomia para as associações locais selecionarem os profissionais a serem contratados.

Embora compreende-se a importância dos convênios que garantem a característica de escola privada e com isso se mantenha a autonomia das CFRs. O fato dos professores da base comum do Ensino Médio pertencerem ao quadro do funcionalismo do estado já se torna uma contradição que afeta a autonomia da escola, além do mais, essa forma de convênio leva uma divisão do trabalho de forma diferenciada, uma vez que os professores/monitores é quem realmente tomam a frente dos trabalhos e permanecem com os educandos nas CFRs enquanto os professores da base comum do ensino médio só participam dos processos referentes a sala de aula, ou seja, esse modelo implantado compromete a integração dos componentes curriculares necessários para o aprofundamento dos temas geradores e as relações entre os profissionais (MOCELIN, BERNARTT & TEIXEIRA, 2017).

Ainda, relacionado aos convênios existentes é importante ressaltar que todas as instituições envolvidas têm sua participação no negligenciamento o que acaba por culminar o fechamento de 23 CFRs no estado, sete na Cantuquiriguaçu restando apenas 3 neste território, das quais pelo menos duas, no ano de 2018 possuem apenas uma turma de terceiro ano e nenhuma turma de primeiro e segundo ano, ou seja, essas casas também caminham para o fechamento.

Mas sobre os motivos que levaram a isso, quanto ao Estado entende-se que esse comprometeu ainda mais os elementos da Pedagogia da Alternância, quando alterou o regime de trabalho dos professores da base nacional comum, que inicialmente desenvolviam aulas por área do conhecimento, e com dedicação de 40h. A partir de 2015 cada professor passou a ministrar aulas em disciplinas isoladas, permanecendo na Casa apenas durante o período de suas aulas, comprometendo o planejamento coletivo exigido para construção desse modelo de ensino, ou seja, os profissionais que deveriam acompanhar todas as etapas de ensino, não o fazem.

Quanto a ARCAFAR/SUL sua participação neste processo está associada a negligência sobre o gerenciamento dos recursos e acabou não cumprindo os compromissos salariais dos professores/monitores e funcionários. Além do apoio, acompanhamento pedagógico e formação dos profissionais que começaram a ficar comprometidos. Além de outros destaques como descontinuidade em ações de captação de recursos, através de programas e projetos que poderiam contribuir para continuidade das atividades nas CFRs (MOCELIN, BERNARTT & TEIXEIRA, 2017). Dessa forma o Estado assume definitivamente como mantenedora e passa a gerenciar sozinha o andamento pedagógico das CFRs, que acontece através da escola base de cada CFR.

Diante da situação, existe a propositura de um novo convênio desta vez entre Estado e Município, que já faziam parte dos convênios anteriores, porém com uma participação menor. No entanto, com essa nova conjuntura a condição para que o Estado mantenha em funcionamento as CFRs é que os municípios assumissem o compromisso de manter um coordenador e os agentes educacionais necessários ao funcionamento da escola.

Porém de maneira geral os municípios não consideram as CFRs como uma instituição inserida no contexto de Desenvolvimento Rural, enquanto escola essas não fazem parte de seu orçamento obrigatório, portanto no território da Cantuquiriguaçu, entre as três CFRs acompanhadas durante a pesquisa, apenas o município de Pinhão firmou o acordo de parceria para continuidade das atividades e obteve autorização para abertura de nova turma no ano de 2018, além de fomentar dentro do município a importância da casa e a divulgação de suas atividades, acredita-se que essas ações propiciaram à abertura de novas turmas. Já os municípios de Nova Laranjeiras e Guaraniaçu não concordaram com este convênio e conseqüentemente não houve abertura de novas turmas.

Observa-se que apesar de o CONDETEC considerar as CFRs como instituições estratégicas para a promoção do Desenvolvimento Rural, não foram encontrados registros de ações que estimulassem os municípios a apoiar estas escolas.

Diante do exposto as CFRs tem se transformado uma escola comum, onde seus professores não conhecem a realidade do educando, as famílias são distanciadas, a associação perdeu sua força política e os convênios não garantem a autonomia. Tanto não garantem, que até mesmo a alimentação oferecida nas CFRs do território, são exatamente iguais as demais escolas estaduais, com muitos suprimentos enlatados e processados, o que nos leva a mais um questionamento. Se as CFRs devem promover a emancipação, a soberania dos povos do campo, como a mesma se utiliza de uma alimentação que reproduz a lógica dos mercados?

Ao analisar os elementos articuladores da escola com a comunidade, faz sentido envolver *alimentação* nesse processo, pois as discussões acerca da sociologia da alimentação¹⁶ tem se tornado crescente mediante ao enfrentamento do modelo hegemônico que se constituiu em torno do alimento. Compreender o alimento como um direito social, estimula o desenvolvimento rural local e regional e contribui para evolução de sistemas produtivos mais sustentáveis, que garantam a soberania dos povos do campo. O termo autonomia ou ainda soberania, atrelado a alimentação, significa ir além do mero processo de nutrir, representa a garantia da diversidade soberana e cultural de um povo sobre seu alimento. De acordo com Ploeg (2009) a fusão dos processos de industrialização da agricultura, mercado global a indústria de processamento criaram um regime alimentar hegemônico e globalizado, que está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, e os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

A abordagem da alimentação deve se dar como campo político, e como tal pode ser compreendida dentro do quadro mais amplo de análise dos processos de ambientalização e politização da vida privada e cotidiana, traduzidos, em especial, na percepção e no uso do consumo como prática política (PORTILHO, CASTAÑEDA, CASTRO, 2011). O alimento deixou de ser produzido e consumido de maneira simplificada em uma relação direta produtor/consumidor para ser organizado em escala mundial, gerando uma ruptura total na maneira como os alimentos passaram a ser vistos (FRIEDMANN, 2000).

16. A sociologia da alimentação implica em tornar evidente a alimentação como um fator social que deve ser discutido pela sociologia. Uma vez, que o sistema agroalimentar tem favorecido a concentração de terras, a exclusão e emigração de agricultores e esse problemas socioeconômicos se ajustam a problemas ecológicos. O que tem acarretado preocupações em relação ao consumo, justiça social, saúde pública(sistema alimentar tem gerado problemas de sobrepeso e obesidade) entre outros como a produção com custos energéticos elevados (TRICHES e SCHNEIDER, 2014).

O próprio sistema produtivo brasileiro tem servido a um modelo hegemônico, baseado na concentração de terras, na desigualdade social e política, na expulsão do homem do campo, o que tem promovido um estado de insegurança alimentar. Que de acordo com Maluf (2011) desde a década de 80 já existem apontamentos alertando que a insegurança alimentar está relacionada a modernização agrícola, falta de renda e emprego, condições precárias de vida, concentração fundiária e problemas ambientais. No entanto, apesar da compreensão do conceito, não houve prioridade em tratar da temática nas ações governamentais (RIGON e BÓGUS, 2016).

No contexto escolar do PR os alimentos são comprados e distribuídos através do Programa de Alimentação Escolar onde ocorre de três a cinco distribuições anualmente, a entrega dos gêneros da agricultura familiar é realizada diretamente nas escolas, Para a complementação dos cardápios há um repasse específico para aquisição de gêneros locais (PARANÁ, 2018).

De acordo com o divulgado no site oficial da SEED o programa de alimentação escolar é vinculado ao monitoramento do estado nutricional de alunos e funcionário da educação, “visa promover saúde e prevenir doenças crônicas não transmissíveis” (PARANÁ, 2018).

Na prática o que se observou é que muitos dos alimentos que chegam às escolas são industrializados, entre eles destacamos o feijão cozido embalado a vácuo, purê de batata desidratada, o leite em pó, ervilha e milho enlatados, pasta de cebola e alho, carne de frango e peixe empanados. São exemplos de alimentos que poderiam ser consumidos de forma mais direta sem passar pelo processamento industrial, que de maneira geral tem o sódio como principal conservante e tem sido apontado como grande vilão da saúde humana.

A partir dessa realidade, percebe-se que, como as demais escolas a forma que tem se dado a alimentação nas CFRs da Cantuquiriguaçu, não favorece um diálogo com a realidade do estudante oriundo da agricultura familiar e também não se prioriza, os alimentos de consumo in natura, ou minimamente processado, chegando a ser observado no período de desenvolvimento da pesquisa, que diversas vezes durante as refeições não havia nenhum tipo de saladas ou frutas.

É perceptível que os cardápios não respeitam a sazonalidade dos alimentos, o que do ponto de vista nutricional contribui para insegurança alimentar. Importante lembrar que lei que garante o direito humano à alimentação adequada Lei nº 11.346, de 16 de setembro de 2006, em seu Art. 3º diz que além do acesso permanente a alimentos de qualidade, esses devem ter como base, práticas promotoras de saúde e que respeitem a diversidade e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. Já no que se trata da proposta de trabalho sobre segurança alimentar e nutricional nas escolas, os parâmetros curriculares nacionais (PCNs), sugerem que o tema deve ser tratado de forma trans e multidisciplinar, o que também não ocorre.

Dessa forma fica claro que quando se trata da alimentação nas CFRs, desde a distribuição, até o tipo de alimentos fornecidos, em nada se diferencia das demais escolas urbanas dos municípios de abrangência da pesquisa, uma vez que o alimento vem para CFR, por meio da escola base que são escolas urbanas. Já no que se trata do ensino, referente o alimento as escolas também não seguem as recomendações dos PCNs e não desenvolvem um método próprio de abordagem do tema no contexto escolar. Portanto as CFRs da cantuquiriguaçu não tem atendido uma demanda importante da agricultura familiar campesina, onde deveria tornar a alimentação uma ferramenta política, capaz de gerar um enfrentamento da hegemonia criada sobre o sistema agroalimentar.

3.6. Elementos espaços físicos

A escola, enquanto espaço social, socializadora do conhecimento sistematizado, deve apresentar em sua estrutura física, ambientes que possibilitem os processos pedagógicos escolares. Também, deve contribuir para que o ambiente proporcione a sensação de pertencimento a todos os envolvidos no processo. Assim, o espaço físico escolar possui grande importância para todos os atores a ele inseridos, uma vez que este será cenário diário de estudos, debates, discussões e reflexões, convívios sociais e lazer.

O ambiente torna-se assim um facilitador do processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento social se estabelecer ou restabelecer valores como preservação e valorização de um espaço público. Contribui também, para que os envolvidos sintam-se confortáveis e consigam reconhecê-lo como um lugar de pertença. Para Rosa e Gelara (2002) em seu trabalho quanto a gestão do espaço físico escolar é preciso, repensar a organização e estruturas a fim de propiciar espaços de avanços.

Mas mesmo assim fica a interrogação, como a parte pedagógica dá conta pensando na de ontem ou de um século, pois pouco tenho a diferenciá-la, portanto, é preciso buscar elementos que justifiquem o mesmo: corredor, carteiras, pinturas, filas, autoritarismo, para que possamos avançar na qualificação educativa (ROSA e GALERA, 2013, s.p.).

Neste contexto, verifica-se que repensar o espaço físico, deve ir além de reforma e da compra de classes e cadeiras novas, ou laboratórios em que os professores não são treinados e habilitados para o uso dos equipamentos. Repensar o espaço físico é integrar os conceitos e princípios que se quer construir junto aos educandos. Assim, repensar esse espaço deve ser também uma tarefa formativa, onde a construção coletiva deve ser norteadora do processo. Dessa forma, ao envolver todos os atores pertencentes ao processo, cria-se uma relação de proximidade e cuidado, que desperta no sujeito o desejo de estar ali.

Para as CFRs o espaço físico escolar, torna-se ainda mais importante por se configurar em uma extensão da casa dos educandos, potencializando assim o sentido da expressão “familiar” presente no nome da escola. Contudo, nova contradição se apresenta nesse elemento, pois verificou-se nas CFRs que os espaços físicos não tem proporcionado essa relação construtiva ao processo de ensino que propõe a Pedagogia da Alternância.

Objetivamente, o que temos observados nas CFRs, são *bibliotecas* transformados em depósitos, com acervos desatualizados, ambiente e mobiliário inadequado que não propiciam a leitura e discussão. *Laboratórios* sem recurso para o funcionamento, como no caso de informática, onde encontram-se computadores desatualizados e sem conexão com internet, quanto aos laboratórios de aulas práticas de campo, faltam, sementes, ferramentas, entre outros.

Ainda sobre os espaços físicos cabe falar sobre a *área de lazer*, que na teoria trata-se de um espaço que promove a de troca de saberes, fomenta atividades culturais, desportiva e desperta a criatividade, já que deveria ser informal e descontraído. Mas, na prática esses espaços são resumidos em um campo de futebol, sem manutenção, sala com mesa de tênis desprovida dos instrumentos do jogo, aparelho de som que de forma geral provoca a discórdia, gerada pela diversidade de gostos musicais, e todas possuem televisão, mas nenhuma sintoniza canais.

No entanto, a pesquisa revelou o esforço do estudante em promover momentos de descontração, mesmo diante das limitações, expresso na realização de uma festa junina, inclusive com a confecção de uma fogueira, jogos de laços em “vacas paradas”¹⁷(fig.10), jogos de equipes realizadas no campo de futebol, entre outros. O que reforça a necessidade própria do ser humano em integrar-se com os demais e aproximar assim o ambiente escolar do ambiente familiar. Além de proporcionar um momento de esporte e lazer “relaxar” depois de um dia intenso em sala de aula.

17 Um brinquedo produzido pelos estudantes, que imita os contornos da cabeça de um bovino, para treinar atividade de laço.

Figura 10 – Educandos da CFR de Pinhão brincando de laçar vaca parada.



Fonte: Campos (2018).

Cabe ainda destacar que além das limitações dos espaços físicos, apresenta-se também a falta de instrumentos didáticos que auxiliam o professor a tornar a aula mais dinâmica e interativa, como data show, computador, microscópio, são instrumentos que quando existentes nas escolas, são em quantidades insuficientes e de maneira geral apresentam problemas de manutenção.

Com isso, avalia-se que mais uma vez o poder público, mantenedor dos espaços físicos das CFRs, negligencia a educação quando promove o abandono das escolas a merce de sua própria sorte. Não garantindo a mínima condição de educadores e educandos de sentirem-se em um ambiente escolar familiar, como proposto pela Pedagogia da Alternância.

3.7. Síntese do Capítulo

Ao acompanhar os educandos em formação nas CFRs da Cantuquiriguaçu, percebe-se que o processo de ensino dessas instituições, tem dialogado com as atividades agrícolas de cada município, de maneira a formar profissionais que apresentam o domínio da técnica de produção. O que é importante do ponto de vista da produção agrícola, no entanto, identificou-se uma deficiência no processo de formação quanto ao contexto histórico social, ideológico, uma vez que o processo de contratação e formação dos profissionais para atuação nestas escolas tem se distanciado do meio rural ao qual os educandos pertencem.

Além de outras questões, como o distanciamento familiar do processo, a desmoralização política das associações e os diversos problemas em relação aos convênios. Portanto, torna-se relevante

repensar esse espaço de formação, retomando os objetivos iniciais propostos pela Pedagogia da Alternância, que tem sido fragmentado, sub aproveitado e finalmente encerrado, como é o caso de diversas CFRs no estado do Paraná, assim como na Cantuquiriguaçu.

Para melhor compreender e facilitar a discussão dos dados encontrados, neste capítulo construiu-se um quadro que busca sintetizar a proposta pedagógica (método e estrutura física) e a realidade atual do processo de ensino. Em um processo de pesquisa participante, além de outros instrumentos de pesquisa que ajudaram na construção dessa síntese da realidade. Assim em um primeiro momento o quadro apresenta cada elemento da Pedagogia da Alternância e o conceito que ele representa no processo de ensino. No segundo momento o quadro destaca, os elementos de relação com a comunidade, onde discute-se o papel de cada ator do processo e outros, como, alimentação, aulas, a formação técnica, a associação, convênios. Além desses elementos, este estudo ainda apresenta um detalhado levantamento sobre as condições do espaço físico dessas escolas, bem como discute que papel esses espaços desenvolvem na formação dos educandos. Dessa forma busca-se pontualmente reconhecer os problemas que tem ocorrido e afetado de forma direta e indireta a permanência dessas escolas na Cantuquiriguaçu. Objetivamente analisar sua trajetória histórica e o papel que ela desempenha enquanto instituição de formação do jovem do campo, para assim repensar os rumos que se pretende para essas escolas, bem como, discutir as ações necessárias e políticas públicas no âmbito do território para garantir sua continuidade.

4. EGRESSOS DAS CFRs DO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU: ENTRE REALIDADES E CONTRADIÇÕES

Este estudo relaciona-se com as Casas Familiares Rurais (CFRs) que tem como método de ensino a Pedagogia da Alternância e como tal dialoga com a Educação do Campo, embora não seja parte do mesmo movimento proposto pelo MST, que culminou na implantação das escolas do campo e na proposição de formação de professores em nível superior, para atuar nestas escolas.

Ambas, CFRs e Educação no Campo por se tratar de proposta pedagógica em que a realidade do estudante na unidade produtiva e comunidade fazem parte do processo de ensino, e suas diretrizes estão focadas na relação com agricultura familiar campesina, e em ações que promovam a permanência da juventude no campo através da formação do jovem em consonância com sua realidade, deveria promover a permanência do egresso em sua comunidade, contribuindo diretamente no processo de planejamento de ações territoriais que promovam o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Assim esse capítulo, apresenta uma tentativa de investigar e entender que papel as CFRs desenvolvem na vida de seus egressos, onde estão, o que fazem e quem são os egressos das CFRs da Cantuquiriguaçu.

4.1. ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

Em cada CFRs foram solicitados junto à direção as listas de formandos e dados que pudessem levar a sua localização. De posse dessa lista de estudantes, iniciou-se uma varredura em redes sociais e possíveis contatos que as escolas mantivessem com seus egressos. Ao localizá-los foram enviados questionários via digital (e-mail ou facebook) e outros foram entregues pessoalmente. O questionário estruturado (apêndice 01) apresenta 35 questões que foram divididos em grupos-chaves para facilitar a análise (fig.11).

Figura 11 - Esquema da estrutura do questionário aplicado aos egressos dos cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Agroecologia, das CFRs do território Cantuquiriguaçu, concluintes dos anos 2009 a 2016.



Fonte: Campos, 2018.

Os aspectos considerados relevantes para o cumprimento dos objetivos estipulados, foram assim organizados: a) Perfil do jovem, idade, sexo, moradia, localização, ocupação e estado civil; b) Perfil da família, origem da renda, atividades desenvolvida, tamanho da unidade produtiva e município de residência; c) Ser jovem, a percepção de identidade e pertencimento ao meio rural, as dificuldades encontradas e a perspectiva de futuro; d) Participação na comunidade, se já participou ou está participando de algum grupo formado por jovem, se não participa porque não o faz, quais temas gostaria de se envolver para propor ações na comunidade, se já esteve presente em algum evento, do tipo fórum, palestra, mutirão, debate, grêmio estudantil, e como foi a participação se representando a comunidade ou apenas como ouvinte; e) Escola Casa Familiar Rural, que ano se formou, que curso fez, em qual CFR do território, se havia participação familiar no âmbito escolar, que atividades desenvolvidas mais contribuíram para formação, como era sua participação no desenvolvimento dos elementos da Pedagogia da Alternância, os temas que permeavam o ensino e a participação do egresso na Associação Casa Familiar Rural; f) O Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPVJ), tema desenvolvido, como foi a participação familiar na construção do projeto, se houve a implantação e continuidade do trabalho no PPVJ.

Dentro do grupo chave os aspectos relevantes foram expressos em gráficos desenvolvidos pelo programa planilha BR office (2010).

4.2. Caracterização do Egresso

Ao percorrer os caminhos trilhados pelos egressos das CFRs das cidades de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, municípios pertencentes ao território da Cidadania Cantuquiriguaçu no estado do PR. verificou-se que no período de 2009 à 2016, houveram 187 alunos concluintes, deste total

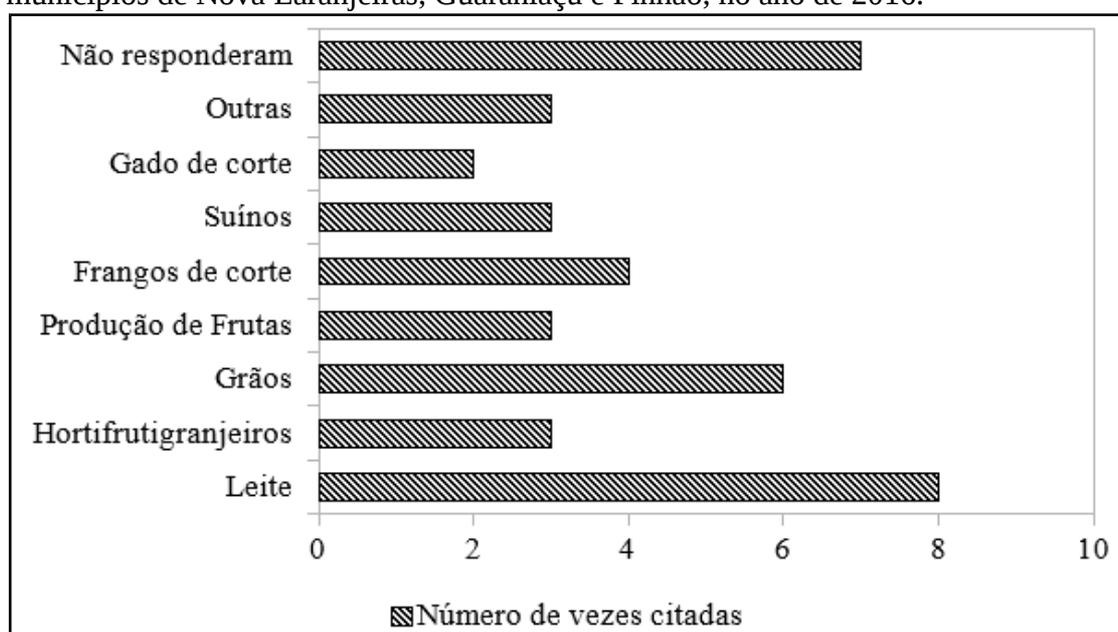
foram localizados 53 egressos e enviados questionários, dos quais 19 retornaram de onde foram extraídos dados para composição deste capítulo.

Esses jovens em sua maioria são oriundos da agricultura familiar, onde a principal fonte de renda de 47% das famílias vem de atividades de policultivos, 21% tem sua renda provinda das atividades de pecuária 31% apesar de viverem no campo tem renda oriunda de trabalho assalariado.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelas famílias dos jovens (fig.12), tem destaque a produção de gado de leite, em seguida a produção de grão em na terceira posição se destaca a produção de frango de corte, ainda é possível observar outras atividades como suínos, hortifrutigranjeiros, entre outras (sericicultura e turismo rural). Atividades estas que refletem a realidade de produção do território da Cantuquiriguaçu.

Assim, a partir desse perfil da atividade familiar observa-se que as CFRs tem uma relação de importância no sentido de oferecer um modelo de ensino que seja compatível com o cotidiano das atividades desenvolvidas na região, no entanto cabe investigar se enquanto escola ela cumpre a perspectiva necessária a uma Escola do Campo e busca formar sujeitos autônomos, e conscientes do papel que devem ocupar na unidade produtiva, comunidade e território. Ou seja, a relação trabalho e educação com caráter formativo de ação humanizadora que desenvolve as potencialidades do ser humano, tendo dessa forma o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA, 2008) e não queremos dizer com isso o velho chavão da educação técnica de aprender fazendo, mas sim, que o educando se torna produtor de sua realidade, ao apropriar-se dela, para então transformá-la (RAMOS, 2011).

Figura 12 - Principais atividades desenvolvidas pelas famílias dos egressos da CFRs dos municípios de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no ano de 2016.



Fonte: Campos, 2018.*outras - Sericicultura e turismo rural.

Em uma sociedade patriarcal de forma geral os rapazes são educados a continuar a atividade desenvolvida por seus pais e as moças preparadas para o matrimônio, geralmente urbano (FROEHLICH et. al., 2011). Por essa razão não é incomum em diversas regiões do Brasil mulheres com maior grau de escolaridade e com motivação de abandonar o campo. Realidade que tem gerado um fenômeno chamado de masculinização do campo.

Fenômeno discutido na Europa já na década de 60 (BOURDIEU, 2004), no Brasil alguns trabalhos na década de 90 já apontavam que entre os brasileiros que viviam no campo na faixa etária dos 15 aos 24 anos o número de homens era superior em 14% em relação ao número de mulheres, que aponta para o chamado êxodo seletivo (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). No recorte desse estudo percebemos que essa relação é ainda maior entre os jovens que procuram a formação nas CFRs do território Cantuquiriguaçu, onde temos dezesseis homens e apenas três mulheres, ou seja, um percentual de 70% mais homens em relação ao número de mulheres.

Condição que vem ao encontro de outras pesquisas apontadas na literatura, onde a preocupação com o êxodo seletivo feminino, tem gerado a masculinização do campo, comprometendo a dinâmica sucessional das unidades produtivas e que a médio e longo prazo apresentam prejuízos ao desenvolvimento rural (FROEHLICH et. al., 2011). Em relação ao estado do Paraná verificou-se uma redução no percentual de mulheres existentes na agricultura familiar, em torno de 5,13%, dos anos 2000 para 2010 (STOFFEL, 2013). O recorte de estudo proposto neste trabalho não é capaz de revelar se a masculinização é uma condição existente no Território da Cantuquiriguaçu. Embora, observando dados IBGE (2010), sobre a composição de população jovem de 15 à 29 anos, nos municípios de realização da pesquisa, verificou-se que dos três, pelo menos em dois (Guaraniaçu e Nova Laranjeiras), o número de mulheres é inferior ao número de homens.

Portanto, considerando essa uma perspectiva importante para o desenvolvimento rural e que perpassa pela temática da sucessão e da permanência da juventude no campo, aponta-se a necessidade aprofundamento de estudos que venham a abordar essa temática, até mesmo para que se possa propor ações em relação ao desenvolvimento do território, porquanto, não foram encontrados dados na literatura que avaliam essa condição para a Cantuquiriguaçu.

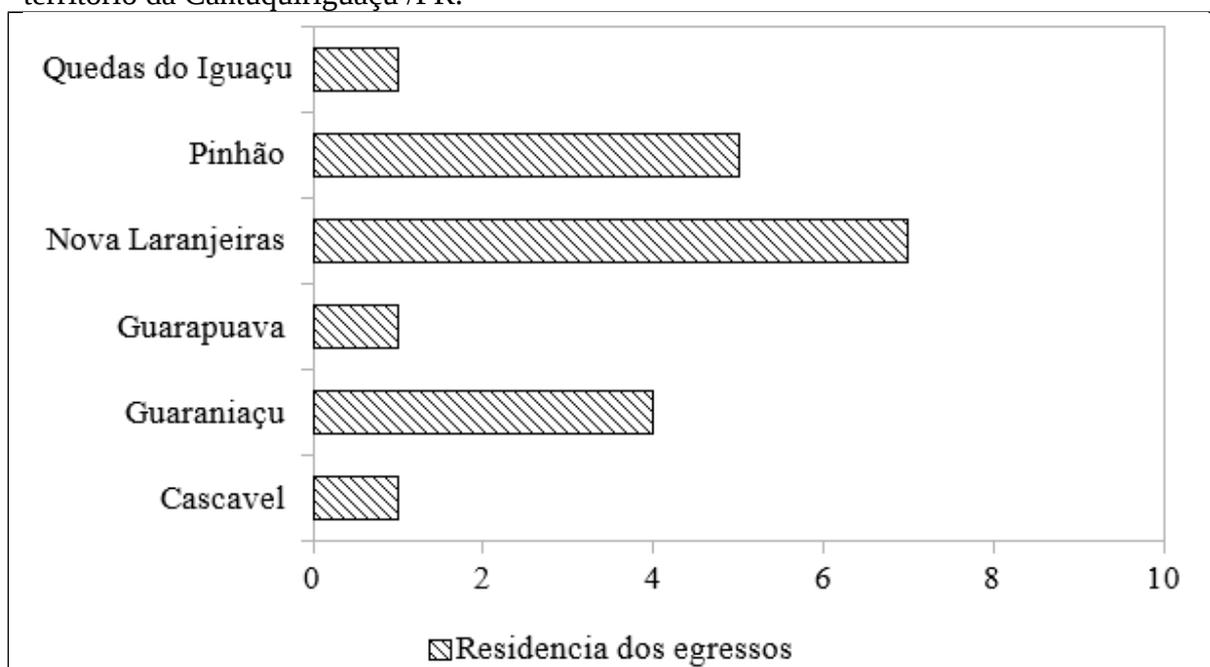
Quanto a variação de idade, os egressos apresentam faixa etária entre 17 e 26 anos, com maior composição na faixa dos 20 anos, o que representa uma consequência do modelo de ensino que passou a ser ofertado como Ensino Profissionalizante Integrado ao Ensino Médio, embora se mantenha na modalidade da Alternância, com isso os jovens ingressantes das CFRs acompanham a idade escolar que encerram o nono ano do ensino fundamental. Realidade que segundo dados encontrados nas CFRs pesquisadas, quando os cursos oferecidos eram somente uma qualificação

para a agricultura os jovens ingressantes apresentavam idade na faixa dos 20 a 25 anos, contrastando com a realidade atual, onde os jovens ingressam na faixa etária de 14 anos.

Cabe ressaltar que isto passa ser um reflexo da perda da autonomia das escolas, que passam a ser gerenciadas pelo Estado e são enquadradas nas modalidades de ensino ofertado na cidade sem respeitar as especificidades do campo. Nesse sentido, é importante entender que a Educação do Campo que deveria ser realizada nas CFRs é uma educação dos e não para os sujeitos do campo, feita por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos e isso é extremamente importante quando revisitamos a história do Brasil, onde toda vez que se pensou em projetos pedagógicos específicos, sempre foram para campo e não com ou pelos sujeitos do campo (CALDART, 2005), situação que não se faz diferente no caso das CFRs.

Quanto aos municípios de residência apenas dois egressos não moram atualmente na região da Cantuquiriguaçu, tendo maior concentração nos municípios onde encontram-se instaladas as CFRs do território (fig. 13). Ressalta-se que além de permanecerem na região, 89% dos egressos permanecem residentes na zona rural, na unidade produtiva familiar.

Figura 13- Municípios de residência dos egressos das CFRs com ensino profissionalizante no território da Cantuquiriguaçu /PR.



Fonte: Campos, 2018.

Embora nos chama a atenção, o fato de 47% desse mesmos egressos continuarem os estudos, seguindo para cursos superiores sendo que a maioria se relaciona com atividades agrícolas. Entre os cursos citados destacamos, veterinária, Agronomia, Licenciatura em Educação do Campo e Engenharia de produção. Portanto os dados levam a um prévio entendimento da existência de uma

relação entre a formação oferecida na CFR e a permanência do jovem no campo. Contudo nos parece importante questionar que tipo de permanência é esta?

Diante dessa questão, apresentaremos dados do questionário que nos permitam observar o egresso incluso na categoria jovem rural. E enquanto categoria conforme Borges(2012), falar do jovem é arriscar-se por imprecisões conceituais, estudada por diferentes áreas. Já para Bourdier (1983) juventude e velhice são categorias construídas de uma luta entre velhos e jovens, onde a relação entre a idade biológica e a social tece uma teia extremamente complexa. Portanto o jovem se apresenta como um personagem sobre o qual a sociedade deposita suas crenças, esperanças futuras e renovações, mas ao mesmo tempo sente-se ameaçada (STROPASOLAS, 2006).

Portanto, quais suas aspirações, dificuldades e como se dá seu envolvimento com a comunidade e o território onde se encontra, pois essa é uma perspectiva importante do ensino por Alternância, conforme Nosella (2013) a Pedagogia da Alternância reforça o compromisso educativo político e rejeita a discriminação da cultura do homem do campo ao envolver no processo educativo os principais sujeitos educadores, isto é família, escola e território.

Sob o ângulo da categoria jovem rural a pesquisa nos revelou que o egresso se considera um jovem rural, por diversos motivos. Entre as opções sugerida pelo questionário, a resposta com maior destaque, 42% foi “sim, porque pretendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo”, na sequência 26% “Sim, porque moro em uma área rural” e 15% “sim, porque me identifico com a vida e o trabalho no campo”.

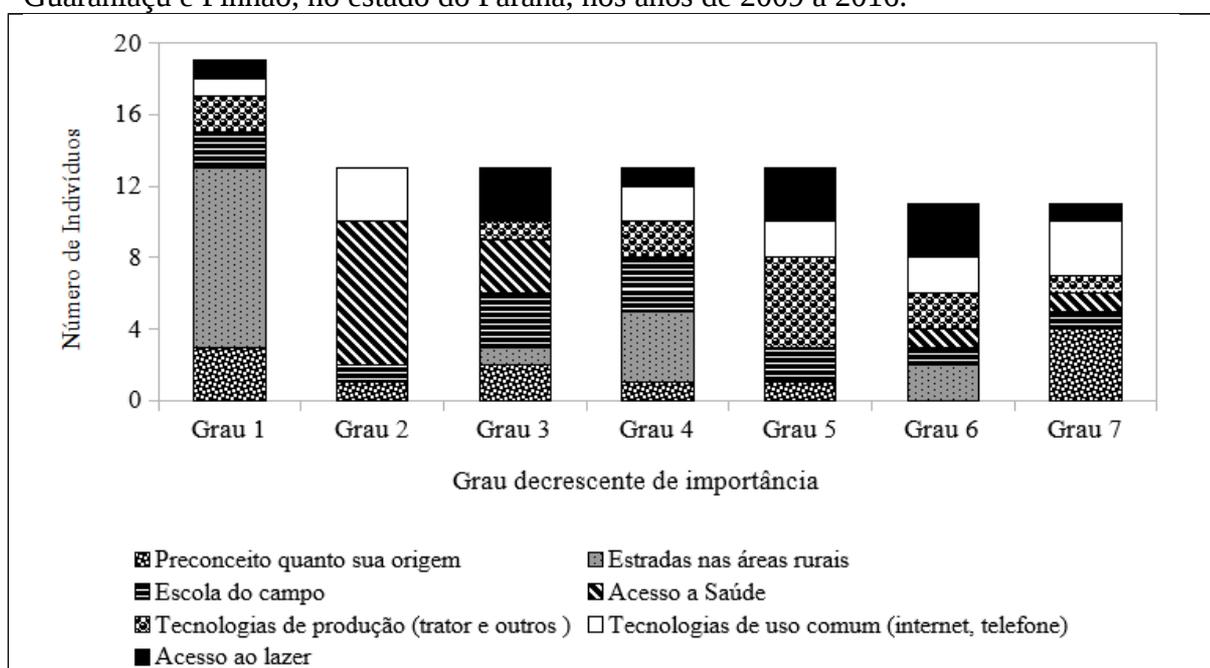
Considerando ainda a questão assinalada, procuramos ilustrar a perspectiva de futuro, o que o jovem projeta? Entre as respostas, temos 37% pretendem “continuar o trabalho e a vida no campo”, 21% “dar atendimento como técnico e ajudar na unidade produtiva familiar”, 15% “fazer um curso superior e retornar as unidades produtivas” e 21% entre diversas alternativas pretendem “abandonar a vida no campo e seguir carreira como servidor público, trabalho assalariado, montar um negócio próprio, entre outros”.

Entende-se que embora um grande percentual dos jovens se reconheça como jovem do campo, nem todos pretendem continuar a vida no campo. No entanto reconhecer-se como jovem do campo é um fato interessante, haja visto, que está relacionado não somente com a forma que esse jovem pretende viver sua vida, mas sim, sobre sua identidade, pois o fato de pretender ganhar a vida de outra forma, pode estar relacionado com a condição de reprodução social e não com a questão identitária. De forma geral, as unidades produtivas possuem um tamanho limitado com uma média de um a cinco alqueires e estão localizadas a uma distância média de 20 km das cidades, com exceção do município de pinhão onde a distância média é de 50 km. Portanto é possível que o

desejo de abandonar o campo aconteça pela falta de recursos e condições de continuar na unidade de produção familiar.

Diante dessas questões é possível entender quais são as maiores dificuldades apontadas pelos jovens. Dentre as questões previamente estipuladas, apresentamos temas como, educação, saúde, uso de tecnologias, acesso a lazer, estradas rurais, e escola do campo. Dentre eles apontado como a maior dificuldade trata-se de acesso, devido às péssimas condições das estradas rurais, seguido pelas questões, saúde próximo das residências, tecnologias de produção como máquinas e equipamentos agrícolas (fig. 14).

Figura 14 - Dificuldades enfrentadas pelo jovem rural, egresso das CFRs de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no estado do Paraná, nos anos de 2009 a 2016.



Fonte: Campos, 2018.

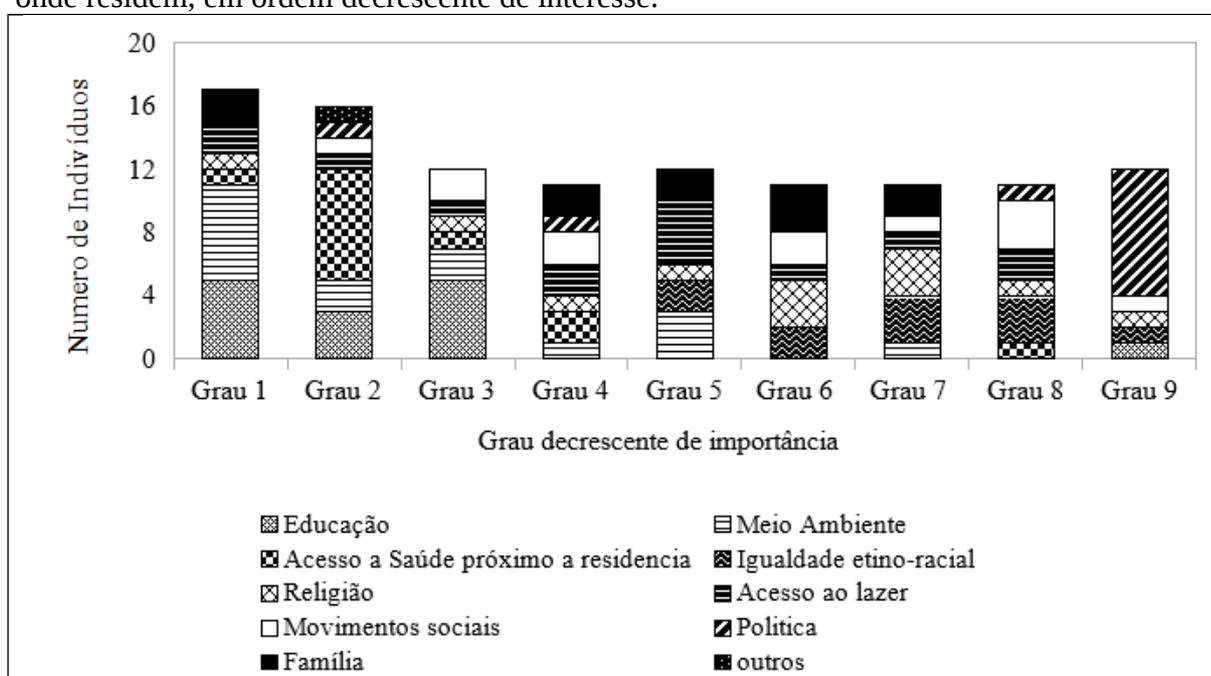
A partir desse panorama acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos jovens nosso próximo passo elenca o papel que esse jovem exerce em sua comunidade, uma vez que entende-se, não basta identificar-se como jovem do campo, é necessário ter participação política, frente às barreiras e encontradas na vivência do campo. É fundamental que jovem seja capaz de articular-se com sua comunidade, seja capaz de promover discussões, torne-se protagonista de sua história, proporcionando o desenvolvimento e melhoria dos projetos que se relacionem com a qualidade de vida no meio rural (SANTORI, 2008).

Para entender qual o perfil de atuação em sua comunidade foram elaborados perguntas referentes a sua participação em grupos formados por jovens, onde 68% responderam ter participado, havendo maior presença 38% em grupos de jovens da igreja e raras participações em outros grupos, como, sindicatos e cooperativas. No entanto, quando perguntados se estão

participando de grupos formados por jovens 52% responderam que não, por não ter tempo em função da universidade, ou por não existir esse tipo de grupo em sua comunidade.

Ao serem indagados sobre quais temas gostariam de se envolver para propor ações em suas comunidade, dentre os temas indicados no questionário, respectivamente, meio ambiente, educação e acesso à saúde próximo a residência foram os destaques. Em contraponto aos temas de maior interesse, política se destacou como o tema de menor importância (fig.15), o que nos retrata um jovem despolitizado.

Figura 15 - Temas levantados pelos egressos, dos anos de 2009 a 2016, das CFRs de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no estado do Paraná, para proposição de ações nas comunidades onde residem, em ordem decrescente de interesse.



Fonte: Campos, 2018.

Sendo esse um indicador de que ensino não tem se alinhado com a proposta da Pedagogia da Alternância, uma vez que essa não é meramente uma “justaposição de espaço e tempo” mais que isso torna-se integradora ao despertar na consciência dos educandos, das famílias um complexo projeto de desenvolvimento territorial, que seja integrador e para que se torne um projeto real necessita-se desenvolver consciência política (NOSELLA, 2013, p.102).

No entanto, essa não é uma realidade retratada nos dados, embora tenha como destaque preocupações com o meio ambiente, educação e saúde, esses aparecem de forma desarticulada, mais parecendo chavões implantados de senso comum, uma vez que a articulação política apresenta-se como um meio de propor ações de desenvolvimento local independente do tema de interesse.

O distanciamento do Projeto Político Pedagógico proposto pela Pedagogia da Alternância, tem se tornado mais evidentes nos casos estudados, ao observar os resultados das questões que

investigam sobre a participação do egresso em mutirões, fórum, manifestações, grêmio estudantil, conferência, palestra e seminários, onde, uma média de 60% dos egressos declararam ter participado de palestras e seminário e apenas 10% declarou participação em mutirões, manifestações e fórum, ainda assim essa pequena parcela de participações foram como ouvinte e não como membro ativo ou representante da comunidade.

Condição que vem reafirmar o questionamento sobre a formação política do jovem estudante das CFRs da Cantuquiriguaçu. Com isso não queremos afirmar que todo o jovem deve ter militância partidária, mas sim, ser protagonista de um processo que é parte do desenvolvimento de sua comunidade, nesse sentido propor ações ou ter participação em eventos como um membro ativo de sua comunidade, já o faz um ator político.

Diante desse dados faz-se necessário reafirmar os objetivos dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), destacado por Puig-Calvó e Gimonet (2013, p. 35) “[...]conseguir a promoção e o desenvolvimento das pessoas e de seu meio social, em curto, médio e longo prazo[...]” Silva e Queiroz (2007) afirmam que esse modelo de ensino prepara os jovens do campo para a vida associativa e comunitária. No entanto, quando olhamos para as dificuldades apontadas pelos jovens contrastada com a falta de interesse político dos mesmos, percebe-se um distanciamento entre a proposta pedagógica e política projetada pela Pedagogia da Alternância e real formação dos educandos que vivenciaram esse modelo de Ensino nas CFRs do território.

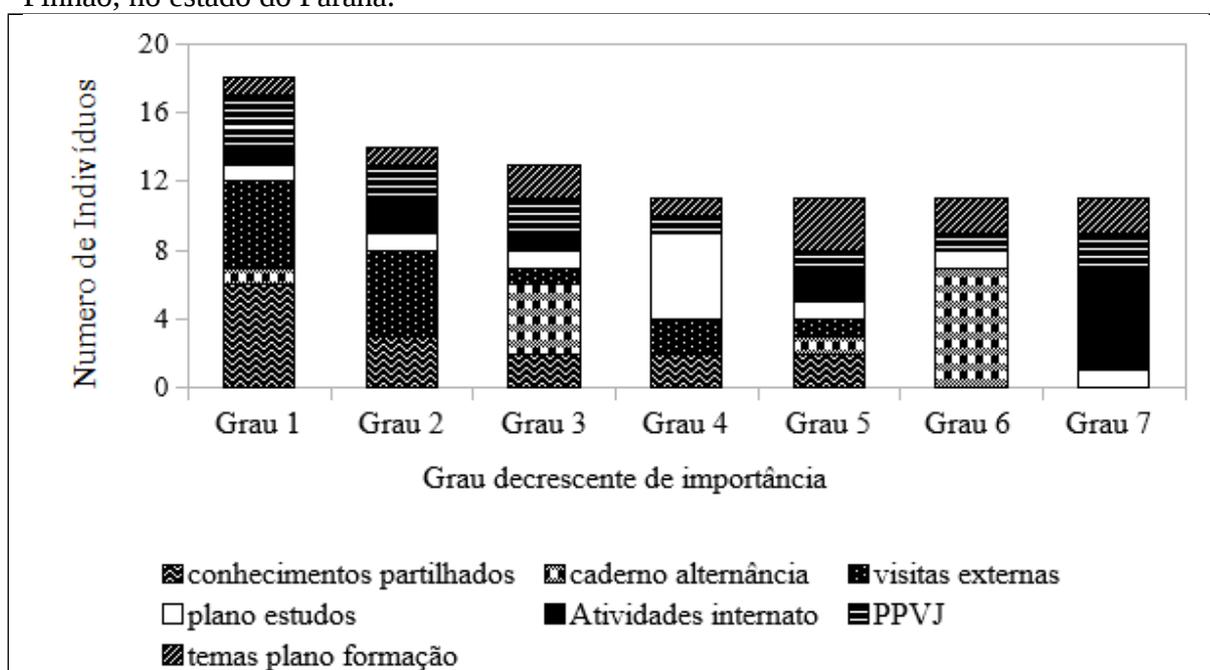
4.3. A Casa Familiar Rural e o Projeto Profissional De Vida Do Jovem

O projeto de formação das CFRs prevê a participação intensa da família no processo de ensino. A fim de avaliarmos esta, perguntamos aos egressos como se dava esse engajamento nas decisões da CFRs, e 52% dos entrevistados responderam que a família só ia na casa quando convocada, 43% responderam que a família participava ativamente das decisões da casa e 5% não responderam. Dessa forma compreende-se que existe uma ruptura com a proposta de formação originalmente pensada a partir da Pedagogia da Alternância, uma vez que não há participação integral da família nos espaços escolares. No que diz respeito a esse contexto a pesquisa não traz elementos capaz de analisar a pouca participação familiar se relaciona com o modelo de sociedade que vivemos hoje, fragmentada e desarticulada até mesmo quando se trata da situação educacional dos filhos.

O elemento apontado pelos jovens como sendo o que mais contribuiu para sua formação, foram citados os Conhecimentos Partilhados (fig.16). No projeto pensado para o ensino por Alternância esse elemento consiste em um momento onde os estudantes e professores reúnem-se para partilhar os conhecimentos adquiridos durante a semana de aula e torna-se muito rico pela troca que ocorre

entre professor-professor, professor-educando e educando-educando, além da troca que ocorre de família-família, uma vez que cada educando traz as experiências que desenvolve na unidade produtiva com sua família e comunidade. A relevância desse dado nos aponta para um caminho que demonstra que jovem tem abertura para dialogar e reconhecer-se como protagonista de sua própria história, no entanto se o processo escolar, já não é capaz de dialogar sobre a realidade que envolve o jovem, a formação torna-se fragmentada e a inspiração que move o jovem vai se findando e o afasta da realidade que deveria envolvê-lo.

Figura 16 - Elementos da Pedagogia da Alternância levantados pelos egressos dos anos de 2009 a 2016 que mais contribuíram para a sua formação nas CFRs de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no estado do Paraná.



Fonte: Campos, 2018.

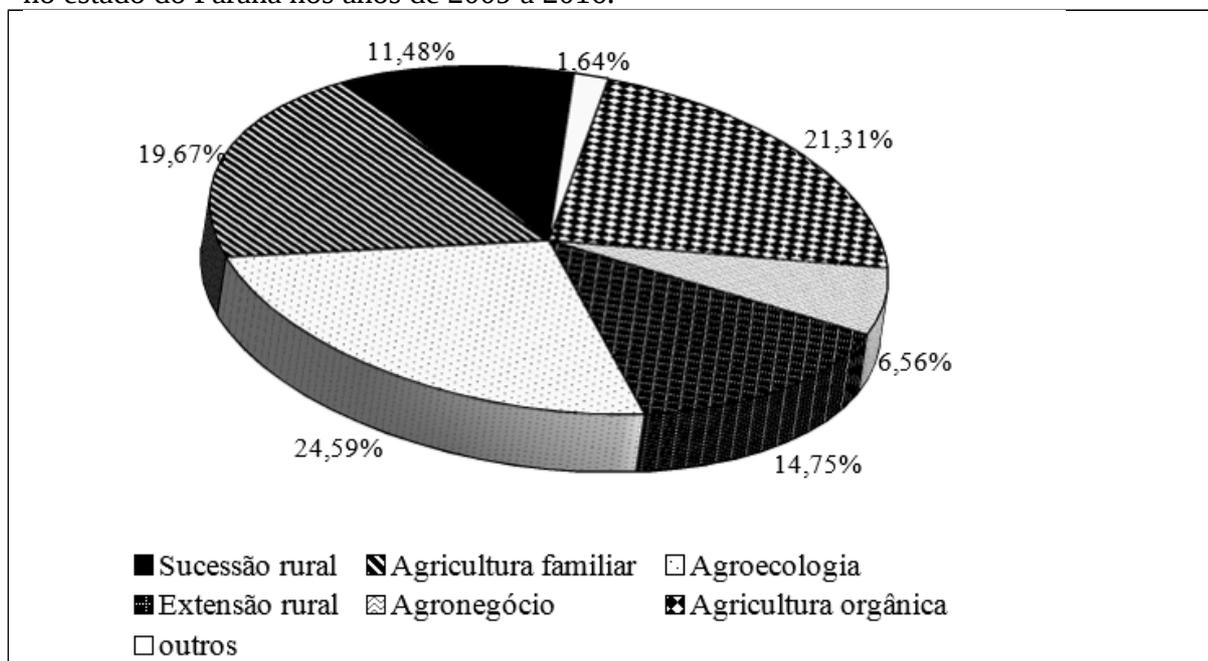
As visitas externas são colocados em grau um e dois de importância (fig.16), essas visitas são momentos que no contexto de aprendizagem estão sempre relacionadas ao tema de estudos da semana, podendo ser visitado uma unidade produtiva familiar, agroindústrias, universidades, unidades de pesquisa entre outros. Esse é um elemento que quando bem conduzido torna-se o combustível que move o jovem ao encontro de novas experiências, por isso torna-se essencial no processo.

O elemento da alternância que menos contribui para formação é a *atividade de internato*. Esse instrumento do ponto de vista organizacional, divisão de tarefas e desenvolvimento de trabalho em grupo torna-se um instrumento importante. No entanto, devido modelo de sociedade que tem as tarefas de limpeza organização como sendo tarefas femininas, e o nosso universo pesquisado é

majoritariamente masculino, o elemento perde seu valor diante do processo de ensino se não for trabalhado dentro uma perspectiva de discussão de gênero.

Dando seguimento ao conjunto de questões, investigou-se quais temas de estudos permeiam o ensino na CFR. No questionário foram sugeridos alguns que tem como foco investigativo deste trabalho, entre eles Agroecologia, sucessão rural, Agricultura orgânica, extensão rural, agronegócio e Agricultura familiar. Desta forma, os dados indicam que a Agroecologia (fig.17) aparece como principal tema, seguidos por agricultura orgânica¹⁸ e agricultura familiar. Dentre os sugeridos, o agronegócio foi o menos indicado.

Figura 17- Temas que permearam a formação nas CFRs de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no estado do Paraná nos anos de 2009 a 2016.



Fonte: Campos, 2018.

Esse dado nos aponta, para uma questão interessante sobre o contexto produtivo abordado no processo de ensino proposto pelas CFRs da Cantuquiriguaçu. Uma vez que a Agroecologia, ponto de destaque entre temas desenvolvidos na formação dos egressos, trata-se de uma proposta emancipadora da vida no campo.

Referente ao último dado deste conjunto de questões procurou-se investigar sobre a *Associação Casa Familiar Rural*, elemento importante no processo de gerenciamento do ensino e das questões do dia a dia, trata-se de um movimento importante quando há participação do educando, pois

¹⁸ De acordo com literatura já citada neste trabalho, compreende-se que Agroecologia se diferencia de agricultura orgânica, por acreditar que Agroecologia não se trata de um modo de produção, mas sim um ciência da complexidade que por isso esta imbricada de um conceito mais amplo. Enquanto que a Agricultura orgânica é considerada um modelo produtivo que tem como princípio não utilizar-se de agroquímicos.

desenvolve noções de gerenciamento, além da exigência da participação familiar no que diz respeito as decisões da casa.

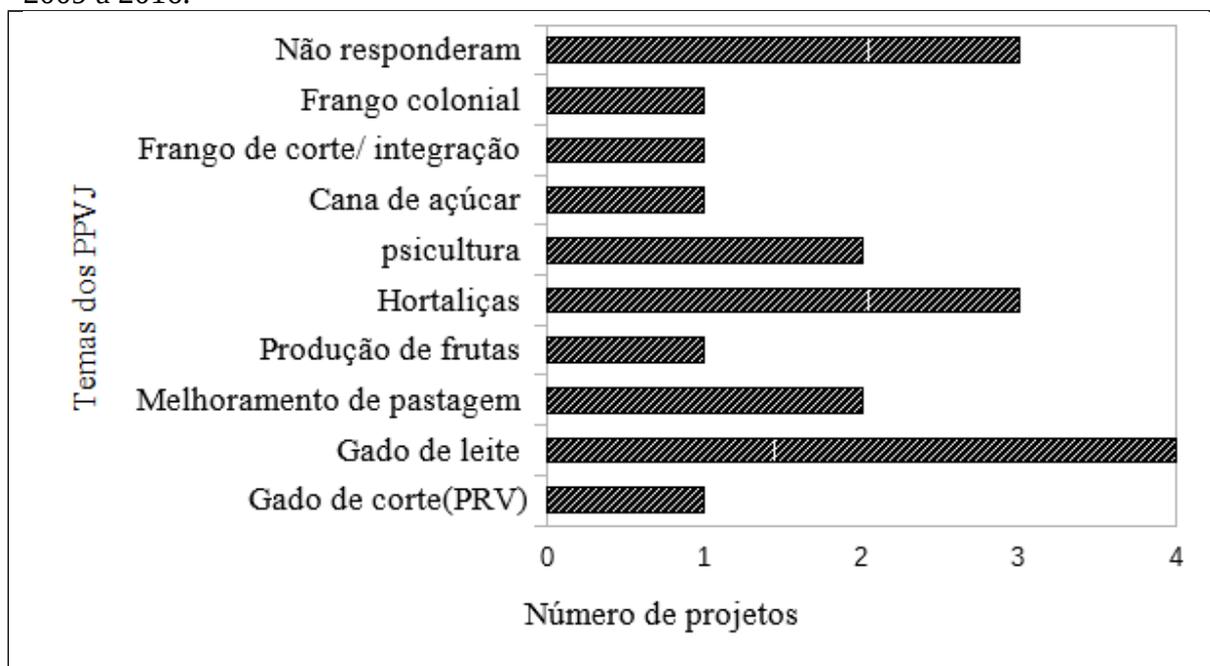
Teoricamente mesmo após a formação o educando deve, ou deveria continuar seu contato e representatividade na Associação CFR, no entanto esse é um eixo que na prática nem sempre tem funcionado, haja visto, que os dados apontam que 43% dos participantes nunca participaram de uma reunião da associação, isso já reflete algo que não aconteceu mesmo quando era estudante da CFR quanto mais na condição de egresso. Considera-se ainda que 48% dos entrevistados declararam já ter participado de reuniões inclusive tendo oportunidade de fala, no entanto nenhum entrevistado afirmou ter exercido algum cargo em relação a associação. Nessa perspectiva, reafirmamos a necessidade da formação política, que instigue no jovem um processo emancipador e que deveria começar pela tomada de decisões em ações que dizem respeito a escola.

Na trajetória de investigação sobre os egressos das CFRs da Cantuquiriguaçu, não poderíamos deixar de inquirir sobre o *Projeto profissional de vida do jovem (PPVJ)*, etapa em que o educando da CFR deve construir um projeto de aplicação que contribua para a melhoria das condições de vida e reprodução social. A construção deste projeto é uma etapa obrigatória para formação do jovem. Assim, procuramos investigar como se deu a etapa de construção do PPVJ e quais temas foram propostos.

Embora os dados apontam que 73% dos entrevistados construíram o projeto junto a sua família. Observa-se que de maneira geral poucos abordaram a diversificação das unidades produtivas. Dentre os temas em que mais foram propostos projetos, se destaca a produção de leite (fig. 18), seguido pela produção de hortaliças, melhoramento de pastagem e piscicultura. Entre outras produções que apareceram destaca-se a produção de frutas, cana-de-açúcar, frango de corte (sistema de integração), frango colonial.

Embora as atividades aparecem variadas, quando comparadas com as atividades já desenvolvidas pelas famílias, ou seja, o nível de diversificação, os projetos seguem a mesma linha. No entanto, o PPVJ deveria propor uma atividade complementar a renda familiar para que dessa forma se construa uma relação direta de permanência do jovem no campo. Com isso, entende-se uma permanência que proponha uma condição autônoma, uma vez que garante ao jovem uma possibilidade de renda e conseqüentemente a participação nas tomadas de decisões, sobre espaço produtivo e familiar, além da participação política no contexto comunitário.

Figura 18 - Temas que permearam a construção do projeto profissional de vida do Jovem (PPVJ) dos egressos das CFRs de Nova Laranjeiras, Guaraniaçu e Pinhão, no estado do Paraná nos anos de 2009 a 2016.



Fonte: Campos (2018).

Quanto a etapa de implantação dos projetos, 43% dos entrevistados afirmaram ter implantado e trabalham nele atualmente. Já os demais egressos, por diferentes motivos não implantaram, entre as respostas apresentadas, tem-se a falta de concordância da família, recursos, interesse. Esse dado também aponta para um desencontro entre a proposta da Pedagogia da Alternância e a forma como tem sido conduzido o ensino nas CFRs da Cantuquiriguaçu.

A falta de participação da família na construção e aplicação do PPVJ deixa claro a desarticulação entre o Projeto político das CFRs e as famílias. Outro fator que pode-se levar em conta é a falta de projeto de desenvolvimento local e até mesmo regional. Cabe ainda, apontar para ineficiência de políticas públicas que venham dar suporte ao jovem formando e sua família para implantação, estruturação e continuidade do PPVJ. Políticas de acesso a crédito, acesso à terra, estruturação de logística e mercado para fomentar o escoamento da produção.

4.4. Síntese do Capítulo

Ao percorrer a trilha dos egressos, percebe-se que muitos, continuam residindo nos municípios onde realizaram sua formação técnica. Embora alguns seguiram seus estudos em cursos de ensino superior, ainda residem e pretendem melhorar na unidade produtiva familiar, no entanto é perceptível que a falta de recursos e acesso a crédito, desmotiva essa permanência, uma vez que esse tem sido um dos principais entraves, associado a falta de apoio familiar, para a construção de

seus projetos de vida e permanência no campo. Cabe destacar que o apoio familiar restrito, também tem ligação com a falta de recursos financeiro, uma vez que a família não dispõem de recursos e o pouco que tem, são investidos em projetos pensados pelo patriarca da família, dessa forma não há lugar para jovem nas decisões familiares e conseqüentemente na unidade de produção, levando na maioria das vezes o abandono da unidade familiar.

Quanto ao processo de ensino é verídico que as CFRs da Cantuquiriguaçu tem contribuído diretamente para o manejo agrícola associado ao contexto produtivo dos municípios onde estão inseridas, no entanto, percebe-se a necessidade de aprimorar os trabalhos de formação no âmbito social desses jovens, uma vez que existe uma propensão de baixa participação e organização em grupos sociais no contexto em que estão inseridos. Pois constatou-se que raros são os jovens que tem participação em sindicatos, cooperativas, e até mesmo na Associação Casa Familiar Rural, que deveria ter uma intensa participação do jovem egresso, para que seja ela uma referência nos processos formativos que envolvem a juventude do campo.

Por essa razão torna-se necessário no processo formativo a inclusão de elementos disciplinares ou interdisciplinares, que estimulem formação de sujeitos de sua história, ainda componentes curriculares que trabalhem e discutam o cooperativismo e associativismo, como um meio de enfrentamento e resistência ao capitalismo opressor sobre a agricultura familiar, especialmente na Cantuquiriguaçu uma região tão assolada pela imposição capitalista sobre os processos produtivos.

Ainda sobre a formação, cabe destacar que os elementos de colocação em comum e visitas externas, foram citados pelos jovens como elemento da pedagogia da Alternância que mais contribuiu para seu aprendizado, o que deve instigar as CFRs a aprimorar esses elementos no intuito de fortalecer o processo de ensino e construir dessa forma pontes com outras entidades como cooperativas, industrias, universidades, sindicatos regionais e unidades de produção e vida familiar na tentativa de usar esses elementos para fortalecer a parte do processo que tem sido enfraquecidos e que tem levado ao fechamento das CFRs no território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as CFRs não podem ser um projeto isolado, mas sim um projeto que envolva o campo e a cidade dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial regional. Para que a mesma cumpra o seu papel de fomentar a autonomia da agricultura familiar campesina, ela não pode ser vista como mais uma escola, ao contrário deve estar associada a políticas públicas que venham a promover a geração de emprego e renda no campo e a garantia da sucessão, para que esses jovens formados possam atuar e aplicar os conhecimentos técnicos que desenvolveram em seu processo de ensino.

A perda da autonomia com a mudança do mantenedor (Estado) e a forma de contratação tem provocado equívocos na efetivação da proposta metodológica, onde professores e professores/monitores não recebem formações necessárias quanto a vivência da Pedagogia da Alternância que requer, uma *práxis* constante, onde estes momentos sejam, avaliados e discutidos para que possa dar o próximo passo na construção do ensino-aprendizagem que envolve todos os atores (estudante, professores e professores/monitores, coordenação, agentes educacionais, família e comunidade).

Percebe-se que há uma discrepância entre o tempo escola e o tempo comunidade. Onde o primeiro seria o local de aprendizado teórico que levaria ao estudante ao tempo comunidade, para o desenvolvimento de projetos práticos e pesquisas direcionadas, correlacionados as discussões teóricas. O segundo de posse do projeto teórico experimenta, aplica, modifica e tira suas conclusões a partir de sua vivência na unidade produtiva e comunidade. Neste sentido, ao retornar para o tempo escola ele traz em seu caderno de alternância as reflexões e avanços, a partir disto novas proposições deveriam ser estimuladas num processo contínuo de troca. O fato disto não ocorrer, torna o estudante, pouco comprometido com suas atividades no tempo comunidade promovendo uma lacuna no processo ensino-aprendizagem, que acaba por não torná-lo sujeito de seu aprendizado, mas um repetidor/executor de tarefas.

Considera-se ainda, que as CFRs desenvolvem um papel importante sobre a permanência da juventude no campo. Ela favorece o aprimoramento das técnicas que contribuem para o aumento do trabalho e renda no campo. Por outro, verificou-se um egresso despolitizado e desarticulado em relação as demandas sociais emergentes na comunidade e no território, no caso da Cantuquiriguaçu. Ele não participa das decisões, assim esta condição aponta para as contradições do processo de ensino-aprendizagem.

Dos elementos da alternância a partilha e as visitas foram considerados momentos marcantes na vida dos egressos. Tem aqui dois momentos diferentes onde o dialogo é privilegiado, no primeiro

momento ao ver as experiências dos outros educandos, ele se reconhece como parte de história e vai construindo a sua identidade de jovem do campo, no segundo momento ele conhece novas experiências, e se sente por ela motivado a permanecer no campo, pois enxerga ali um lugar para viver e não meramente morar. No entanto, a escola não dá conta da continuidade desse processo que ela mesmo despertou.

Aponta-se como caminho que outras questões precisam ser levantadas para que tenhamos uma resposta quanto ao tipo de permanência que deve ter o jovem do campo. Já que de acordo com os dados apresentados neste trabalho observou-se que o **jovem não se vê como elemento de transformação**, sujeito de sua história, mas como a reprodução do sistema dominante.

Reconhece-se as limitações da pesquisa ao fazer esses apontamentos, porém não se pode deixar de sinalizar que a falta de comprometimento do poder público, atrelado a perda de autonomia e participação da comunidade nas CFRs, tem seriamente comprometido o processo de ensino-aprendizagem e conseqüentemente o Desenvolvimento Rural Sustentável Territorial.

Com isso pretende-se instigar novas pesquisas que venham fomentar as discussões e os rumos que devem tomar as escolas do campo, nos moldes de CFRs. Que os povos do campo de maneira geral sempre foram assolados pela falta de recurso, de políticas públicas comprometidas com sua realidade, principalmente a educacional.

Fica claro ainda, diante das observações realizadas durante a pesquisa que a grande maioria dos professores não reconhecem a Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino e os conceitos ideológicos a ela atribuído, ficando o processo de ensino a mercê dos conhecimentos e ideologia que o professor e coordenação traz consigo e isso gera interferência na continuidade do processo.

Dessa forma mais uma vez reafirmamos que na perspectiva de atuação que se encontra hoje as CFRs do território da Cantuquiriguaçu, elas tornaram-se uma escola comum, onde não há uma diferenciação na formação política, social e autônoma, tendo como único diferencial a oferta da qualificação profissional que por sua vez também tem sido alvo de decepções, devido a falta de reconhecimento dos órgãos de classes responsáveis pela regulamentação das profissões.

Portanto do ponto de vista de organização territorial na Cantuquiriguaçu não há um projeto político que favoreça a permanência desses jovens no campo, bem como políticas de acesso a crédito que permita a implantação dos projetos para complementação da renda familiar, propostos pelos estudantes em seu último ano de formação.

Embora nas circunstâncias históricas de implantação de cada CFR estudada nesta pesquisa, os governos municipais tiveram uma participação relevante. Do ponto de vista de incentivo a

continuidade das escolas e de permanência desses jovens no campo, os municípios nunca efetivaram políticas públicas que garantam a continuidade do processo.

No entanto, ao que nos parece os elementos de relação entre a escola e comunidade, que deveriam ser os pontos de apoio para o funcionamento dos outros, tem se desarticulado do processo comprometendo de maneira crucial os demais elementos. Pois entende-se que os Elementos da Pedagogia da Alternância só fazem sentido se articulam com elementos do Campo. Ou seja, a escola deve servir de um espaço de reflexão sobre as práticas desenvolvidas na unidade de produção. E desta forma, ela precisa da inserção dos atores no processo.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, G. Secundaristas no Paraná ocupam 300 escolas e põem governador sob pressão. **El País**. São Paulo. 18 out 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.ht. Acesso em 30 de mar. 2018.
- BOISIER, S. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas, 1996.
- BORGES Graziela S. A Formação Do Protagonismo Do Jovem Rural A Partir Da Pedagogia Da Alternância Em Casas Familiares Rurais. Dissertação de Mestrado, 157fl., PPGDR/UTFPR, Pato Branco, 2012.
- BOURDIEU, P. El baile de los solteros. Barcelona: Anagrama, 2004. 282 p.
- BRACAGIOLI, Alberto. Métodos participativos na extensão rural: processos e práticas. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; RODOMSKY, G. F.W.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. 1. V. Porto Alegre: UFRGS, 2014. P. 281-296.
- BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 16 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 set 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, aprovado em 4 de dezembro de 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de Abril de 2002.
- CALDART, Roseli. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: **Cadernos Temáticos: Educação do Campo**. Paraná Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2005.
- CALDART, R. S. ; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO P. ; FRIGOTTO G. (org.) Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2012.
- CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. Rio de Janeiro, jan. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- CAMPOS, Francieli do Rocio; BORGES, Daniely Casagrande. O Desenvolvimento Rural a Partir da Produção Agroindustrial do Município de Guaraniaçu-Pr. In: III JORNADA: questão agrária e desenvolvimento, 3, 2015, Curitiba. **PDF**. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/Francieli-do-Rocio-de-Campos-Daniely-Casagrande-Borges.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2018.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. EMATER (DF) 2009.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G., **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAVALCANTI, J. S. B., WANDERLEY, M. N. B. e NIEDERLI, P. A. (Orgs). Participação, território e cidadania: um olhar sobre políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: editora UFPE, 2014.

CECCATTO, Andréa de Paula. **A Oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Casas Familiares Rurais do Paraná**. Disponível em: <<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/02/ceccatto-a-oferta-da-educac3a7c3a3o-porfissional.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

ClAVATTA, M. O trabalho como principio educativo, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html> > acesso em 14 maio, 2018.

COCA, E.. O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública emancipatória no Território Cantuquiriguaçu-PR. REVISTA NERA, n. 26, p. 165-182, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3575> Acesso em: 10 de nov. 2017.

CONDETEC (Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu). Território Cantuquiriguaçu Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

CONDETEC (Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu). Plano Safra Territorial 2010-2013. Laranjeiras do Sul, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural** - a formação com base na pedagogia da alternância. 2ª ed. rev., ampl., at. Florianópolis: Insular. 2012.

FLACH, S.F. SCHLESENER, A.H., Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **ETD- Educação Temática Digital**. Campinas, SP v.19 n.1 p. 165-186 jan./mar. 2017.

FRANCA-BEGNAMI, M. J. Projeto Profissional do Jovem: desafios e possibilidades para egressos da Escola Família Agrícola Bontempo. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (Org.). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Orizona: UNEFAB, 2013. cap. 13, p. 229 - 247.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 40º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimento sustentável, In: BELIK, W., MALUF, R.S., FRIEDMANN, H. et al. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização – Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000.

FRIGOTTO, G. **Projeto societário contra-hegemônico e Educação do Campo**: desafios de conteúdo, método e forma in: MUNARIM, A. BELTRAME, S. CONDE, S. F., PEIXER, Z. I. (orgs.) Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis, Insular, 2010.

FREITAS, Cibele de. **Efeitos Econômicos das Instituições de Ensino Superior Federal**: Estudo Sobre os Gastos Desencadeados Pela Universidade Federal Da Fronteira Sul No Município De Laranjeiras Do Sul (PR). 2016. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul, curso de Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, 2016.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Cienc. Rural* [online]. 2011, vol.41, n.9, pp.1674-1680. Epub Sep 16, 2011. ISSN 1678-4596.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimento sustentável, In: BELIK, W., MALUF, R.S., FRIEDMANN, H. et al. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização – Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo**: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999. Anais... Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

GLIESSMAN, S. et. al. **Agroecologia: promoviendo una transición hasta La sostenibilidad**. Ecosistemas: revista científica y técnica de ecología y médio ambiente v.16, n. 1. p. 13-23, jan. 2007.

GUZMÁN, E. S. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. In: Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible. BARCELONA: CAJAMAR, 2013.

IPARDES. **Caderno Estatístico**: Município de Nova Laranjeiras, fevereiro, 2018.

IPARDES. **Caderno Estatístico**: Município de Guaraniaçu, fevereiro, 2018.

IPARDES. **Caderno Estatístico**: Município de Pinhão, fevereiro, 2018.

IPARDES. Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu - 1ª fase: caracterização global. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba, PR: IPARDES, 2007. 145 p.

JESUS, J. G. Dialogando com a formação e os saberes dos monitores da Pedagogia da Alternância. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (Org.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona: UNEFAB, 2013. cap. 09, p. 191 – 198.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2011. 174p.

MENEZES, Rachel Reis, As Escola Comunitárias Rurais No Município De Jaguaré: um estudo sobre a expansão da pedagogia da alternância no Estado do Espírito Santo, 2013, Dissertação de Mestrado, 170fl. PPGE/ UFES, Vitória, ES.

MOCELIN, N. M.; BERNARTT, M. L.; TEIXEIRA, E. S. **Tensionamentos e Vicissitudes atuais da Pedagogia da Alternância no Paraná**. HOLOS, Ano 33, Vol. 08, (2017): 285 - 297.

MINAYO, C. S.(org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25ªed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

MORAES, Vitor De. **A Disputa Territorial e o Controle das Políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: A Participação Dos Movimentos Socioterritoriais e o Papel do Estado. 2013. 315 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2013.

NOSELLA, Paolo. A formação pelo trabalho. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (Org.). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Orizona: UNEFAB, 2013. cap. 4, p. 95 - 103.

PARANÁ. SEED. **Programa de Alimentação Escolar**. Disponível em:<<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Programas e projetos - Casa Familiar Rural - Oferta de Cursos. Disponível em:<<http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=130>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Programas e projetos - Casa Familiar Rural Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=185>>. Acesso em: 29 set. 2016.

PARANÁ. **Decreto n. 3.106/94**, de 14 de março de 1994. Cria o Programa de Apoio às Casas Familiares Rurais. Diário Oficial do Estado. Poder Executivo, Curitiba, PR. 18 mar. 1994.

PINTO, J. B. G., **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. DUQUE-ARRAZOLA, L.S., THIOLENT, M. J. (Org.). Belém: UFPA, 2014.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. **A alimentação no contexto contemporâneo**: consumo, ação política e sustentabilidade. Ciência & Saúde Coletiva, 16(1):99-106, 2011.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP). **Colégio Estadual Rui Barbosa - EFMP**, Nova Laranjeiras, PR, 2015.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP). **Colégio Estadual Santo Antônio - EFMP**, Pinhão, PR, 2016.

PUIG-CALVÓ, P.; GIMONET, J-C. Aprendizagem e relações humanas na Formação por Alternância. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona: UNEFAB, 2013. cap. 1, p. 35 – 69.

PLOEG, J. D. V. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. PETERSON, P. (org) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

RAMOS, M. Políticas e diretrizes para educação profissional no Brasil, ed. IFPR, Curitiba, 2011.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. Parte I, p. 31 - 54.

RIZZO, S., **A Casa Familiar Rural e a Pedagogia da Alternância**: Um Estudo de Caso da Casa Familiar Rural de Guaraniaçu – Pr (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

ROSA, Eloisa Helena da; GALERA; Joscey Bassetto. A gestão do espaço físico escolar: um desafio social, 2002. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1699-8.pdf>: Acesso em: 12 04. 2018.

SANTORI, Raquel. A juventude rural e suas perspectivas. In: Revista Formação por Alternância. Brasília: 2008. p. 5-14.

SANTOS, C. S. Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do núcleo da rede ecovida de agroecologia luta camponesa. Dissertação de mestrado. Laranjeiras do Sul, PR - PPGADR/UFGS, 2016.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. 224 p.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000

SEVERINO, A. J., **Metodologia do Trabalho Científico**, 23. ed. rev. e atual., São Paulo: Cortez , 2007.

SILVA, L. H. **Educação do Campo em foco**: avanços e perspectivas da Pedagogia da Alternância em Minas Gerais. Caxambu: Anped, 2005.

SANTOS, I. F. dos; PINHEIRO, J. E. L., O CEFFA e o Projeto Profissional do Jovem. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília, DF, v.1, ano 1, 2005.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, L. H.; QUEIROZ, J. B. P. **A Formação de Jovens Agricultores e a Construção da Escola do Campo no Brasil** - Avanços, Contradições e Perspectivas do Projeto da Casa Familiar Rural. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007.

STOFFEL, Janete. **A Influência da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural na Região Sul do Brasil**. 2013. 291 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2013.

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. DE L.; TRINDADE, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, 34(2),227-242.

TRICHES, R y SCHNEIDER, S. (2014). **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores**: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 12(75). <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cdr12-75.asac>

APÊNDICE A – questionário

Questionário aplicado aos Jovens dos cursos de Agropecuária, Agroindústria e Agroecologia da região da Cantuquiriguaçu/ PR (adaptado de Borges,2012)

Prezado (a) Jovem

Este questionário faz parte da Pesquisa intitulada “**CASA FAMILIAR RURAL: o impacto sobre a fixação do jovem a partir das urgências dos próprios jovens**” que está sendo desenvolvida por Anelize de Souza Müller Campos, aluna do Curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. Tem como estimativa de término, o mês de outubro de 2017 e como objetivo principal estudar o processo de formação dos jovens das CFRs, sua relação com a permanência destes jovens no campo e a Agroecologia como pode contribuir para este processo.

Sua opção pela adesão à esta pesquisa é voluntária e constará de perguntas que deverão ser respondidas sem minha interferência. Sua participação e sinceridade será contribuição de extrema importância para o andamento da pesquisa. Por isso, agradeço desde já sua colaboração.

Anelize de Souza Muller Campos

anelizerural1@gmail.com

PPGADRS- UFFS

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Marque com um X as alternativas que mais definem suas opções de vida, trabalho e participação social. Procure marcar apenas uma opção, sendo a que seja mais presente em seu cotidiano. Em algumas questões você terá a oportunidade de escrever a resposta de forma pessoal. Não é necessário identificar-se ou fazer qualquer outro tipo de assinatura.

SOBRE VOCÊ

1. Sexo: () M () F

2. Qual a sua idade?

3. Qual é o seu estado civil?

() Solteiro(a)

() Namorando

() Casado(a), moro com companheiro(a)

() Casado(a) oficialmente em cartório

4. Cidade onde mora

5. Localidade/Bairro em que mora:

6. Você sabe a distância da sua unidade familiar até a cidade onde estuda?

Qual? _____

Você sabe a distância de sua unidade familiar até à Casa Familiar Rural?

Qual? _____

7. Onde mora é?

() Próprio

() Alugado/Arrendado

() Emprestado

() Outros:

8. Como e com quem você mora?

- Numa unidade de produção com meus pais
 Numa unidade de produção com parentes
 Na minha unidade de produção com esposo(a)
 Na cidade (casa ou apartamento) com meus pais
 Na cidade (casa ou apartamento) com parentes
 Na cidade (casa ou apartamento) com esposo(a)
 Numa habitação coletiva
 Outra situação:
-
-

SOBRE SUA FAMÍLIA

10. Qual é a principal origem da renda de sua família?

- Renda da Agricultura
 Renda da Agricultura Familiar
 Renda da Agropecuária/Integração
 Trabalho assalariado dos pais
 Pensões/ Aposentadoria dos responsáveis

11. Se a principal atividade produtiva da família for a Agricultura Familiar, qual é a principal produção da unidade familiar?

- Leite
 Hortifrutigranjeiros
 Grãos.

Quais? _____

- Produção de frutas.

Quais? _____

- Frangos

- Suínos

- Gado de corte

- Outra produção.

Qual? _____

12. Quantos Alqueire têm a unidade produtiva da família?

SOBRE SER JOVEM

13. Você se considera um jovem rural?

- Sim, porque moro em área rural.
 Sim, porque me identifico com a

9. Qual sua ocupação principal hoje?

- Só estudo
 Estudo e ajudo nas tarefas domésticas
 Estudo e trabalho, sem remuneração, nas atividades de produção dentro da unidade familiar
 Estudo e trabalho, com remuneração, nas atividades de produção dentro da unidade familiar
 Estudo e trabalho com remuneração fora da unidade familiar
 Outro:
-
-

vida/trabalho do campo.

- Sim, porque pretendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo.
 Sim, porque pretendo trabalhar no campo.
 Sim, _____
 Não, porque jovem é jovem independente do lugar.
 Não, porque só estou no campo até ser independente.
 Não, _____
-

14. Quais as maiores dificuldades de um jovem rural hoje?

- Preconceito quanto às suas origens
 Estradas e transporte nas áreas rurais
 Escola no campo de qualidade
 Acesso à saúde próximo de sua residência
 Acesso às tecnologias (especialmente internet e celular)
 Acesso ao lazer
 Outras.

Quais?

15. Para seu futuro você projeta:

- () Pretende continuar o trabalho no campo, na unidade rural de seus familiares.
 () Faz parte de seu projeto de vida abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade.
 () Como técnico, pretende fazer atendimentos diversos e ainda tocar a unidade de sua família.
 () Pretendo fazer um curso superior na área e montar um negócio próprio na cidade.
 () Pretendo fazer um curso superior na área e voltar à unidade.
 () Servidor Público
 () Outro.
-
-

SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NA UNIDADE PRODUTIVA E NA SUA COMUNIDADE**16. Você já participou de algum grupo formado por jovens?**

- () Sim () Não

Se sim, marque um X na(s) opção(ões):

- () Grupo de Jovens de Igrejas/Grupos de Liturgia
 () Grupo de Escoteiros
 () Grupo Musical
 () Grupo de Dança
 () Interact Club
 () Partido Político
 () Sindicato
 () Clube de Mães
 () ONG – Organização Não Governamental
 () Associação de _____
 () Cooperativa de _____
 () Outro: _____
 () Nunca participei

17. Você está participando de algum grupo formado por jovens?

- () Sim () Não

Se sim, marque um X na(s) opção(ões):

- () Grupo de Jovens de Igrejas/Grupos de Liturgia
 () Grupo de Escoteiros

- () Grupo Musical
 () Grupo de Dança
 () Interact Club
 () Partido Político
 () Sindicato
 () Clube de Mães
 () ONG – Organização Não Governamental
 () Associação de:

() Cooperativa de:

() Outro:

() Não participo. Porquê

18. Se não, tem vontade de participar?

- () Sim
 () Não

19. Que temas você teria interesse em envolver-se para propor ações em sua comunidade? Enumere por ordem de importância

- () Educação
 () Saúde
 () Lazer
 () Meio ambiente
 () Igualdade étnico-racial
 () Religião
 () Movimentos Sociais
 () Família
 () Política
 () Outros temas:
-
-

20. Você já participou de algum evento do tipo:

- () Fórum
 () Conferência
 () Palestra
 () Seminário
 () Grêmio Estudantil
 () Mutirão
 () Manifestação
 () Cursos de formação política juvenil
 () Conselhos. Qual? _____
-
-

21. Se você já participou de algum evento indicado na questão anterior, como foi a sua participação:

- Nunca participei
 Ouvinte – fui apenas para assistir.
 Representante – fui representante de um grupo social
 Representante – fui representante da minha comunidade
 Delegado – tive poder de voto
 Outros _____

SOBRE A CASA FAMILIAR RURAL

22. Quais as atividades realizadas na Casa Familiar você acredita que mais contribuem para sua formação? Enumere por ordem de importância.

- Os conhecimentos compartilhados na Colocação em Comum
 Meus registros no Caderno da Alternância
 As Visitas de Estudo e as Intervenções Externas
 A elaboração do Plano de Estudos
 As atividades do internato (limpeza, arrumação, etc)
 A elaboração do projeto Profissional
 As sugestões de temas para o Plano de formação
 Outras.
 Quais? _____

23. Sobre o Plano de Estudos

- Participo só porque os monitores orientam
 Sinto que minhas dúvidas são contempladas
 Sinto que minhas dúvidas não são contempladas
 Outro?: _____

24. Sobre o Plano de Formação.

- Não sei o que é
 Sei o que é e qual seu objetivo, mas não me envolvi em sua elaboração
 Sei o que é e qual seu objetivo, e envolvi-me em sua elaboração.
 Como? _____
 Sempre sugiro novos temas de estudo, e estes são contemplados
 Outro? _____

25. Sobre a Colocação em Comum

- Participo porque todos são obrigados a falar
 Participo, mas apenas leio as respostas do Plano de Estudos
 Participo, colocando exemplos da minha propriedade
 Participo dialogando com as colocações dos outros colegas

26. Sobre as visitas e intervenções externas

- São importantes e aprendo muito com outras experiências
 São importantes mas percebo que são atividades distantes dos temas trabalhados
 Não considero importantes
 Não considero importantes por na grande maioria das vezes, me induzem a pensar como eles.

27. Sobre o Internato

- Participo realizando atividades orientadas pelos monitores
 Nós alunos nos organizamos sozinhos nas tarefas diárias da Casa
 Cuido apenas das minhas coisas, afinal cada um é responsável pelas suas coisas
 Os espaços coletivos são de responsabilidade das zeladoras
 Os espaços coletivo são de responsabilidade de todos
 As tarefas são divididas entre todos
 Não há divisão de tarefas na limpeza e organização da casa.

28. No momento de avaliação final da semana

- Consigo avaliar meu crescimento, mas não tenho oportunidade de falar o que penso
 Consigo avaliar meu crescimento e tenho oportunidade de falar o que penso
 Não consigo falar
 PORQUE _____

- É apenas um momento de broncas
 Este momento não acontece na Casa Familiar.

29. Sobre o Caderno da Alternância

- Só escrevo as perguntas e respostas do Plano de Estudos
- Uso como se fosse um diário da propriedade
- Complemento minhas observações com outras pesquisas e leituras que faço

30. Sobre a Associação da Casa Familiar

- Nunca participei das reuniões, mas já fui convidado
 - Nunca participei das reuniões e nunca fui convidado
 - Já participei e tive oportunidade para falar
 - Já participei e não tive oportunidade para falar
 - Já participei e minhas opiniões foram consideradas
 - Faço parte da associação tendo uma função específica. Qual?
-
-

31. Sobre o Projeto Profissional

- Estou conseguindo contribuir com opiniões para unidade familiar.
- Estou fazendo porque é um requisito para a formação na CFR
- Estou apenas aceitando as orientações dos monitores
- Meu projeto pode ser aplicado em minha comunidade
- Meu projeto pode ser aplicado na unidade de produção de minha família.

32. sobre a elaboração do meu projeto

- Eu escolhi o tema
 - Os professores determinarão o tema
 - Minha família sugeriu o tema
 - Discutimos em família sobre a necessidade de desenvolver um tema adequado a nossa unidade produtiva.
 - outro _____
-

33. Qual ou quais áreas de produção se encaixa seu projeto?

- Leite
- Hortifrutigranjeiros
- Grãos.
- Quais? _____
- Produção de frutas.
- Quais? _____
- Frangos
- Suínos
- Gado de corte
- Sistema agroflorestal
- Outra produção.
- Qual? _____

APÊNDICE B – roteiro de entrevista

Roteiro da entrevista a ser aplicado aos professores .

1. Quais são os paradigmas que norteiam a ensino da CFR em que você trabalha?
2. Os pais dos estudantes tem participação na escolha dos temas desenvolvidos na CFR?
3. Como você identifica o perfil do estudante da casa?
4. Qual sua formação?
5. O que você entende por Agroecologia?
6. Você acha importante trabalhar os princípios da agroecologia na formação do seu aluno?
7. Se sim. Você consegue relacionar os princípios da agroecologia com o conteúdo que leciona?
8. Você sabe para onde estão indo os egressos da escola que você trabalha?
9. Como você foi selecionado para trabalhar na CFR?

APÊNDICE C – entrevista

Roteiro para entrevista das famílias dos estudantes

1. Quais os princípios que norteiam a produção na sua unidade familiar?
2. Qual o tamanho da sua unidade produtiva ?
3. Quais são atividades produtivas de maior importância na sua unidade familiar?
4. Qual a sua opinião sobre a formação das CFR?
5. Você teve alguma participação nos temas escolhidos para a formação do seu filho na CFR?
6. Seu filho participa das atividades corriqueiras da unidade produtiva? quais ?
7. Se participa do trabalho. Ele recebe algum algum salário pelo trabalho dele?
8. Os estudos do seu filho tem interferido nas atividades da unidade produtiva ?
9. Com a ida do seu filho para a CFR o que mudou na unidade de produção? ele contribui mais com ideia novas no processo de produção
10. Que futuro deseja para seu filho?

APÊNDICE D – questionário

Questionário aplicado aos Egressos dos cursos de Agropecuária, Agroindústria e Agroecologia da região da Cantuquiriguaçu/ PR (adaptado de Borges,2012)

Prezado (a) Jovem

Este questionário faz parte da Pesquisa intitulada “CASA FAMILIAR RURAL PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO? Um estudo na Cantuquiriguaçu/PR” que está sendo desenvolvida por Anelize de Souza Müller Campos , aluna do Curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. Tem como estimativa de término, o mês de outubro de 2017 e como objetivo principal estudar o processo de formação dos jovens das CFRs, sua relação com a permanência destes jovens no campo.

Sua opção pela adesão à esta pesquisa é voluntária e constará de perguntas que deverão ser respondidas sem minha interferência. Sua participação e sinceridade será contribuição de extrema importância para o andamento da pesquisa. Por isso, agradeço desde já sua colaboração.

Anelize de Souza Muller Campos

anelizerural1@gmail.com

PPGADRS- UFFS

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Marque com um X as alternativas que mais definem suas opções de vida, trabalho e participação social. Algumas questões você irá marcar apenas uma opção e outras marcará mais de uma , sendo a que seja mais presente em seu cotidiano. Em algumas questões você terá a oportunidade de escrever a resposta de forma pessoal. Não é necessário identificar-se ou fazer qualquer outro tipo de assinatura.

SOBRE VOCÊ

1. Sexo: () M () F

2. Qual a sua idade?

3. Qual é o seu estado civil?

() Solteiro(a)

() Namorando

() Casado(a), moro com companheiro(a)

() Casado(a) oficialmente em cartório

4. Cidade onde mora

5. O local que mora é?

() Zona rural

() Zona urbana

6. Onde mora é?

() Próprio

() Alugado/Arrendado

() Emprestado

() Outros: _____

7. Como e com quem você mora?

- () Numa unidade rural com meus pais
 () Numa unidade rural com parentes
 () Na minha unidade rural com esposo(a)
 () Na cidade com meus pais
 () Na cidade com parentes
 () Na cidade com esposo(a)
 () Numa habitação coletiva (hotel, pensão, pensionato,...)
 () Outra situação:

8. Qual sua ocupação principal hoje?

- () Estudo curso superior
 Qual _____
 () Trabalho em uma unidade rural
 () Atuo como técnico na minha unidade familiar
 () Atuo como técnico fora da minha unidade familiar
 () Trabalho sem relação com rural
 () Outro: _____

SOBRE SUA FAMÍLIA

9. Qual é a principal origem da renda de sua família?

- () Renda da Agricultura Familiar
 () Renda da Agropecuária/Integração
 () Trabalho assalariado dos pais, qual _____

 () Pensões/ Aposentadoria dos pais
 () Outros _____

10. Se a principal atividade produtiva da família for a Agricultura Familiar, qual é a principal produção da unidade enumere em ordem de importância?

- () Leite
 () Hortifrutigranjeiros
 () Grãos.
 Quais? _____
 () Produção de frutas.
 Quais? _____
 () Frangos
 () Suínos
 () Gado de corte
 () Outra produção.
 Qual? _____

11. Quantos Alqueire têm a Unidade de produção e vida familiar? _____ e qual município está localizada? _____ e quantos km aproximadamente da cidade? _____

SOBRE SER JOVEM

12. Você se considera um jovem rural?

- () Sim, porque moro em área rural.
 () Sim, porque me identifico com a vida/trabalho do campo.
 () Sim, porque pretendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo;
 () Sim, porque pretendo trabalhar no campo.
 () Sim, _____
 () Não, porque jovem é jovem independente do lugar.
 () Não, porque não gosto da vida no campo.

() Não, _____

13. Quais as maiores dificuldades de um jovem rural hoje, enumere em ordem crescente as dificuldades?

- () Preconceito quanto às suas origens
 () Estradas e transporte nas áreas rurais
 () Escola no campo de qualidade
 () Acesso à saúde próximo de sua residência
 () Acesso às tecnologias de produção (trator implementos entre outros)
 () Acesso às tecnologias (especialmente internet e celular)
 () Acesso ao lazer
 () Outras.

Quais?

14. Para seu futuro você projeta:

- () Pretende continuar o trabalho no campo, na unidade de seus familiares.
 () Faz parte de seu projeto de vida abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade.
 () Como técnico, pretende fazer atendimentos diversos e ainda tocar a unidade de sua família.
 () Pretendo fazer um curso superior na área e montar um negócio próprio na cidade.
 () Pretendo fazer um curso superior na área e voltar à unidade produtiva.
 () Servidor Público.
 () Outro.

—

SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NA UNIDADE PRODUTIVA E NA SUA COMUNIDADE

15. Você já participou de algum grupo formado por jovens?

() Sim () Não

Se sim, marque um X na(s) opção(ões):

- () Grupo de Jovens de Igrejas/Grupos de Liturgia
 () Grupo de Escoteiros
 () Grupo Musical
 () Grupo de Dança
 () Interact Club
 () Partido Político
 () Sindicato
 () Clube de Mães
 () ONG – Organização Não Governamental
 () Associação de _____
 () Cooperativa de _____
 () Outro: _____

16. Você está participando de algum grupo formado por jovens?

() Sim () Não

Se sim, marque um X na(s) opção(ões):

- () Grupo de Jovens de Igrejas/Grupos de Liturgia
 () Grupo de Escoteiros
 () Grupo Musical
 () Grupo de Dança
 () Interact Club
 () Partido Político
 () Sindicato

- () Clube de Mães
 () ONG – Organização Não Governamental
 () Associação de: _____
 () Cooperativa de: _____
 () Outro: _____
 () Não participo.

17. Se não participa, porque não o faz _____

18 Que temas você teria interesse em envolver-se para propor ações em sua comunidade? Enumere por ordem de importância

- () Educação
 () Saúde
 () Lazer
 () Meio ambiente
 () Igualdade étnico-racial
 () Religião
 () Movimentos Sociais
 () Família
 () Política
 () Outros temas: _____

19. Você já participou de algum evento do tipo:

- () Fórum
 () Conferência
 () Palestra
 () Seminário
 () Grêmio Estudantil
 () Mutirão
 () Manifestação
 () Cursos de formação política juvenil
 () Conselhos. Qual? _____

20. Se você já participou de algum evento indicado na questão anterior, como foi a sua participação:

- () Nunca participei
 () Ouvinte – fui apenas para assistir.
 () Representante – fui representante de um grupo social
 () Representante – fui representante da minha comunidade
 () Delegado – tive poder de voto
 () Outros: _____

SOBRE A CASA FAMILIAR RURAL

21. Que ano você estudou na casa familiar?

22. Que curso você fez?

- () Técnico em Agropecuária
 () Técnico em Agroindústria
 () Técnico em Agroecologia
 () Complementação do Ensino Médio
 () Complementação do Ensino Fundamental

22. Qual cidade você estudou na Casa Familiar?

- () Nova Laranjeiras
 () Pinhão
 () Guaraniáçu

23. Sua família participava das atividades da Casa Familiar?

- () Minha família ia na escola quando convocada
 () Minha família participava ativamente das decisões da Casa
 () Somente minha mãe participava
 () Somente meu pai participava
 () Minha família nunca participava
 () Outros _____

24. Quais as atividades realizadas na Casa Familiar você acredita que mais contribuíram para sua formação? Enumere por ordem de importância.

- Os conhecimentos partilhados na Colocação em Comum
- Meus registros no Caderno da Alternância
- As Visitas de Estudo e as Intervenções Externas
- A elaboração do Plano de Estudos
- As atividades do internato (limpeza, arrumação, etc)
- A elaboração do projeto Profissional
- As sugestões de temas para o Plano de formação
- Outras. Quais? _____

25. Sobre o Plano de Formação.

- Não sei o que é
- Sei o que é e qual seu objetivo, mas não me envolvi em sua elaboração
- Sei o que é e qual seu objetivo, e envolvi-me em sua elaboração.

Como? _____

- Sempre sugeria novos temas de estudo, e estes eram contemplados

Outro? _____

26. Sobre o Plano de Estudos

- Participava só porque os monitores orientavam
- Sentia que minhas dúvidas eram contempladas
- Sentia que minhas dúvidas não eram contempladas

Outro?: _____

27. Sobre a atividade semanal, onde de forma coletiva se relatava os planos de estudos vivenciados na “semana família”

- Participava porque todos eram obrigados a falar
- Participava, mas apenas lia as respostas do Plano de Estudos
- Participava, colocando exemplos da minha unidade produtiva
- Participava dialogando com as colocações dos outros colegas

28. Sobre as visitas e intervenções externas

- São importantes pois aprendi muito com outras experiências
- São importantes mas percebi que eram atividades distantes dos temas trabalhados
- Não considero importantes
- Não considero importantes pois na grande maioria das vezes, me induziram a pensar como os formadores
- Outros _____

29. Sobre o Internato

- Participava realizando atividades orientadas pelos monitores
- Nós alunos nos organizamos sozinhos nas tarefas diárias da Casa
- Cuidava apenas das minhas coisas, afinal cada um é responsável pelas suas coisas
- As tarefas diárias casa eram de responsabilidade das zeladoras

30. Sobre o Caderno da Alternância

- Só escrevia as perguntas e respostas do Plano de Estudos
- Usava como se fosse um diário da propriedade
- Complementava minhas observações com outras pesquisas e leituras que fazia

31. Marque quais temas permeavam as disciplinas no processo de ensino da Casa Familiar.

- Sucessão Rural
- Agricultura familiar
- Agroecologia
- Extensão Rural
- Agronegócio
- Agricultura orgânica
- outros _____

32. Sobre a Associação da Casa Familiar

- Nunca participei das reuniões, mas já fui convidado
- Nunca participei das reuniões e nunca fui convidado
- Já participei e tive oportunidade para falar
- Já participei e não tive oportunidade para falar
- Já participei e minhas opiniões foram consideradas
- Faço parte da associação tendo uma função específica. Qual? _____
- Depois que saí da casa não participo mais
- Sobre o Projeto Profissional da Casa Familiar

33. Que área de estudos você abordou no seu projeto profissional ?

- Gado de corte
- Gado de leite
- Melhoramento de pastagem
- Produção de grãos Qual _____
- Produção de frutas. Qual _____
- Produção de hortaliças
- Implantação de florestas (Pinnus, etc.)
- Sistemas agroflorestais.
- Outros _____

34. Como foi o processo de construção do projeto?

- Minha família me ajudou a construir
- O monitor da Casa me ajudou a construir
- Meus colegas da casa me ajudaram
- Fiz meu projeto sozinho (a)
- Outros _____

35. Como foi o processo de implantação?

- Implantei o projeto na unidade de produção da minha família e continuo trabalhando nele
- Implantei o projeto na unidade de produção da minha família e não deu certo Porque? _____
- Não consegui verba para implantação
- Minha família não concordou em implantar o projeto
- Só fiz o projeto porque era um requisito para me formar mas nunca quis implantar
- Outros _____

ANEXO A – autorização

Autorização da SEED para realização da pesquisa nas CFRs

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

PROTOCOLO Nº 14.526.769-2

DECLARAÇÃO

Curitiba, 10 de abril de 2017

Senhor Coordenador:

Declaramos que esta Superintendência de Educação está de acordo com a condução do projeto de pesquisa "Casa familiar rural: impacto sobre a fixação do jovem no campo a partir das urgências dos próprios jovens", sob a responsabilidade da Profª Josimeri Aparecida Leandrini, com pesquisa realizada pela aluna Anelize de Souza Muller Campos, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

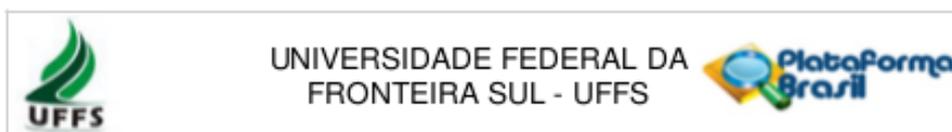
Note-se que a presente pesquisa deve seguir a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e complementares.

Atenciosamente,

Ines Carnieletto
Superintendente da Educação
Decreto nº 6186/17

ANEXO B – Parecer

Parecer substanciando do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Casa Familiar Rural: impacto sobre a fixação do jovem no campo a partir das urgências do próprios jovens

Pesquisador: ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62819316.6.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.081.087

Apresentação do Projeto:

Já apresentado em parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Já apresentado em parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

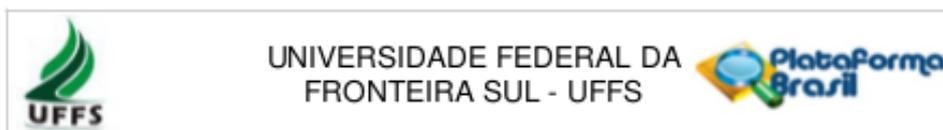
A pesquisadora atendeu a solicitação do CEP e, no documento 'informações básicas do projeto' inseriu o texto: "Este estudo pode apresentar o risco mínimo de constrangimento e o risco mínimo de quebra de sigilo, no entanto para minimizar o risco do constrangimento o entrevistado deverá relatar ao pesquisador caso ocorra, ou mesmo desistir de participar da pesquisa caso queira. Quanto a quebra de sigilo para minimizar esse risco serão utilizados pseudônimos e os arquivos serão armazenados em cópia física e digital (por cinco anos) de exclusivo acesso do pesquisador e seu orientador, não sendo permitida a quebra do sigilo por instituições públicas ou privadas a não ser que seja por consentimento do pesquisado ou via ordem judicial".

A pesquisadora procedeu também as alterações em todos os TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora atendeu todas as solicitações do CEP e incluiu os instrumentos de coleta de dados (questionários e roteiros de entrevistas).

Endereço: Avenida General Osório, 413 d - Ed. Mantelli da UFFS
Bairro: CENTRO **CEP:** 89.802-265
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.081.087

Cronograma	modificado.pdf	19/04/2017 10:23:25	ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS	Aceito
Outros	_Carta_Pendencias.pdf	19/04/2017 10:16:15	ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoanelizeplataformabrasil.pdf	04/12/2016 17:17:03	ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	04/12/2016 03:07:34	ANELIZE DE SOUZA MULLER CAMPOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 25 de Maio de 2017

Assinado por:
Valéria Silvana Faganelo Madureira
(Coordenador)

Endereço: Avenida General Osório, 413 d - Ed. Mantelli da UFFS
 Bairro: CENTRO CEP: 89.802-265
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

ANEXO C – caderno de Alternância

CADERNO DE ALTERNÂNCIA - 3º ANO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA

20ª ALTERNÂNCIA: Turismo Rural

TRABALHO NA CASA FAMILIAR RURAL		TRABALHO DO CAMPO RESIDÊNCIA ESTÁGIO
Semana Data: 20/11 a 24/11/2017		Semana Data: 24/11 a 01/12/2017
PLANO DE ESTUDO	Tema	ATIVIDADES EM CASA
Visita de Estudo:		
História:		
Filosofia:		
Geografia:		
Sociologia:		
Química:		
Biologia:		
Tec. em Proc. Vegetal:		
Tec. de Grãos:		
Higiene Agro. E Seg. Trabalho:		
Gestão e Plan. Prod. Agroin.:		
Tec. de Latic.:		
Tec. de Carnes e Deriv.:		
Física:		
Matemática:		
Português:		
Educação Física:		
Estágio:		
OBSERVAÇÃO DOS MONITORES		OBSERVAÇÃO DOS PAIS
ASSINATURA DO MONITOR		ASSINATURA DO PAI/MÃE